

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL
E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL – PPGPLAN

ANDERSON GOMES FERREIRA

**MIGRAÇÃO COMPULSÓRIA E A (RE)TERRITORIALIZAÇÃO DE PESCADORES
E PESCADORAS ARTESANAIS DO REASSENTAMENTO URBANO COLETIVO
LARANJEIRAS, ALTAMIRA - PA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Florianópolis/SC
2025

ANDERSON GOMES FERREIRA

**MIGRAÇÃO COMPULSÓRIA E A (RE)TERRITORIALIZAÇÃO DE PESCADORES
E PESCADORAS ARTESANAIS DO REASSENTAMENTO URBANO COLETIVO
LARANJEIRAS, ALTAMIRA - PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental – PPGPLAN da Faculdade Estadual de Santa Catarina - UDESC como requisito final para obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental.

Linha de Pesquisa: Planejamento Territorial.

Orientador: Doutor Douglas Ladik Antunes - Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental – PPGPLAN da Faculdade Estadual de Santa Catarina - UDESC.

Florianópolis/SC
2025

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Universitária Udesc,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Ferreira, Anderson Gomes
MIGRAÇÃO COMPULSÓRIA E A
(RE)TERRITORIALIZAÇÃO DE PESCADORES E
PESCADORAS ARTESANAIS DO REASSENTAMENTO
URBANO COLETIVO LARANJEIRAS, ALTAMIRA - PA /
Anderson Gomes Ferreira. -- 2025.
124 p.

Orientador: Douglas Ladik Antunes
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento
Socioambiental, Florianópolis, 2025.

1. Desterritorialização. 2. Hidrelétrica de Belo Monte. 3. Pesca
Artesanal. 4. Conflitos Ambientais Territoriais. 5. Reassentamentos
Urbanos RUCs. I. Ladik Antunes, Douglas. II. Universidade do
Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da
Educação, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial
e Desenvolvimento Socioambiental. III. Título.

**MIGRAÇÃO COMPULSÓRIA E A (RE)TERRITORIALIZAÇÃO DE
PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO REASSENTAMENTO URBANO
COLETIVO LARANJEIRAS, ALTAMIRA - PA**

Dissertação defendida como requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela banca examinadora constituída por:

Prof. Dr. Douglas Ladik Antunes (Orientador), UDESC

Profa. Dra. Isa de Oliveira Rocha (Examinadora), UDESC

Profa. Dra. Michelle Sena da Silva (Examinadora), UFPA

Florianópolis/SC

2025

AGRADECIMENTOS

Com imensa gratidão, escrevo estas palavras para expressar o quanto sou profundamente agradecido por todo apoio e força que recebi ao longo do percurso acadêmico na UDESC. Esta jornada não teria sido possível sem o suporte incondicional de pessoas muito especiais.

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus amados pais, Maria Jose Gomes e Epifânio de Sousa Ferreira. Desde o início, vocês foram a base sólida sobre a qual construí meus sonhos e aspirações. A minha irmã Cristiane Gomes Ferreira, por ter estado comigo nos momentos de saída a campo nas entrevistas e também por me ajudar com sua experiência junto aos pescadores e pescadoras, com isso, me dando suporte para tirar dúvidas sobre o tema do trabalho.

Ao meu querido companheiro, Diego Langer Pereira, devo um agradecimento especial. Sua presença em minha vida trouxe luz e esperança nos momentos mais difíceis. Você esteve ao meu lado e seu apoio foi essencial para que eu continuasse firme em minha caminhada acadêmica. Obrigado por ser meu porto seguro e por acreditar em mim, mesmo quando eu mesmo duvidei.

Agradeço também, de coração, ao meu professor orientador, Dr. Douglas Ladik Antunes. Sua orientação foi imprescindível para o meu desenvolvimento acadêmico e profissional. Com paciência e dedicação, você me guiou pelas intrincadas trilhas do conhecimento, oferecendo valiosas dicas e me incentivando a explorar novas perspectivas. Sua confiança em meu potencial me motivou a ir além e a buscar excelência no trabalho e na pesquisa. A sua paixão pelo ensino e compromisso com a educação foram inspirações diárias que levarei comigo para sempre.

Por fim, mas não menos importante, quero expressar minha gratidão aos meus colegas de mestrado, uma turma a qual logo nos aproximamos e uma grande amizade começou, nunca esquecerei dos momentos de conversa e apoio: Cristina Bell Niles, João Pedro Carvalho Silva, Renato da Luz Junior, Fabiano Candido Matias, Richard Delfino de Araújo, Lucas Cançado Ximenes e tantos outros.

A todos vocês, meus sinceros e profundo agradecimento. Sem o apoio e a força de cada um, esta conquista não teria sido possível. Obrigado por acreditarem em mim e por fazerem parte desta importante etapa da minha vida.

RESUMO

Os pescadores e pescadoras artesanais de Altamira, no Pará, têm uma longa história de subsistência baseada no Rio Xingu. O rio é vital para sua alimentação e cultura, abrigando uma rica biodiversidade que sustenta suas práticas tradicionais. No entanto, a construção da Hidrelétrica de Belo Monte transformou profundamente seu modo de vida. A construção da hidrelétrica resultou em migração compulsória, desterritorialização e (re)territorialização para comunidades que foram realocadas para bairros planejados chamados RUCs. Muitos pescadores(as) foram forçados a se mudar, perdendo suas casas, terras e modos de vida tradicionais. A desterritorialização levou a mudança de identidade cultural e econômica, enquanto a (re)territorialização envolveu a adaptação a novos territórios e formas de subsistência. Apesar dos desafios, as políticas públicas acordadas no Plano Básico Ambiental (PBA) têm buscado mitigar os impactos. No entanto, a eficácia dessas políticas tem sido questionada. Enquanto algumas iniciativas têm proporcionado apoio, muitos pescadores(as) ainda enfrentam dificuldades para se reestabelecer e manter suas práticas tradicionais.

Palavras-chave: Desterritorialização, Barragem Hidrelétrica, Pesca Artesanal, Conflitos Ambientais Territoriais.

ABSTRACT

The artisanal fishermen and women of Altamira, Pará, have a long history of subsistence based on the Xingu River. The river is vital for their food and culture, harboring a rich biodiversity that sustains their traditional practices. However, the construction of the Belo Monte Dam profoundly transformed their way of life. The construction of the dam resulted in forced migration, deterritorialization, and (re)territorialization for communities that were relocated to planned neighborhoods called RUCs. Many fishermen and women were forced to relocate, losing their homes, lands, and traditional ways of life. Deterritorialization led to a change in cultural and economic identity, while (re)territorialization involved adaptation to new territories and livelihoods. Despite the challenges, public policies agreed upon in the Basic Environmental Plan (PBA) have sought to mitigate the impacts. However, the effectiveness of these policies has been questioned. While some initiatives have provided support, many fishermen and women still face difficulties reestablishing themselves and maintaining their traditional practices.

Keywords: Deterritorialization, Hydroelectric Dam, Artisanal Fishing, Territorial Environmental Conflicts.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Barramento do Rio Xingu no território da Volta Grande do Xingu	13
Figura 2. Curso do Rio Xingu, baixo, médio e alto Xingu	15
Figura 3. Pescador tecendo rede de pesca, cultura aprendida com o pai	20
Figura 4. Pescadora em sua atividade cotidiana de pesca.....	22
Figura 5. Grupo de mulheres após tarde de pesca no bairro Laranjeiras.....	24
Figura 6. Mulher pescadora de comunidade do Xingu em reunião com a Norte Energia....	25
Figura 7. Início da construção da Hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu	29
Figura 8. Indígena Tuíra Kayapó passa o terçado no rosto de José Antônio Muniz Lopez.	30
Figura 9. Trabalhador corta árvore para dar lugar ao lago da Usina de Belo Monte.....	31
Figura 10. Volta Grande do Xingu - Rio Xingu antes e depois	34
Figura 11. Peixe Piau (<i>Leporinus obtusidens</i>)	44
Figura 12. Embarcação vinda de outro bairro.....	45
Figura 13. Local onde era uma ilha fluvial no Rio Xingu	46
Figura 14. Mapa de localização do RUC Laranjeiras	47
Figura 15. Mapa dos bairros e RUCs em Altamira-PA - Laranjeiras	48
Figura 16. Slogan da Cooperativa dos Pescadores de Belo Monte.....	49
Figura 17. Comunidade de pescadores(as) em reunião com a Norte Energia	50
Figura 18. Árvore submersa com os alagamentos ocasionados por Belo Monte	52
Figura 19. Localização dos reassentamentos urbanos coletivos (RUC)	53
Figura 20. Área de alagamento da cota 100	54
Figura 21. Casa de palafita sendo derrubada no processo de desapropriação	56
Figura 22. Casas no RUC de alvenaria com pedaços de madeira.....	62
Figura 23. Área pré-selecionada para implementação dos RUCs.....	69
Figura 24. RUCs construídos em Altamira-PA	71
Figura 25. Igarapé Pannels no inverno Amazônico seco	73
Figura 26. Casas próximas ao Rio Xingu antes de Belo Monte	74
Figura 27. Localização do RUC Laranjeiras e o segundo porto mais próximo do bairro.....	75
Figura 28. Modelo das casas dos reassentamentos urbanos RUCs.....	77
Figura 29. Mapa de abrangência das Escolas de Ensino Médio	79
Figura 30. Imagem de satélite, porto 1 e porto 2 do RUC Laranjeiras	80
Figura 31. Primeiro porto construído no RUC Laranjeiras pela Norte Energia.....	81
Figura 32. Segundo porto construído pela Norte Energia à pedido dos pescadores(as).....	81
Figura 33. Feira do pescado em Altamira-PA.....	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Linha Temporal da UHE Belo Monte.....	27
Quadro 2. Participação na Norte Energia.....	29
Quadro 3. Políticas de apoio ao reassentamento RUC Laranjeiras.....	65
Quadro 4. Desafios nas políticas de apoio.....	66
Quadro 5. Recomendações de revisão de políticas de apoio.....	66-67

TABELAS

Tabela 1. Percepção dos pescadores e pescadoras sobre questão da distribuição da água no RUC Laranjeiras.....	78
Tabela 2. Percepção dos pescadores e pescadoras sobre a questão da distribuição da água no RUC Laranjeiras.....	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição dos programas previstos no PBA da UHE Belo Monte	67
Gráfico 2. Relatos de pesquisados que as famílias sempre utilizaram a pesca como forma de sobrevivência.....	101
Gráfico 3. Anos de moradia na antiga residência próximo do Rio Xingu	102
Gráfico 4. Você saiu de sua antiga moradia de forma obrigatória	103
Gráfico 5. No RUC Laranjeiras há dificuldade de saída para o Rio Xingu	104
Gráfico 6. Quais dificuldades encontra-se no RUC Laranjeiras para a pesca.....	105
Gráfico 7. Dificuldade de adaptação no RUC Laranjeiras.....	107
Gráfico 8. O RUC-Laranjeiras atende as expectativas propostas pela Norte Energia?	108
Gráfico 9. Recebimento de algum tipo de indenização dos pescadores e pescadoras do RUC-Laranjeiras.....	109

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – CONHECENDO O RIO XINGU E OS PESCADORES(AS) ARTESANAIS DO MÉDIO XINGU	14
1.1 Conhecendo a divisão territorial do alto, médio e baixo Xingu	14
1.2 Uma tipologia dos pescadores(as) artesanais amazônicos	16
1.3 Os pescadores(as) do médio Xingu e seu modo de vida	18
1.4 As mulheres pescadoras do rio Xingu e sua luta por reconhecimento	20
CAPÍTULO 2 – CONTEXTO ESPACIAL DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE E OS PESCADORES(AS) NESSE PROCESSO	26
2.1 Aspectos da construção da usina Hidrelétrica de Belo Monte.	26
2.2 Hidroeletricidade e (des)territorialização nos Rios Amazônicos	31
2.3 Hidrelétrica de Belo Monte e a pesca no Rio Xingu	33
2.4 Conflitos ambientais no Brasil e suas abordagens	36
2.5 Impactos econômicos e sociais nas comunidades pesqueiras em Altamira/PA	43
2.6 Desafios enfrentados pelos pescadores e pescadoras artesanais	46
CAPÍTULO 3 – PROCESSO DE MIGRAÇÃO COMPULSÓRIA	53
3.1 Razões da desapropriação, Hidrelétrica de Belo Monte como processo de migração compulsória, territorialização, desterritorialização e (re)territorialização.....	53
3.2 Relatos e experiências dos pescadores(as) durante a migração.....	60
3.3 Políticas e programas de apoio ao RUC Laranjeiras	64
CAPÍTULO 4 – (RE)TERRITORIALIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO	68
4.1 A construção dos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs).....	68
4.2 Novas dinâmicas territoriais no RUC Laranjeiras em Altamira - PA	73
4.3 Estrutura e infraestrutura no RUC Laranjeiras em Altamira - PA	76
4.4 Estratégia de adaptação dos pescadores(as) às novas condições.....	82

CAPÍTULO 5 – IMPACTOS NA IDENTIDADE E CULTURA.....	85
5.1 Transformações culturais e mudanças de tradições.....	85
5.2 Papel das associações de pescadores(as) na preservação cultural.....	87
5.3 Práticas culturais no novo território	90
CAPÍTULO 6 – DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS	92
6.1 Sustentabilidade econômica no RUC Laranjeiras	92
6.2 Questões ambientais e conservação dos recursos hídricos.....	95
6.3 Perspectiva de desenvolvimento e qualidade de vida para as gerações futuras	98
RESULTADO E DISCURSÕES	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS	113
ANEXOS.....	116
Anexo 01 Questionário de pesquisa de campo.....	121
Anexo 02 Banco de dados dos pescadores(as) do RUC Laranjeiras.....	122
Anexo 03 Banco de dados de documentos para órgãos competentes.....	123

INTRODUÇÃO

Desde a chegada dos primeiros colonizadores na região de Altamira-PA no século XIX, a pesca no Médio Xingu tem sido uma forma vital de sobrevivência para os habitantes locais. As águas ricas e abundantes do rio Xingu proporcionavam um estoque pesqueiro que foi fundamental para a subsistência das comunidades que se formaram ao longo de suas margens (Umbuzeiro, 2012).

Os pescadores e pescadoras do rio Xingu são indivíduos cujas vidas estão profundamente entrelaçadas com as águas deste rio majestoso. Vivendo em comunidades ribeirinhas ao longo do Xingu ou as margens das cidades que por onde ele passa; essas pessoas mantêm práticas tradicionais de pesca que foram passadas de geração em geração (Carvalho Junior, 2009).

A pesca no rio Xingu não é apenas uma profissão (pesca comercial), mas uma forma de subsistência que sustenta famílias há gerações. As técnicas de pesca artesanal garantem que apenas o necessário seja retirado do rio, preservando os recursos naturais para o futuro (Carvalho Junior, 2009).

Desde criança, observava atentamente a prática da pesca realizada por meu pai, mesmo que de forma esporádica. Mais tarde na faculdade, tive a honra de trabalhar diretamente com esses pescadores e pescadoras como bolsista no projeto "Incentivo à Pesca Sustentável". Durante essa experiência, conheci de perto a realidade e a luta das comunidades ribeirinhas e das cidades afetadas, especialmente frente às mudanças impostas pela construção da usina hidrelétrica de Belo Monte.

A hidrelétrica de Belo Monte foi construída no território do município de Vitória do Xingu-PA, que também foi impactada pelo empreendimento.

Contudo, o município de Altamira no Pará foi o mais impactado pela obra, pois sofreu com a mudança na configuração espacial por conta do alagamento de partes de seu território com a contenção do rio por um barramento de 600 metros de extensão (**Figura 1**).

Figura 1: Barramento do Rio Xingu no território da Volta Grande do Xingu.



Fonte: Ferreira (2012)

A cidade de Altamira recebeu o maior contingente de migrantes por ser uma cidade polo na região do Xingu, por oferecer serviços básicos essenciais de maior relevância como: saúde, educação, transporte, rede de hotéis, rede de bancos etc.

No ano de 2011, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal (PAC), começaram as obras da hidrelétrica UHE-Belo Monte na região do curso do rio chamada de Volta Grande do Xingu.

Os pescadores e pescadoras que moravam as margens do rio na cidade de Altamira-PA e que utilizavam as ilhas fluviais - como locais facilitadores para a pesca em locais tradicionais como a Volta Grande do Xingu, - foram impactados.

O Consorcio Construtor Belo Monte realocou pescadores e pescadoras artesanais para novos bairros chamados de Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), como forma de compensação. Os pescadores e pescadoras foram obrigados a sair de seus locais de moradias, não aceitaram a realocação como a única forma de compensação, pois tiveram perdas significativas, como diminuição de estoque pesqueiro¹ e o problema da distância do rio em relação ao novo lugar de moradia (PBA, 2009). A comunidade de pescadores e pescadoras reivindicam pautas ligadas às suas perdas até hoje, para serem reconhecidos como atingidos e para terem a compensação financeira digna pelos impactos causados.

Assim, o presente trabalho tem como perguntas de partida: Quem são esses pescadores e pescadoras artesanais do médio Xingu? Como a migração compulsória afetou a vida socioeconômica e cultural dos pescadores e pescadoras? Em que sentido a

¹ <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2021/denuncia-234-2019-95.pdf/view>

(re)territorialização se aplica no contexto da realocação? Qual a relação entre a proposta formalizada e a realização prática das compensações e indenizações observadas no Plano Básico Ambiental (PBA)?

CAPÍTULO 1 – CONHECENDO O RIO XINGU E OS PESCADORES(AS) ARTESANAIS DO MÉDIO XINGU

1.1 Conhecendo a divisão territorial do alto, médio e baixo Xingu

O Rio Xingu é um dos principais afluentes do Rio Amazonas, com uma extensão aproximada de 1.979 quilômetros. Sua nascente está localizada em Mato Grosso, na união das serras do Roncador e Formosa, a uma altitude de cerca de 600 metros. O rio percorre um trajeto sinuoso, atravessando diversas regiões e comunidades indígenas, até desaguar no Rio Amazonas no estado do Pará (Ayres, 1995).

O rio Xingu pertence ao grupo dos rios de águas claras, pobres em sedimentos, mas em outras áreas podem ser ricas em matéria dissolvida (Ayres, 1995). Possui uma extensão de 1.979 km, desde suas nascentes no Planalto Central Brasileiro até sua foz no rio Amazonas, e drena uma área de 540. 000 km², com débito de 7.100 m³ /seg (Miranda et al., 1988). Nasce a oeste da Serra do Roncador e ao norte da Serra Azul, no leste do Mato Grosso. Corre na direção sul-norte, paralelo aos rios Tapajós e Tocantins, e após percorrer quase 2.000 km, deságua ao sul da ilha de Gurupá (Pará), na margem direita do Amazonas, do qual é um dos maiores afluentes (Ayres, 1995).

O curso alto do Xingu, que se estende por cerca de 150 quilômetros, está situado dentro do Parque Indígena do Xingu. Neste trecho, o rio recebe vários afluentes, como os rios Manissauá-Miçu, Arraias e Suiá-Miçu¹. O curso alto do Xingu é uma região de grande importância ecológica e cultural, sendo lar de diversas etnias indígenas que dependem do rio para sua subsistência (Ayres, 1995).

Ao cruzar a fronteira com o estado do Pará, o rio entra no município de Altamira, onde corre quase exclusivamente pelo território indígena Caiapó. Neste trecho, o rio é marcado por cachoeiras e corredeiras, como as cachoeiras Ananá e Porto Seguro. O antropólogo Darcy Ribeiro destacou a importância do curso médio do Xingu como um espaço de convivência e intercâmbio cultural entre indígenas e não indígenas, sendo um exemplo de coabitação pacífica e respeitosa. O regime fluvial do médio Xingu caracteriza-se por apresentar um período de

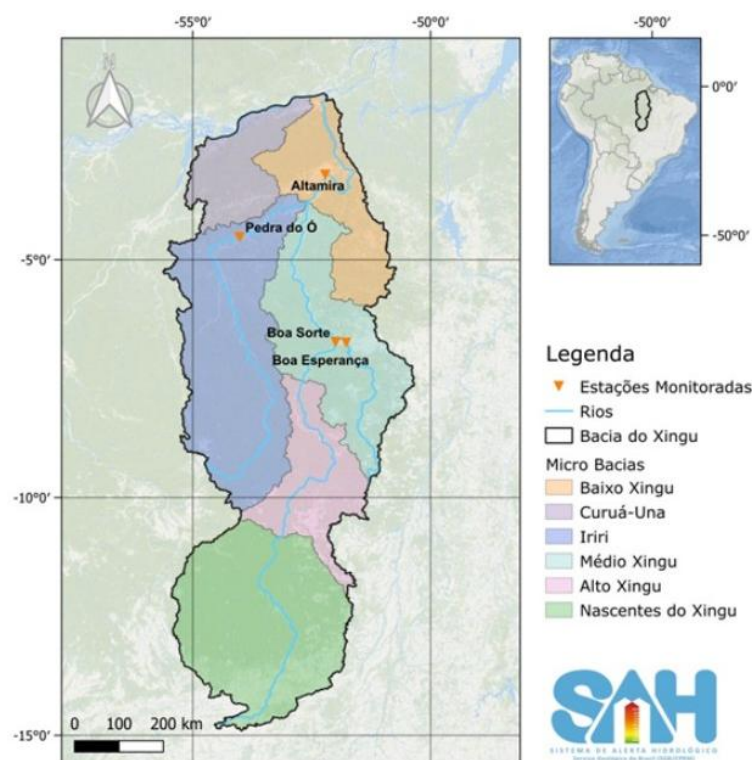
enchentes de dezembro a fevereiro, cheia de março a abril, vazante de maio a julho e seca de agosto a novembro (Barthem e Fabré, 2004; Eletrobras, 2008).

O curso baixo do Xingu é caracterizado por um rio mais largo e com muitas ilhas e bancos de areia. Neste trecho, o rio passa por cidades como Altamira e Vitória do Xingu, que dependem do rio para a navegação e a pesca. O sociólogo Gilberto Freyre mencionou a importância do curso baixo do Xingu para o desenvolvimento econômico das comunidades ribeirinhas, que utilizam o rio como uma via de transporte e fonte de recursos naturais.

O Xingu é vital para as comunidades indígenas que habitam suas margens, fornecendo água, alimentos e um meio de transporte. Para as cidades ao longo de seu curso, o rio é uma fonte de energia hidrelétrica, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que gera eletricidade para milhões de pessoas. No entanto, o impacto ambiental dessas infraestruturas tem sido um tema de debate entre ambientalistas e autoridades locais (Ayres, 1995).

O Rio Xingu é um patrimônio natural e cultural de grande importância (**Figura 2**), tanto para as comunidades indígenas quanto para as cidades ao longo de seu curso. A preservação deste rio é essencial para garantir a sustentabilidade e o bem-estar das futuras gerações.

Figura 2: Curso do Rio Xingu, baixo, médio e alto Xingu



1.2 Uma tipologia dos pescadores(as) artesanais amazônicos

Desde o início dos anos 2000, percebe-se uma intensificação na preocupação com a gestão dos recursos naturais. Isso resultou na implementação de novas normas e legislações que regulamentam a pesca artesanal e o uso sustentável dos recursos ambientais. Um exemplo marcante é a Lei nº 5.051, de 5 de abril de 2004², que oficializou a adesão do Brasil à Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esse tratado aborda questões relacionadas a Povos Indígenas, Tribais e Comunidades Tradicionais. O documento destaca a relevância dessas comunidades na utilização sustentável dos recursos naturais e recomenda que os países adotem estratégias globais para preservação, frente aos desafios causados pela exploração excessiva dos recursos na contemporaneidade (Brasil, 2004).

Com base nas regulamentações vigentes no Brasil, destaca-se o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007³, que estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, juntamente com a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009⁴, que versa sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Ambas possuem caráter regulatório e visam limitar o uso e a exploração dos recursos naturais, promovendo o desenvolvimento sustentável desses ambientes e garantindo a preservação dos modos de vida e culturas específicas. Contudo, há desafios persistentes na efetiva identificação das comunidades tradicionais de pescadores como tal. O Decreto nº 6.040, em especial, apresenta no Artigo 3º uma definição que amplia o entendimento sobre povos e comunidades tradicionais:

I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007, n.p.)

Furtado (1993) propõe uma tipologia para classificar os pescadores artesanais no baixo rio Amazonas, área onde realizou detalhado estudo sobre a pesca. Uma primeira categoria

² <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=5051&ano=2004&ato=a54QzZ61keRpWT476>

³ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

⁴ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11959.htm

proposta pela autora é constituída pelo que chama de pescador polivalente. Segundo Furtado (1993, p.94):

“As comunidades ribeirinhas da Amazônia são compostas em sua grande maioria por moradores que dividem o tempo entre agricultura e a pesca artesanal, sendo essa a sua maior fonte de proteína animal, pesca é de subsistência, mas eventualmente, a produção excedente é comercializada, principalmente no período de seca. Esses pescadores(as) são usualmente classificados como pescador-lavrador, varjeiro ou polivalente”.

Nesse sentido, entende-se que os pescadores(as) polivalentes são aqueles que, além da pesca, também desenvolvem outras atividades, como a agricultura e diversas modalidades de extrativismos. Devido ao modo de produção, moram as margens de rios, onde produzem alimentos orgânicos em hortas, cultivam arroz, milho, mandioca, feijão etc.

“A categoria social do pescador-agricultor referia-se a um fenômeno generalizável para toda Amazônia. No rio Amazonas, por exemplo, muitos pescadores do município de Itacotiara trabalhavam nas lavouras, período relativamente ruim para a pesca. Entre os produtos cultivados estavam arroz e a mandioca; com este último recurso o habitante local prepara a farinha para servir de complemento alimentício” (Smith, 1979, p. 154).

Esses pescadores(as) também possuem criação de animais como galinha, patos, porcos, carneiros, e bovinos, sendo isso que os caracterizam como pescadores(as) polivalentes, além do fato de extraírem da natureza outros produtos como açaí e bacaba, frutos que são alimentos que fazem parte da dieta alimentar dos ribeirinhos, nesse contexto é notável o uso do espaço as relações sociais e econômicas.

“O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos” (Santos, 1979, p.10).

Furtado (1993, p.45) revela que em função da expansão da pesca comercial, houve uma dupla dimensão na prática dessa atividade. Numa delas, a atividade da pesca é apenas complementar na vida da população; na outra, a pesca é uma atividade central, ocupando quase totalmente o tempo do pescador.

Os pescadores(as) inseridos na primeira dimensão da pesca destinam o produto da captura mais ao consumo do que a comercialização, e estão associados permanentemente a uma

atividade agrícola. A outra categoria de pescadores(as) apresentada por Furtado (1993) é aquela que denomina pescadores(as) monovalentes. Trata-se de pescadores(as) que ocupam a maior parte de seu tempo de trabalho a atividade pesqueira, dependendo basicamente, dessa atividade para sua reprodução social.

As singularidades no seio da organização destes grupos sociais nortearão a forma de uso dos recursos naturais, principalmente no que tange aos recursos pesqueiros. Assim, essas categorias relativamente distintas de produtores autônomos em termo da organização do trabalho, da composição das unidades de produção, do uso do tempo, do circuito de pescaria e das modalidades de manejo do meio ambiente (Furtado, 1993).

Os pescadores(as) polivalentes durante o período defeso praticam atividades agrícolas, essa condição de trabalho faz com que eles consigam se manter durante o período em que é proibido a pesca. Praticam outras atividades como criações de animais domésticos e outras atividades extrativistas faz com que eles garantam as mínimas condições de sobrevivência. Já os pescadores(as) monovalentes tendem a ficar mais fragilizados e mais dependentes do seguro-defeso⁵.

1.3 Os pescadores(as) do médio Xingu e seu modo de vida

A vida desses pescadores(as) é marcada pela simplicidade e pela conexão íntima com a natureza. O dia começa cedo, antes do amanhecer, quando os pescadores(as) saem em suas canoas para lançar as redes e buscar os melhores pontos de pesca. Eles dependem de seus conhecimentos sobre o comportamento dos peixes, as correntes do rio e as mudanças sazonais para garantir uma boa pesca (Diegues & Arruda, 2000).

A bacia do Xingu, no Estado do Pará, é rica em espécies de peixes de importância comercial e ornamental. A atividade pesqueira possui uma diversidade de combinações entre artes de pesca, embarcações e até mesmo táticas pesqueiras, adaptadas à sazonalidade da região e direcionadas a recursos de montante e jusante das grandes corredeiras. A pesca comercial nessa região possui como espécies alvos, principalmente, *Cichla* spp. (tucunarés) e *Plagioscion* spp. (pescadas), capturados com linha e anzol e com redes de emalhe (Eletrobrás, 2008).

Além da pesca, a vida comunitária é um aspecto fundamental. Os pescadores(as) compartilham suas capturas com a comunidade e participam de trocas e comércio local. A

⁵ <https://www.gov.br/inss/pt-br/noticias/segu-ro-defeso-entenda-o-beneficio-para-o-pescador-artesanal>

produção de artesanatos, como redes de pesca, também é comum, complementando a renda familiar (Diegues & Arruda, 2000).

Em pesquisa organizada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), De Francesco et. al. (2017, p. 53-54) constataram que os beiradeiros/pescadores(as) atingidos pela formação do reservatório principal da hidrelétrica Belo Monte em 2015, no médio Xingu, assentavam sua reprodução no uso da floresta, do rio e de terras agricultáveis nas ilhas e na terra firme. Entre os entrevistados na pesquisa, 68% criavam animais, 83% trabalhavam com cultivos em roças, 87% praticavam extrativismo vegetal e 100% desenvolviam a pesca. Conforme De Francesco et. al. (2017, p. 54):

Durante as entrevistas, recorrentes falas se referiram à fartura que esse modelo de produção proporcionava no contexto familiar. Essa fartura também se associava às trocas recíprocas entre grupos domésticos vizinhos e aparentados: uma variedade de alimentos como pescados, carnes e ovos, tubérculos, grãos, frutas, legumes e hortaliças, assegurando a ingestão de vitaminas, sais minerais, fibras e proteínas importantes na dieta alimentar – compartilhados entre os membros de redes de parentesco e de vizinhança.

A transmissão de conhecimentos e práticas de pesca de pais para filhos é um aspecto crucial na vida dos pescadores(as) do Xingu. Desde cedo, os filhos aprendem com seus pais a arte da pesca, os segredos do rio e a importância de respeitar a natureza. Esse legado cultural não só garante a continuidade das práticas tradicionais, mas também fortalece os laços familiares e comunitários (Diegues & Arruda, 2000).

A pesca no rio Xingu não é apenas uma profissão, mas uma forma de subsistência que sustenta famílias há gerações (**Figura 3**). As técnicas de pesca artesanal garantem que apenas o necessário seja retirado do rio, preservando os recursos naturais para o futuro. Entretanto, nos últimos anos, os pescadores(as) têm enfrentado desafios significativos, como a construção de barragens e a degradação ambiental, que impactam diretamente suas atividades e o ecossistema do Xingu (Diegues & Arruda, 2000).

A resiliência e a adaptação são características marcantes desses pescadores e pescadoras. Eles têm lutado para manter suas tradições vivas e para proteger o rio que é essencial para suas vidas e culturas (Diegues & Arruda, 2000).

Figura 3: Pescador tecendo rede de pesca, cultura aprendida com o pai que era também pescador



Fonte: Ferreira (2023)

1.4 As mulheres pescadoras do rio Xingu e sua luta por reconhecimento

O Rio Xingu, um dos mais emblemáticos rios da Amazônia, tem sido palco de lutas históricas não apenas pela preservação ambiental, mas também pelos direitos das populações que dele dependem para sua sobrevivência. Entre essas populações, as mulheres pescadoras emergem como protagonistas em uma narrativa de resistência, pertencimento e busca por reconhecimento, enfrentando desafios impostos por megaprojetos como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (Goes e Cordeiro, 2018).

Lima (2003) enfatiza que a participação das mulheres envolvidas na pesca e nas políticas públicas ocorreu em dois momentos distintos. O primeiro surgiu nos meados da década de 1990, especialmente com a inclusão dos pescadores(as) artesanais como beneficiários do regime de segurados especiais, garantindo assim direitos previdenciários não apenas para os pescadores(as), mas também para os membros de seus grupos familiares, incluindo mulheres e adolescentes. O segundo momento se caracterizou no ano de 1995, quando houve uma pressão significativa por parte de organizações não governamentais que financiaram entidades

relacionadas à categoria dos pescadores(as), durante o I Encontro de Mulheres Pescadoras realizado em São Luís, Maranhão⁶ (Goes e Cordeiro, 2018, p. 780).

No Brasil, 49,56% dos profissionais que vivem das águas são mulheres. Isso corresponde a: 781.596 pescadoras artesanais, Cerca de 30 mil mulheres da pesca amadora e esportiva, 4.960 aquicultoras registradas (Brasil, 2023).

Segundo Furtado (1993) é relevante pensar que a pesca no sentido mais da complexidade de cadeia produtiva e não apenas do ato direto de extrair o produto das águas. Mas a captura, distribuição e comercialização, envolvem crucialmente relações de gênero, onde o trabalho tradicionalmente é calcado na mão de obra familiar, entrando aí o trabalho das mulheres.

A busca pelo reconhecimento das mulheres no contexto profissional culminou na criação, em 2006, da Articulação Nacional das Pescadoras. Além de representar um veículo para as reivindicações das mulheres, essa organização também simboliza o desenvolvimento de uma identidade única no campo da pesca: a figura da 'pescadora' (Goes e Cordeiro, 2018, p. 780).

A luta das mulheres pescadoras do Xingu é também uma luta pelo pertencimento, para elas (**Figura 4**), o rio não é apenas um recurso, mas parte essencial de sua identidade e história. É por isso que, mesmo diante de tantas adversidades, elas continuam resistindo. Seu pertencimento às comunidades pesqueiras do Xingu é fonte de força, inspirando outras mulheres e comunidades a se levantarem contra injustiças (Furtado, 1993).

6

https://www.researchgate.net/profile/Edna-Alencar/publication/363473263_Pescadoras_em_busca_de_cidadania/links/631def96071ea12e3626fc87/Pescadoras-em-busca-de-cidadania.pdf

Figura 4: Pescadora em sua atividade cotidiana na pesca



Fonte: Ferreira (2023)

Essa resistência não é apenas uma luta pelo presente, mas também pelo futuro. Ao reivindicar seu papel como guardiãs do rio e da cultura pesqueira, essas mulheres pescadoras ajudam a construir um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável, em que os direitos das comunidades tradicionais sejam respeitados e valorizados (Furtado, 1993).

As mulheres pescadoras do Xingu trabalham na pesca para ajudar a família e para comprar objetos de uso pessoal. O rio é muito importante para as pescadoras, percebe-se que obtém seu dinheiro apenas dessa fonte de renda que é a pesca e que o rio tem uma simbologia muito forte para com elas, pois de acordo com essas pescadoras, seus filhos são criados do que é retirado do rio e da terra.

O reconhecimento do papel produtivo das mulheres pela participação no trabalho familiar, resultado de lutas sociais de movimentos que articulam interesses específicos aos trabalhadores rurais, tem, contudo, demonstrado diferenças entre as mulheres desse segmento de trabalhadores e dos demais (Neves; Motta-Maués, 2013, p. 27).

No contexto das pesquisas etnográficas e sociológicas que abordam o papel das mulheres no ramo pesqueiro, as autoras enfatizam que as mulheres desempenham tanto atividades remuneradas quanto não remuneradas. O último inclui tarefas relacionadas ao consumo familiar e às responsabilidades domésticas (Goes e Cordeiro, 2018, p. 781).

Nesse sentido, observa-se que o cotidiano das pescadoras constitui uma história de resistência e de busca de uma vida melhor para as comunidades onde vivem, pois revezam na prática da pesca e nos afazeres domésticos. A história que se faz perceber a partir das pescadoras, se expressa nas lembranças e no conhecimento que possuem sobre a pesca no rio Xingu repassando de geração em geração (Goes e Cordeiro, 2018, p. 782).

Quanto ao papel da mulher na pesca e sua relevância neste setor, podemos compreender que sua integração no seio das famílias de pescadores(as) desempenha um papel fundamental para o sucesso. É evidente que a divisão de responsabilidades de gênero é um aspecto internalizado desde a infância, influenciado pelo processo de socialização (Diegues, 1983; Lima, 2003; Maneschy, 1995; Motta-Maués, 1999). A socialização das mulheres está frequentemente associada ao conhecimento relacionado à terra, como a administração da casa e o cultivo, enquanto a dos homens envolve a aquisição de habilidades relacionadas à pesca, navegação e compreensão dos movimentos das marés (Diegues, 1983; Lima, 2003), (Goes e Cordeiro, 2018, p. 782).

Logo, as mulheres (**Figura 5**) na prática pesqueira na região Amazônica desempenham um papel vital na manutenção dos ecossistemas aquáticos, na preservação das tradições culturais e no sustento de suas famílias. Promover a igualdade de gênero e valorizar a contribuição das pescadoras é essencial para a sustentabilidade dessa atividade e para a conservação desse ecossistema único e fundamental (Furtado, 1993).

Figura 5: Grupo de mulheres após uma tarde de pesca no bairro Laranjeiras



Fonte: Ferreira (2025)

Um dos aspectos mais marcantes da luta das mulheres pescadoras do Rio Xingu é seu envolvimento em organizações e associações pesqueiras. Essas instituições servem como plataformas para articular demandas, compartilhar experiências e fortalecer o sentimento de pertencimento. A partir dessas organizações, elas buscam não apenas proteger seus direitos como pescadoras, mas também ampliar o reconhecimento de sua importância nos processos de tomada de decisão relacionados aos recursos hídricos e à pesca (Furtado, 1993).

Além disso, essas mulheres têm sido essenciais na construção de redes de solidariedade com outros grupos impactados por Belo Monte. Elas participam de audiências públicas, promovem campanhas e articulam alianças com movimentos ambientais e de direitos humanos, ampliando o alcance de sua luta (**Figura 6**). Sua presença nessas organizações é uma afirmação de que as questões de gênero e justiça social não podem ser dissociadas da luta ambiental (Furtado, 1993).

Figura 6: Mulher pescadora de comunidade do Xingu em reunião com a Norte Energia trazendo as demandas em relação aos impactos em sua comunidade e buscando soluções.



Fonte: Denis (2025)

Com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, o território e a vida das populações ribeirinhas do Xingu foram profundamente afetados. A mudança nos ciclos das águas, a redução da biodiversidade e a perda de áreas tradicionalmente utilizadas para pesca resultaram em significativas dificuldades econômicas e sociais. Para as mulheres pescadoras, esses impactos foram ainda mais profundos, já que sua luta pelo reconhecimento e pela igualdade passou a coexistir com a necessidade de reivindicar reparações e condições para garantir sua sobrevivência (Furtado, 1993).

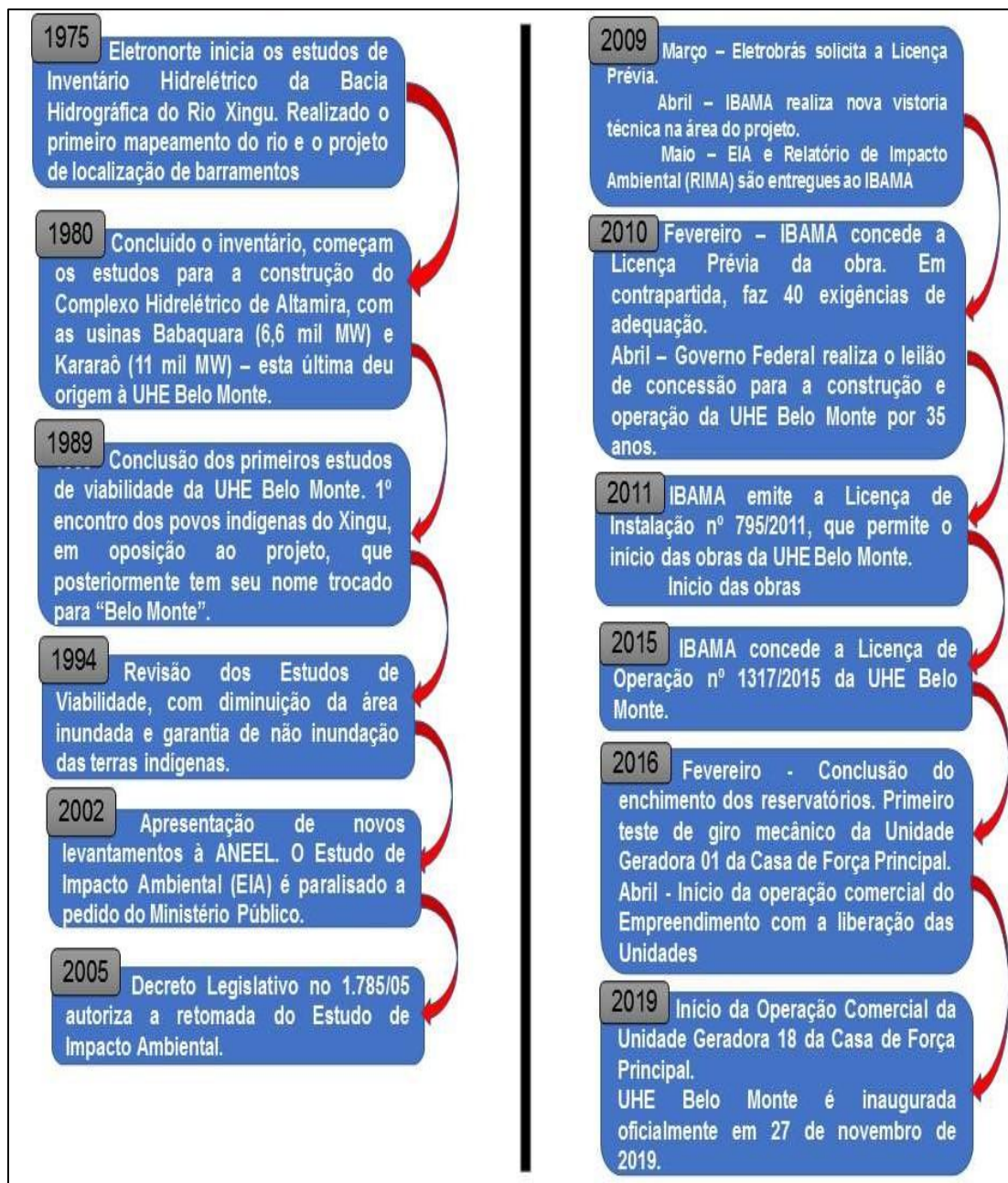
A invisibilização do papel das mulheres pescadoras durante o planejamento e a implementação de Belo Monte tornou-se evidente. Muitas delas relatam que suas demandas específicas foram ignoradas em negociações e estudos de impacto ambiental (Maneschy, Alencar, Nascimento, 1995). No entanto, isso não as impediu de se mobilizar. Unidas em torno de organizações pesqueiras e movimentos sociais, essas mulheres têm demonstrado grande força ao reivindicar seu espaço e seus direitos (Maneschy, Alencar, Nascimento, 1995).

CAPÍTULO 2 – CONTEXTO ESPACIAL DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE E OS PESCADORES(AS) NESSE PROCESSO

2.1 Aspectos da construção da usina Hidrelétrica de Belo Monte.

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte, localizada no rio Xingu, no estado do Pará, é uma das maiores obras de infraestrutura do setor energético brasileiro e, ao mesmo tempo, um símbolo das complexas relações entre desenvolvimento econômico, meio ambiente e direitos sociais. Com uma capacidade instalada de 11.233 MW⁷, 4571MW médio e 24 turbinas operando, Belo Monte se consolida como a terceira maior hidrelétrica do mundo e a maior integralmente brasileira. No entanto, desde as suas primeiras propostas nos anos 1970 (**Quadro 1**), a construção esteve envolta em controvérsias, levantando questões fundamentais sobre os impactos ambientais e sociais de grandes projetos de infraestrutura em áreas sensíveis como a Amazônia (Norte Energia, 2015).

⁷ <https://www.norteenergiasa.com.br/uhe-belo-monte/>

Quadro 1: Linha Temporal da UHE Belo Monte

Fonte: Norte Energia. Adaptado por Patrícia Barbosa Nunes (2023)

A origem do projeto remonta ao governo militar, período em que o Brasil passou por uma intensa expansão econômica e pela busca pela autossuficiência energética. Inicialmente chamada de Kararaô⁸, a usina lançou forte oposição às comunidades indígenas e aos movimentos sociais, que alertavam para os graves impactos que sua construção exigia na biodiversidade e nos modos de vida das populações locais. Segundo Costa (2019), a mudança

⁸ Referência ao grito de guerra da tribo indígena Kaiapó.

de nome para Belo Monte ocorreu justamente como resposta aos protestos indígenas, que denunciavam a invisibilização de seus direitos e a ameaça representada pela obra. Esse marco inicial evidenciou a tensão entre o desenvolvimento proposto pelo governo e as demandas da sociedade que seriam diretamente afetadas.

Após décadas de adiamentos e ajustes no projeto, o governo brasileiro aprovou em 2005⁹ o plano para a construção de Belo Monte, justificando-o como essencial para suprir o crescimento da demanda por energia elétrica e fortalecer a infraestrutura energética nacional. Porém, a aprovação foi cercada de polêmicas. O processo de licenciamento ambiental tornou-se um campo de disputas judiciais, sendo amplamente criticado por organizações ambientais e pelos defensores dos direitos humanos. Entre as principais acusações estava a ausência de consultas prévias desejadas às comunidades indígenas e ribeirinhas, como preconizado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além disso, as análises ambientais apontaram para impactos irreversíveis no ecossistema local, como a redução da vazão do rio Xingu e as mudanças nos habitats de diversas espécies endêmicas de peixes¹⁰.

A construção, iniciada em 2011(**Figura 7**) como parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC¹¹, sob a gestão do consórcio Norte Energia (**Quadro 2**), avançou apesar das críticas e das inúmeras tentativas de barrá-la judicialmente. Para Costa (2019), a usina contribui significativamente para o sistema energético nacional, atende a um modelo de desenvolvimento que desconsidera os custos socioambientais. O modelo de operação fio d'água, adotado para reduzir os impactos ambientais diretos, limita a geração de energia, especialmente em períodos de seca, evidenciando o desafio de compatibilizar eficiência energética e sustentabilidade ambiental em empreendimento desse porte.

⁹ <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/dossie-belo-monte>

¹⁰ HARARI, Isabel. Belo Monte Coloca Biodiversidade em Risco. Instituto Humanitas Unisinos – IHU. 21 de Junh. 2018, Reportagem, Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/sobre-o-ihu/78-noticias/580208-belo-monte-coloca-biodiversidade-do-xingu-em-risco>. Acesso em: 22 de setem. 2024.

¹¹ O PAC foi lançado em Janeiro de 2007 durante o segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em março de 2010, ainda no governo Lula, foi lançado o PAC2. O objetivo deste programa federal é acelerar o crescimento econômico do país por meio de diversos investimentos concentrando suas ações no setor de infra-estrutura.

Figura 7: Início da construção da Hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu

Fonte: Lalo de Almeida / Folhapress (2015)

Quadro 2: Participação na Norte Energia

A Usina de Belo Monte é administrada pelo grupo Norte Energia	
Grupo Eletrobras (Eletrobras e Chesf)	49,98%
Entidades de Previdência (Petros e Funcef)	20%
Autoprodutoras (Aliança Norte Energia SA – Vale e Cemig – e Sinobras)	10%
Belo Monte Participações (NeoEnergia)	10%
Amazônia Energia SA (Light e Cemig)	9,77%
J6 Energia Renovável	0,25%

Fonte: Aneel / Adaptado por Ferreira (2025)

O legado de Belo Monte continua sendo amplamente debatido. Sob o prisma ambiental, uma usina alterou de maneira irreversível o ecossistema do rio Xingu, provocando a fragmentação de habitats e impactando diretamente a biodiversidade da região. Estudos realizados por organizações como o Instituto Socioambiental (ISA) indicam que as áreas de vazão são reduzidas com prejuízos com a diminuição da qualidade da água¹², afetando a pesca

¹² <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/25d00004.pdf>

e o modo de vida das comunidades ribeirinhas. Além disso, as populações indígenas, como os povos Juruna e Kayapó (**Figura 8**), enfrentaram deslocamentos e tiveram seus territórios tradicionalmente ocupados, fragmentados ou comprometidos, gerando impactos culturais e sociais profundos.

Figura 8: Indígena Tuíra Kayapó passa o terçado no rosto de José Antônio Muniz Lopes, da Eletronorte, em protesto contra a construção da hidrelétrica de Kararaô, hoje Belo Monte.



Fonte: Protásio Nene/AE (21/02/1989)

No âmbito social, os desafios são igualmente alarmantes. O reassentamento de famílias ribeirinhas gerou uma série de dificuldades para os deslocados, incluindo falta de acesso a serviços básicos e perda de laços comunitários. Costa (2019) observa que os projetos de compensação e mitigação propostos pelo consórcio Norte Energia foram significativamente insuficientes para atender às demandas locais, perpetuando desigualdades sociais em uma região já marcada por vulnerabilidades.

No entanto, o impacto ambiental e o questionamento ético sobre a desconsideração dos direitos ambientais afetados fazem com que Belo Monte seja um exemplo emblemático das contradições do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil (**Figura 9**). O caso revela a urgência de compensar a forma como grandes obras de infraestrutura são planejadas e executadas, buscando equilibrar as necessidades energéticas com o respeito aos direitos humanos e à preservação ambiental (Costa, 2019).

Figura 9: Trabalhador corta árvores para dar lugar ao lago da usina de Belo Monte



Fonte: Marcio Isensee e Sá (2011)

A análise de Belo Monte, como destaca Costa (2019), é essencial para avaliar não apenas o passado, mas também o futuro das políticas de desenvolvimento no Brasil. A experiência da usina reafirma a necessidade de integrar dimensões sociais e ecológicas aos projetos de infraestrutura, garantindo que os benefícios econômicos não sejam alcançados em custos de prejuízos irreparáveis ao meio ambiente e às comunidades. Nesse sentido, o legado de Belo Monte transcende sua contribuição energética, constituindo um alerta e um convite ao debate sobre os caminhos que o Brasil deve seguir na busca por um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

2.2 Hidroeletricidade e (des)territorialização nos Rios Amazônicos

Os cursos d'água desempenham um papel fundamental na manutenção da vida no planeta, sendo essenciais para o equilíbrio ambiental, econômico e social. Esses corpos hídricos vão além de sua função aparente de transporte de água: eles abrigam ecossistemas ricos e complexos que sustentam uma vasta biodiversidade. Ao longo do tempo, rios, lagos e córregos moldaram paisagens e garantiram recursos indispensáveis ao desenvolvimento das civilizações humanas. Nesse contexto, as funções ecológicas e os serviços ambientais fornecidos por esses sistemas aquáticos são inestimáveis, como evidenciado no seguinte trecho:

As múltiplas funções ecológicas e serviços ambientais prestados gratuitamente por cursos d'água são inúmeros e valiosos. Um rio não é um simples canal de água, é um rico ecossistema moldado ao longo de milhões de anos, com ritmos próprios de composição e decomposição. Verdadeiros corredores de biodiversidade fornecem água, ar puro, alimentos, terras férteis, equilíbrio climático, fármacos animais e vegetais e recreação, turismo ecológico, entre outros tantos serviços (Junk e Mello, 2008).

A citação acima, extraída de um dos volumes do EIA da hidrelétrica Belo Monte, aponta variadas funções e formas de apropriação dos rios. Todavia, ainda conforme o mesmo documento, toda obra de grande porte, provoca inúmeros impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais que transformam as regiões onde se instalam, sendo que determinados impactos são irreversíveis, e outros a capacidade de resiliência da natureza em conjunto com as ações antrópicas positivas se encarregam de corrigir e/ou restaurar.

Na Amazônia, os rios constituíram-se nas primeiras redes geográficas de transportes, não sendo apenas um canal de água. Nessa região, os rios também são ricos em ecossistemas moldados ao longo de milhões de anos, com ritmos próprios de composição e decomposição. São verdadeiros corredores de biodiversidade, fornecendo água, ar puro, terras férteis, equilíbrio climático, além de outros benefícios ligados a pesca, a agricultura de subsistência, via de transporte e auxílio na pecuária extensiva. Mexer com essa diversidade ecossistêmica, que propicia tantos serviços, provoca muitas discórdias de difícil consenso (Rima, 2008).

Todavia, desde os anos 1970, o Brasil fez uma opção clara na sua matriz energética, com o advento do chamado neodesenvolvimento propiciado com a crise do petróleo, o governo deu privilégio a hidroeletricidade, principalmente através da instalação de grandes hidrelétricas, como base para geração de energia. Na Amazônia brasileira, essa opção se iniciou com a construção da hidrelétrica de Tucuruí, a partir da segunda metade da década de 1970, obra que trouxe diversas implicações socioambientais, sendo planejada e instalada de forma autoritária no governo militar (Magalhães, 2007).

No ano de 2002, após vários outros estudos de viabilidade da construção da obra, enfim foram apresentados à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)¹³ os referidos estudos, mas o Ministério Público paralisou o trabalho por meio de uma ação judicial e os Estudos de Impactos Ambientais (EIA) não foi concluído, passando por todas essas fases de estudos e paralisações até então, foi apenas em 2009 que o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) foram entregues ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

¹³<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/aneel-assina-contrato-do-segundo-bipolo-da-transmissao-de-belo-monte-com-2-5-mil-km>

(IBAMA)¹⁴ e no ano de 2011 como parte do Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal (PAC)¹⁵ começaram as obras da UHE-Belo Monte na Volta Grande do Xingu.

Nesse contexto, a bacia hidrográfica amazônica é identificada única e exclusivamente pelo seu potencial hidrelétrico, criando-se as pré-condições para exploração dos recursos naturais da região, não só dos minérios, como principalmente dos recursos hídricos monopolizados para a produção de energia elétrica (Bermann, 2012).

Todavia, a instalação dessas grandes hidrelétricas tem inevitavelmente alterado a qualidade e a dinâmica das águas, afetando a estrutura da comunidade de peixes. Além disso, a instalação dessas grandes hidrelétricas interrompe o fluxo do rio, se constituindo em uma barreira para a dispersão das espécies migratórias (Junk; Nunes de Mello, 2008). E, em termos socioespaciais, interfere diretamente no modo de vida das populações locais que historicamente usam os rios como via de deslocamento, fonte de subsistência e referência simbólico-cultural.

Dessa maneira, a expansão da hidroeletricidade na Amazônia pode ser vista como uma forma de territorialização mais funcional, baseada na dominação política e econômica do espaço, que se impõe sobre as outras formas de territorialização mais relacionadas à apropriação do espaço, marcadas não apenas por usos mais materiais, mas também por relações de natureza simbólico-cultural (Marinho; Saraiva, 2013). As populações ditas tradicionais, que se caracterizam por essa última forma de territorialização, são, desse modo, (des)territorializadas, não só pelo deslocamento compulsório, mas porque tem seu modo de vida destruído pela territorialização que se impõe.

2.3 Hidrelétrica de Belo Monte e a pesca no Rio Xingu

A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte exemplifica os desafios e as contradições associadas à expansão de grandes empreendimentos na Amazônia. Este projeto emblemático tornou-se um símbolo de conflito entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, expondo as tensões geradas pela implementação de obras de grande porte em regiões ecologicamente sensíveis e socioculturalmente distribuídas. Nesse contexto, o projeto também revelou profundas falhas no respeito aos direitos das populações tradicionais e na condução de processos participativos.

¹⁴<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/06/15/ibama-defende-concessao-de-licenca-ambiental-para-belo-monte>

¹⁵<https://sul21.com.br/noticiasultimas-noticiaspolitica/2011/08/obras-avancam-e-pressao-contra-belo-monte-aumenta/>

A usina de Belo Monte é o paradigma para o processo e expansão da fronteira hidrelétrica na bacia amazônica. Um paradigma marcado pela negação da democracia e pela desconsideração às populações tradicionais da região (Bermann, 2012 p.7).

Foram inúmeras as tentativas de não deixar construir este empreendimento hidrelétrico no rio Xingu, pelo fato de que as barragens anteriormente construídas na Amazônia evidenciam mazelas sociais e ambientais de todos os níveis.

Todavia, após diversos embates políticos e judiciais e certo enfraquecimento da resistência, sobretudo de parte do tradicional movimento social da Transamazônica, que se alinhou às políticas do governo federal (Hencher; Meneses, 2009).

A Norte Energia obtém Licença Prévia de Instalação em abril de 2010, e em 2011 Belo Monte começa a ser construída, com modificações em relação às primeiras propostas de barramento do rio Xingu, e começa a ser construída numa área conhecida como Volta Grande (Figura 10).

Figura 10: Volta Grande do Xingu - Rio Xingu antes e depois da construção do complexo hidrelétrico Belo Monte.



Fonte: Agência Espacial Americana (NASA), (2017), disponível em: <http://www.boto.com/blog/rio-xingu-antes-e-depois-da-construcao-do-complexo-hidreletrico-belo-monte>

Como se observa, a hidrelétrica Belo Monte teve obras nos municípios de Vitória do Xingu e Altamira. Nesses municípios, apresentou a construção de um barramento principal no rio Xingu, no sítio Pimental, que formou um Reservatório do Xingu, do qual a água foi desviada por um Canal de Derivação (o RIMA previa dois canais) para o Reservatório dos Canais, que abastece as turbinas da Casa de Força Principal, situada à jusante do atual povoado Belo Monte, em Vitória do Xingu (Rima, 2009).

Essa hidrelétrica criou, assim, dois ambientes: um de cheia e outro de vazão reduzida ou sequeira no rio Xingu. Ambientes que:

[...] alterarão drasticamente o habitat de inúmeras espécies de animais, desde insetos a peixes encontrados apenas nesta parte da bacia do Xingu, mais que isso, os modos de vidas das famílias residentes nos dois ambientes sofrerão consequências desastrosas, alterando suas formas e ritmos de trabalho e/ou provocando a saída do lugar que morou e trabalhou toda sua vida[...] (Moreira, Silva, Herrera, 2012, p. 4).

Tais mudanças, assim, implicaram extremamente no desenvolvimento de atividades tradicionalmente praticadas no rio Xingu, como a pesca artesanal, por exemplo.

Com relação aos efeitos nessa atividade, o RIMA previu um **Projeto de Monitoramento da Ictiofauna**¹⁶ para "acompanhar os efeitos sobre os peixes antes e após a construção do AHE Belo Monte, incluindo o monitoramento e a avaliação do estado de conservação de espécies de maior interesse" (RIMA, 2009, p. 153), bem como um **Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável**¹⁷, para "produzir informações e realizar atividades que possam facilitar e adequar à forma de pesca na região e a utilização sustentável dos recursos pesqueiros" (RIMA, 2009, p. 153). Isto nas etapas de construção, enchimento e operação da hidrelétrica.

Para tanto, nesse último projeto, "deverá ser feito, entre outros, o monitoramento da atividade pesqueira, a criação de mecanismos participativos de fiscalização e o incentivo, de forma sustentável, de atividades como ecoturismo e a pesca esportiva" (RIMA, 2009, p. 153), ou seja, oficialmente, o que se previu é pouco mediante as amplas implicações que a hidrelétrica causou na atividade pesqueira e na vida dos pescadores que dependiam/dependem do Xingu para sobreviver.

Não se viu, nesses programas, nenhuma promessa voltada para auxiliar o pescador no período em que sua atividade estava comprometida pelo barramento do rio Xingu e tão pouco

¹⁶ [https://www.norteenergiasa.com.br/media/gallery/docs/20231127-103821-335-5B80\\$29%C2%BA-relatorio-bndes-belo-monte-abr-a-jun-de-2020-sem-anexos.pdf](https://www.norteenergiasa.com.br/media/gallery/docs/20231127-103821-335-5B80$29%C2%BA-relatorio-bndes-belo-monte-abr-a-jun-de-2020-sem-anexos.pdf)

¹⁷ <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/25L00022.pdf>

após sua construção nos períodos de secas. Nesse contexto, questiona-se a respeito de como esses pescadores se adaptaram com as mudanças geradas com a instalação da hidrelétrica Belo Monte.

A instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte gerou mudanças profundas e irreversíveis no modo de vida das comunidades que dependem diretamente do Rio Xingu, como os pescadores artesanais. A transformação drástica do ambiente natural afetou a biodiversidade aquática e, conseqüentemente, as condições permitidas para a prática da pesca, uma das principais fontes de subsistência da região.

Embora o RIMA tenha previsto ações mitigadoras, como o Projeto de Monitoramento da Ictiofauna e o Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável, essas iniciativas se mostraram insuficientes para lidar com a magnitude dos impactos. Os programas priorizaram monitoramentos e propostas genéricas para a pesca esportiva e o ecoturismo, mas negligenciaram a realidade imediata dos pescadores artesanais. Não houve medidas efetivas para garantir suporte financeiro ou alternativas econômicas durante os períodos em que a atividade pesqueira foi gravemente prejudicada, tanto durante a construção quanto após a operação da usina, especialmente nos períodos de seca.

Essa lacuna evidencia um problema recorrente em grandes empreendimentos na Amazônia: a desconsideração das especificidades culturais e econômicas das comunidades locais. No caso dos pescadores do Xingu, restou a eles o desafio de se adaptarem sozinhos a uma nova realidade, marcada pela perda de autonomia e pela insegurança econômica.

Dessa forma, a experiência de Belo Monte reafirma a necessidade de uma abordagem mais justa e participativa nos processos de planejamento e execução de projetos desse porte. É necessário que ações compensatórias sejam planejadas e realizadas de forma inclusiva, com o devido reconhecimento das comunidades afetadas como protagonistas na busca por soluções. Apenas assim será possível minimizar os impactos negativos e promover um desenvolvimento que seja, de fato, sustentável e equitativo.

2.4 Conflitos ambientais no Brasil e suas abordagens

A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte se tornou um exemplo emblemático das transformações ambientais e territoriais que podem ser desencadeadas por atividades econômicas modernas em escala local. Essas mudanças geraram uma série de conflitos ambientais, que são descritos por Acselrad, H. (2004, p.26) como:

Aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem ameaçada a continuidade de suas formas de apropriação, ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – em decorrência do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos, ou de bases distintas, interconectadas pelas interações ecossistêmicas.

No Brasil, os conflitos ambientais resultantes da construção de Belo Monte exemplificam o processo de apropriação capitalista de territórios habitados por populações locais. Essas comunidades mantinham relações de produção não tipicamente capitalistas antes das intervenções. A alteração do ecossistema e a reorganização territorial impostas pela usina provocaram rupturas significativas no modo de vida dessas populações, impedindo a continuidade de suas formas tradicionais de apropriação do território (Zhourri e Laschefski, 2010).

O livro *Conflitos Ambientais no Brasil*¹⁸, organizado por Henri Acselrad (2004), apresenta análises detalhadas de diversos autores sobre conflitos em diferentes regiões do país, incluindo os espaços rurais e "florestais", além de áreas urbanas. Ele evidencia como projetos de grande impacto ambiental, como Belo Monte, têm contribuído para intensificar disputas socioambientais em âmbito local.

A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte evidencia o impacto das transformações ambientais que acompanham atividades econômicas modernas em território amazônico. Esse empreendimento contribuiu para o agravamento de conflitos socioambientais envolvendo populações tradicionais, suas práticas de pesca artesanal e seus modos de vida (Zhourri e Laschefski, 2010).

Alfredo Wagner de Almeida (2014) discute como esses conflitos são ampliados pela apropriação do patrimônio genético das “populações tradicionais” da Amazônia pela indústria farmacêutica e biotecnológica. Na mesma região, Lourdes Gonçalves Furtado analisa os impactos da indústria pesqueira, que tem gerado tensões significativas com as comunidades ribeirinhas. Henri Acselrad e Maria das Graças da Silva estudam os conflitos relacionados à construção da barragem de Tucuruí, mostrando como grandes obras de infraestrutura contribuem para a desestabilização de populações locais e suas formas tradicionais de apropriação do território.

¹⁸ <https://pergamumweb.udesc.br/acervo/5021279>

Esse panorama demonstra que os conflitos ambientais associados à usina de Belo Monte e outros projetos similares se distribuem por diversos territórios brasileiros. São ocasionados por atividades econômicas modernas e configuram-se como uma contradição do modelo de desenvolvimento capitalista, que ameaça as bases socioambientais das populações tradicionais (Zhourri e Laschefski, 2010).

No que diz respeito especificamente à pesca artesanal, o *Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil*¹⁹ aponta que 33,33% da população afetada por conflitos ambientais têm alguma relação com a pesca como atividade sócio-reprodutiva. Entre os atingidos, destacam-se 14,81% de pescadores(as) artesanais, 13,47% de ribeirinhos, 2,02% de marisqueiras e 3,03% de caiçaras. Esses números mostram como Belo Monte, além de gerar transformações ecológicas, intensifica tensões entre práticas tradicionais e atividades econômicas modernas.

Essa temática também é explorada no livro *Saberes, Narrativas e Conflitos na Pesca Artesanal*²⁰, organizado por Winifred Knox e Aline Trigueiro (2015), que reúne análises sobre os impactos socioambientais e as resistências das comunidades pesqueiras frente às transformações econômicas e tecnológicas das últimas décadas. Os artigos discutem os desafios enfrentados por essas populações litorâneas e suas estratégias de adaptação e sobrevivência diante de mudanças impostas por processos globalizadores (Knox & Trigueiro, 2015).

A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte é um exemplo expressivo das mudanças ambientais e territoriais causadas por empreendimentos de grande porte, que geram profundas transformações na paisagem e afetam diretamente as populações tradicionais. Essa obra reflete os desafios do modelo de desenvolvimento econômico que se vale da fluidez da ideia de sustentabilidade para justificar sua implementação, provocando, na prática, impactos ambientais e problemas sociais irreversíveis (Zhourri e Laschefski, 2010).

Dentre os artigos que discutem essas questões, destaca-se o trabalho das organizadoras Knox & Trigueiro (2015), intitulado *A pesca artesanal no litoral do Espírito Santo*²¹. As autoras exploram os processos de modernização que visam ao controle absoluto do espaço e grandes mudanças na paisagem, como as causadas pela instalação de estruturas portuárias e outros grandes empreendimentos. Segundo Knox & Trigueiro (2015), o modelo de desenvolvimento vigente nas últimas três décadas no Espírito Santo tem priorizado o crescimento econômico sem trazer efetivo desenvolvimento humano, educacional e cultural, perpetuando problemas

¹⁹ <http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br>

²⁰ <https://edufes.ufes.br/items/show/321>

²¹ https://ava.icmbio.gov.br/pluginfile.php/4592/mod_data/content/17175/Pesca%20artesanal.pdf

como a pobreza e a exclusão social. Esse modelo também tem gerado alterações drásticas nos modos de vida e condições de trabalho das populações locais, intensificando os conflitos ambientais e sociais.

As autoras argumentam que a utilização da ideia de progresso e desenvolvimento tornou-se um instrumento ideológico, frequentemente sobrepondo os interesses nacionais e internacionais aos interesses locais. No caso dos pescadores(as), como apontam Knox & Trigueiro (2015), essa dinâmica resultou na criação de territórios de proteção como resposta aos desafios relacionados à divisão e apropriação do ambiente aquático, antes considerado de uso coletivo. Essas mudanças provocaram ameaças diretas ao trabalho e modo de vida dos pescadores(as), transformações socioculturais abruptas e, em muitos casos, até a expulsão de residentes nativos.

Além disso, outro exemplo relevante no contexto de conflitos ambientais está no caso do Polo Naval de Rio Grande e São José do Norte. O capítulo do livro *Formas de matar, de morrer e de resistir – Limites da resolução negociada de conflitos ambientais*²², organizado por Andréa Zhouri e Norma Valencio (2014), aborda especificamente esse caso. O livro, de forma geral, traz uma análise detalhada sobre os limites das estratégias negociadas para resolução de conflitos, refletindo a magnitude dos impactos socioambientais provocados por grandes empreendimentos como Belo Monte.

as reflexões em torno de especificidades e regularidades dos conflitos socioambientais hodiernos e se orienta para deslindar, com o aprofundamento analítico devido, as variadas formas de matar, de morrer e de resistir que têm sido levadas a cabo neste país nos encontros e desencontros entre as forças institucionais burocratizadas do Estado e suas parcerias com as instituições internacionais e multilaterais; as forças econômicas concentradas e globalizadas as forças políticas de caráter patrimonialista, que se situam num polo, e os sujeitos sociais que, no polo 39 oposto, se articulam progressivamente para reivindicar direitos. (Zhouri & Valencio, 2014, p. 14)

No contexto dos conflitos ambientais, destaca-se o artigo de Cleyton Gerhardt, Rafael Martins Lopo e Caio Floriano dos Santos (2014), intitulado “*Polo Naval do Rio Grande: Ideologia neodesenvolvimentista, “alternativas infernais” e “autoritarismos tolerantes”*”²³. Os autores analisam a implementação do Polo Naval em Rio Grande e São José do Norte, uma manifestação regional do neodesenvolvimentismo, e apontam como o discurso dos “benefícios econômicos” ofusca os danos socioambientais causados por tais empreendimentos. A geração

²²<https://pt.scribd.com/document/350572900/ZHOURI-Andrea-Formas-de-matar-de-morrer-e-de-resistir-limites-da-resolucao-negociada-de-conflitos-ambientais-pdf>

²³ <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000011302.pdf>

de empregos, frequentemente apresentada como uma moeda de troca em situações de chantagem locacional, aparece como dado objetivo nos materiais de divulgação, mesmo que os autores questionem a forma de mensuração desses dados. Eles destacam que os impactos econômicos e sociais resultantes desses projetos têm implicações significativas para os gestores públicos locais.

Além disso, Gerhardt et al. (2014) sublinham que esses projetos fazem parte de uma política *top-down*, na qual o território é utilizado para indução de estratégias de governo, evidenciando a insustentabilidade do modelo neodesenvolvimentista vigente. Eles defendem a importância de estudos sobre formas de sociabilidade e arranjos sociais implicados nesses processos, sugerindo que abordagens etnográficas podem revelar múltiplas facetas desses conflitos e ajudar a legitimar estratégias de resistência. Segundo os autores, é essencial superar a visão vitimizadora de grupos sociais impactados por grandes empreendimentos, como Belo Monte, e adotar perspectivas que possibilitem ações políticas e acadêmicas.

Outro exemplo significativo de conflito ambiental relacionado a grandes empreendimentos é apresentado na dissertação de mestrado de Alissandra Pinheiro Lopes (2013). Orientado por Antônio Carlos Sant'Ana Diegues, o trabalho analisa o caso da Baía de Sepetiba, na região metropolitana do Rio de Janeiro. Lopes (2013) descreve o estuário como um ecossistema de rica biodiversidade e condições oceanográficas favoráveis à pesca artesanal, que sustenta modos de vida tradicionais. No entanto, ela revela que, devido à localização estratégica da Baía de Sepetiba, seu ecossistema tornou-se alvo de empreendimentos industriais e portuários, processo semelhante ao observado em Rio Grande e São José do Norte.

Esses exemplos evidenciam que os impactos ambientais da construção de Belo Monte e de outros grandes projetos vão além das alterações ecológicas, resultando em conflitos sociais e econômicos que ameaçam modos de vida tradicionais e transformam irreversivelmente os territórios afetados.

De maneira similar, devido ao intenso processo de transformação ocorrido na Baía de Sepetiba, Lopes (2013) identificou que pescadores(as) artesanais têm perdido seus territórios de pesca ao competirem com o complexo portuário-industrial da ThyssenKrupp CSA-TKCSA. Segundo a autora, este empreendimento ocupa uma extensa área da baía, criando "zonas de exclusão de pesca" que impedem os pescadores(as) de exercerem sua principal atividade econômica nessas localidades. Lopes (2013) ressalta que as águas, anteriormente de uso coletivo, tornaram-se espaço de disputa entre diversos atores, configurando intensos conflitos socioambientais. Nesse contexto, os impactos ambientais associados à operação do Terminal

Portuário da ThyssenKrupp CSA resultaram em sérias consequências para pescadores(as) de Sepetiba e Coroa Grande, que dependem exclusivamente da pesca para sua subsistência.

Outro exemplo relevante é apresentado na tese de doutorado de Vera Fátima Maciel Lopes (2013-2), intitulada *Era uma vez uma Ilha de Pescadores Artesanais: impactos socioambientais dos grandes complexos industriais, conflitos e resistência (Ilha da Madeira/Itaguaí/RJ)*²⁴. Nesse trabalho, a autora analisa os impactos decorrentes da instalação de grandes empreendimentos na Ilha da Madeira e na Baía de Sepetiba, destacando como esses projetos intensificaram a vulnerabilidade das comunidades pesqueiras. Lopes (2013-2) apontou que a industrialização ao longo das décadas levou a alterações estruturais nas condições ambientais e econômicas dessas regiões. Dentre os casos abordados, destacam-se os conflitos provocados pelo Porto de Açu, em São João da Barra/RJ, e pelos gasodutos na Baía de Guanabara, que reforçam as desigualdades e ameaçam os modos de vida tradicionais.

Além disso, a pesquisa enfatiza a urgência em superar o paradigma que dissocia desenvolvimento, natureza e sociedade, propondo uma lógica de produção que não sufoque outras formas de organização do trabalho, como a pesca artesanal. Os exemplos trazidos por Lopes (2013-2) revelam a injustiça ambiental vivenciada por essas comunidades, apontando para a necessidade de estratégias que conciliem preservação ambiental, sustentabilidade e respeito às populações tradicionais.

As mudanças ambientais provocadas pela construção da usina hidrelétrica de Belo Monte impactam comunidades tradicionais, incluindo pescadores(as) artesanais que têm enfrentado sérias consequências socioambientais. Esse tipo de conflito também é abordado na tese de doutorado de David Gonçalves Soares (2012), intitulada *Pescadores e Petrobras: Ação Coletiva e Justiça Ambiental na Baía de Guanabara*²⁵. O autor analisa os conflitos entre os pescadores(as) da Baía de Guanabara e a Petrobras, desencadeados pelo licenciamento e pelas obras de construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), iniciado em 2006.

O Comperj, de acordo com Soares (2012), representa o maior investimento individual da história da Petrobras e integra os projetos previstos pelo PAC no âmbito do governo federal. Apesar de seu impacto econômico significativo, o empreendimento trouxe ameaças à reprodução social e riscos para os pescadores(as) artesanais. Contudo, Soares (2012) identifica nesse contexto uma oportunidade de reconhecimento social para esses grupos, que historicamente enfrentam condições precárias. Ele argumenta que, embora a chegada da

²⁴ https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UERJ_2277887146b055ebb7d8ffb7752a14f3

²⁵ <https://www.escavador.com/sobre/390239/david-goncalves-soares>

Petrobras e de seus empreendimentos tenha agravado as dificuldades, também abriu possibilidades de fortalecimento das lutas e da identidade das famílias que dependem da pesca para sua subsistência.

O autor apresenta uma visão diferenciada sobre o conflito ambiental, sugerindo que ele pode ser interpretado como uma oportunidade de transformação das condições sociais prévias dos pescadores(as) artesanais. Para os pescadores(as) mais antigos da Baía de Guanabara, a degradação da profissão tornou-se tão evidente que eles enxergam funcionalidade nos grandes projetos da Petrobras. Já para os pescadores(as) mais jovens, a intensificação dos conflitos e a polarização com a empresa surgem como mecanismos de negociação e ganhos futuros.

Soares (2012) também questiona o conceito de ecologismo dos pobres e sua eficácia como movimento para aprimorar a preservação ambiental e combater as desigualdades geradas pelo sistema. Ele propõe uma análise crítica da natureza e definição dos conflitos ambientais, ressaltando que esses processos podem apresentar funcionalidades e possibilidades de desenvolvimento para os grupos sociais impactados.

esse parece ter sido o caminho de boa parte das lideranças da pesca da Baía de Guanabara, não exclusivamente em função da inexorabilidade do empreendimento e das compensações ou diminuição das perdas e ameaças impostas, mas também em função de novas possibilidades de rearranjos em um ambiente e condições de trabalho que, nas últimas décadas, são vivenciados como em plena decadência, ambiente esse em que historicamente relegou a pesca à uma categoria residual. (Soares, 2012, p. 6)

As mudanças ambientais desencadeadas pela construção da usina hidrelétrica de Belo Monte refletem a complexidade dos conflitos socioambientais no Brasil. Esses conflitos frequentemente emergem de projetos aclamados como motores de desenvolvimento, mas que carregam contradições profundas, comprometendo modos de vida locais e tradições culturais enraizadas.

De acordo com Soares (2012), os sujeitos impactados por tais empreendimentos podem apropriar-se dos discursos de justiça ambiental, reproduzindo-os e, eventualmente, passando a acreditar nesses discursos como mecanismos de fortalecimento. Esse reconhecimento, segundo o autor, confere uma importância normativa à matriz discursiva dos movimentos sociais relacionados à justiça ambiental. Entretanto, ele ressalta que nem todas as lutas locais de resistência podem ser automaticamente interpretadas como “ecologismo dos pobres” ou como esforços para manter e conservar culturas e territórios.

No contexto de Belo Monte, observa-se essa mesma contradição mencionada por Soares (2012), na qual projetos de grande impacto ambiental se apresentam como avanços econômicos e sociais, mas resultam na destruição de territórios identitários significativos e na ameaça à continuidade dos modos de vida tradicionais. Soares destaca que é possível desmentir esse modelo de desenvolvimento hegemônico ao observar a vida cotidiana dos povos tradicionais afetados por tais iniciativas.

A sociologia da Vida Cotidiana, como propõe o autor, surge como uma abordagem capaz de ir além das análises superficiais, permitindo revelar as dinâmicas de destruição impostas pela lógica do lucro disfarçado como progresso. Essa perspectiva oferece uma chave de compreensão para compreender e expor os impactos ambientais e sociais resultantes de empreendimentos como Belo Monte, revelando as consequências para os povos que dependem de seus territórios e ecossistemas para a subsistência e identidade.

2.5 Impactos econômicos e sociais nas comunidades pesqueiras em Altamira/PA

Altamira, localizada na região amazônica e banhada pelo imponente Rio Xingu, é uma cidade historicamente vinculada à pesca e à subsistência dos povos ribeirinhos. No entanto, com a implementação de projetos de grande porte, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a dinâmica de vida dessas comunidades pesqueiras sofreu impactos econômicos e sociais significativos. A redução da quantidade de peixes, os custos adicionais com transporte e combustível, e a perda de ilhas fluviais utilizadas para estadia durante as longas jornadas de pesca são alguns dos desafios enfrentados (Umbuzeiro, 2012).

Uma das principais consequências observadas é a drástica redução da disponibilidade de peixes no Rio Xingu. Antes da construção de Belo Monte, o rio era uma fonte abundante de diferentes espécies, essenciais tanto para o consumo local quanto para o comércio (**Figura 11**). Com as alterações no fluxo natural do rio, como mudanças nos níveis de água e fragmentação de habitats aquáticos, muitas espécies reduziram suas populações ou migraram para outras áreas. Isso resultou em uma queda significativa na produtividade das atividades pesqueiras, afetando diretamente a renda e a subsistência das famílias que dependem dessa prática (Maués, 1990).

Figura 11: Peixe Piau (*Leporinus obtusidens*), de acordo com os pescadores(as) teve uma redução do estoque pesqueiro após Belo Monte.



Fonte: Ferreira (2025)

Os pescadores(as) locais relatam a dificuldade de encontrar peixes em quantidade e qualidade suficientes para atender às demandas básicas. A escassez não apenas desestabilizou a economia local, como também trouxe implicações culturais, uma vez que a pesca é parte integrante da identidade e dos costumes ribeirinhos (Maués, 1990).

Com a redução da quantidade de peixes nas proximidades de Altamira, muitos pescadores(as) passaram a se deslocar para áreas mais distantes em busca de locais onde a pesca ainda seja viável. Esses deslocamentos implicam custos elevados com transporte, especialmente para aqueles que possuem barcos motorizados. O preço da gasolina, frequentemente instável na região, é um dos principais entraves econômicos enfrentados pelas comunidades pesqueiras (Becker, 1999).

O aumento nos gastos com combustível e manutenção dos barcos muitas vezes supera os lucros obtidos com a venda do pescado, tornando a atividade menos rentável e pressionando ainda mais os pescadores(as) (**Figura 12**). Para os que não possuem embarcações próprias, a situação é ainda mais complicada, pois dependem de terceiros para realizar as jornadas de pesca, gerando uma dependência econômica que aprofunda desigualdades (Becker, 1999).

Figura 12: Embarcação vinda de outro bairro, pescador preparando-se para ir para o rio pescar



Fonte: Ferreira (2024)

Outro impacto significativo foi a perda de ilhas fluviais, que tradicionalmente serviam como locais de apoio para pescadores(as) durante suas longas jornadas no rio. Essas ilhas desempenhavam um papel vital, funcionando como pontos de repouso, preparo de alimentos e armazenamento temporário de pescado. Com as mudanças no regime hidrológico do Xingu, muitas dessas ilhas foram submersas ou tornaram-se inacessíveis, alterando profundamente a logística da pesca (Isaac, 1995).

A ausência dessas áreas de apoio não apenas aumenta as dificuldades para os pescadores(as), como também eleva os custos operacionais. A necessidade de retornar às margens habitadas com maior frequência implica mais deslocamentos e, consequentemente, mais gastos com transporte e combustível (Isaac, 1995).

Os impactos econômicos se refletem diretamente na dimensão social das comunidades pesqueiras de Altamira. A diminuição da renda familiar gerou maior vulnerabilidade e insegurança alimentar, além de comprometer a qualidade de vida das famílias ribeirinhas. Muitos pescadores(as), ao não conseguirem sustentar suas famílias com a pesca, foram forçados a buscar outras formas de sustento, o que frequentemente implica a migração para centros urbanos em busca de emprego, gerando o esvaziamento das comunidades tradicionais (Becker, 1999).

Além disso, a perda de ilhas (**Figura 13**) e a diminuição das áreas de pesca afetaram o convívio comunitário. A pesca, que antes era uma atividade coletiva que promovia interações

sociais e reforçava os laços entre os ribeirinhos, transformou-se em um desafio individualizado, marcado por incertezas e tensões (Becker, 1999).

Figura 13: Local onde era uma ilha fluvial no Rio Xingu que servia de apoio para pescadores(as), hoje só sobrou pedaços de árvores mortas e galhos.



Fonte: Lilo Careto (2020)

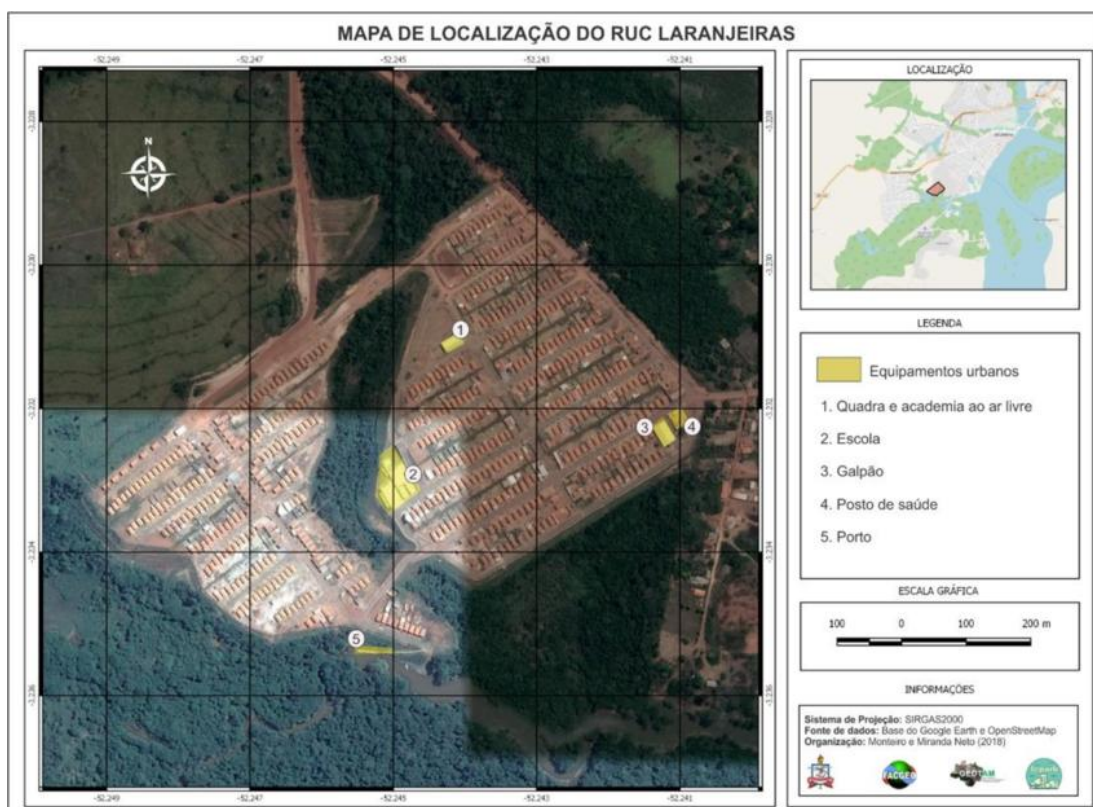
2.6 Desafios enfrentados pelos pescadores e pescadoras artesanais

Os pescadores e pescadoras artesanais desempenham um papel essencial na conservação cultural e na subsistência das comunidades ribeirinhas do Médio Rio Xingu. No entanto, as transformações socioambientais impulsionadas por projetos de grande porte, como a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, agravaram as condições de vida dessas populações. Entre os desafios enfrentados, destacam-se o deslocamento para bairros distantes do centro urbano e desconectados do rio, a nova dinâmica nas relações com o rio, a falta de reconhecimento como atingidos, as divergências do grupo estudado neste trabalho com a Colônia de Pescadores Z-57 e a busca incessante por respostas e direitos indenizatórios (Nunes, 2021).

O reassentamento de famílias de pescadores(as) para bairros afastados do centro urbano de Altamira e, principalmente, longe da proximidade direta com o rio trouxe impactos profundos para a rotina desses trabalhadores. Para comunidades que dependem historicamente da pesca, o contato diário com o rio é uma condição essencial para a prática da atividade, além de ser um elemento formador de sua identidade cultural (**Figura 14**). A nova localização dessas

famílias não oferece acesso direto ao rio, o que desfigura a relação secular desses povos com o ambiente que sustenta suas práticas econômicas e tradições (Miranda Neto e Mendes, 2021).

Figura 14: Mapa de Localização do RUC Laranjeiras

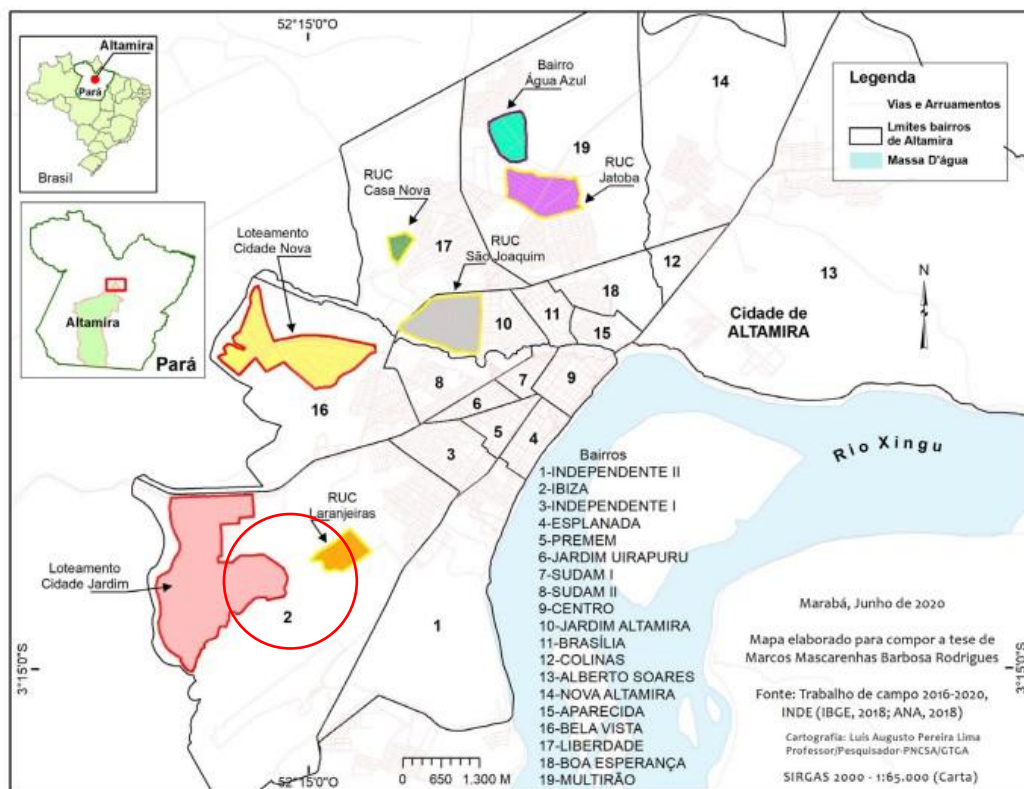


Fonte: Miranda Neto e Mendes (2021)

Além disso, o deslocamento impôs maiores custos financeiros e logísticos para os pescadores(as), que agora precisam percorrer distâncias consideráveis para alcançar suas áreas de pesca. Essa desconexão física e simbólica representa não apenas um entrave ao exercício da atividade pesqueira, mas também um distanciamento emocional e cultural com o rio, que há gerações é parte integrante da vida comunitária (Miranda Neto e Mendes, 2021).

Com a mudança para áreas urbanas distantes e o impacto ambiental no Rio Xingu, os pescadores e pescadoras artesanais têm enfrentado uma transformação na forma como se relacionam com o rio (**Figura 15**). O declínio na quantidade de peixes e a dificuldade de acesso às áreas tradicionais de pesca criaram uma sensação de ruptura com os laços que antes eram orgânicos e contínuos. Muitos relatam que o rio, antes visto como uma extensão de suas próprias vidas, passou a ser percebido como uma lembrança distante de um modo de vida que está se perdendo (Nunes, 2021).

Figura 15: Localização dos bairros e RUCs em Altamira-PA - Laranjeiras



Fonte: IBGE (2018). ANA (2018). Rodrigues (2020).

Uma das queixas mais recorrentes dos pescadores e pescadoras é o fato de não serem plenamente reconhecidos como atingidos pelos impactos da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Apesar das evidências dos prejuízos sociais, econômicos e culturais, muitos trabalhadores não foram incluídos nas listas de compensação ou indenização, sendo marginalizados nos processos de reparação. Esse não reconhecimento agrava a sensação de invisibilidade e desamparo dessas comunidades, que permanecem lutando por justiça e pelo direito de serem ouvidas (Nunes, 2021).

Foi criada a Cooperativa de Pescadores de Belo Monte (COOPPBPM) (**Figura 16**), com o objetivo de gerenciar verbas para projetos dos pescadores(as), de acordo com um representante de pescadores(as) Denis Cruz, essa cooperativa foi criada pela Norte Energia, já tendo em sua formação problemas, pois as escolhas dos dirigentes não foram de forma democrática, ou seja, foram escolhidos pela própria empresa, e a verba de quase R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais) que era para operação e gestão do Centro Integrado de Pesca Artesanal

(CIPAR)²⁶, transferido pela Norte Energia, foi desviado, levando o fim dessa cooperativa, deixando os pescadores(as) sem mais uma forma de compensação e a Norte Energia tomou as providencias judicias e se eximiu do problema²⁷.

Figura 16: Slogan da Cooperativa dos Pescadores de Belo Monte



Fonte: Denis (2024)

Há também insatisfação com a Colônia de Pescadores Z-57 que é outro ponto de tensão, muitos pescadores(as) relatam que essa instituição, que deveria atuar como defensora de seus interesses, não tem atendido adequadamente às suas demandas. Como consequência, um grupo de pescadores e pescadoras decidiram formar uma organização independente para lutar por seus direitos, buscando maior representatividade e autonomia, com isso, legalmente surgiu em 11 de julho de 2024 a *Associação dos Atingidos Pelas Barragens de Belo Monte e Mineração de Altamira e Região do Xingu Estado do Pará*²⁸, que tem como seu presidente o Srº Denis Cruz Araujo, com o intuito de serem independentes da Colônia-Z57 é lutarem por seus direitos. Esse novo movimento reflete a insatisfação com as estruturas tradicionais de representação e a busca por alternativas que efetivamente atendam às necessidades das comunidades pesqueiras (Ferreira e Pereira, 2023).

²⁶ https://drive.google.com/file/d/1X_SlxLR90WvIb9tShSFHCun-rpL853X-/view?usp=sharing

²⁷ <https://drive.google.com/file/d/1EazFcukJEKCOEjSk4isd6O8qY2KOhgMi/view?usp=sharing>

²⁸ https://drive.google.com/file/d/171vxuL_kLFVxDA_1pBT69DGuCjC5ZjB6/view?usp=drive_link

As comunidades de pescadores(as) têm realizado inúmeros esforços para reivindicar seus direitos (**Figura 17**). Diversas vezes recorreram ao Ministério Público Estadual e Federal, assim como ao IBAMA, em busca de apoio para resolver os problemas enfrentados. Reuniões frequentes com representantes da Norte Energia foram organizadas com o objetivo de exigir respostas sobre os direitos indenizatórios contidos no estudo de caso 2.24b²⁹ e as compensações prometidas, mas os avanços têm sido limitados, alimentando um sentimento de frustração e desconfiança (Marinho e Saraiva, 2012).

Figura 17: Comunidade de pescadores(as) em reunião com a Norte Energia



Fonte: Denis (2025)

Houve entre 2017 e 2019 cadastro de pescadores(as) para receberem a chamada verba de reparação, onde pescadores e pescadoras não aceitaram a forma como foi conduzida, pois de acordo com eles, muitos que nem eram pescadores(as) receberam o valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), essa confirmação de ser pescador ou pescadora com cadastro até 2015 ficou a ser analisado pelo IBAMA, mas muitos não aceitaram a condução da situação. Segundo a Norte Energia dos 1.976 cadastrados, 1.405 já tinham recebido o recurso (Folha de São Paulo, 2023).

²⁹

[https://app.xingumais.org.br/sites/default/files/ficha-tecnica//node/202/edit/2025-01/2024-12-06 Proposta de Trabalho Integrada da Pesca.pdf](https://app.xingumais.org.br/sites/default/files/ficha-tecnica//node/202/edit/2025-01/2024-12-06%20Proposta%20de%20Trabalho%20Integrada%20da%20Pesca.pdf)

Com muitas reclamações por parte dos grupos de pescadores(as) da região e entradas de processos nos Ministérios Públicos Estadual e Federal realizada por eles, em março de 2023 houve novos cadastros onde tiveram a soma de mais 3.909 pescadores e pescadoras, chegando ao total de 6.015 cadastros para receber a verba de reparação. Até o presente momento do ano de 2025 ainda estão realizando pagamentos aos cadastrados, onde eles passam por etapas de reconhecimento de ser pescador ou pescadoras (Folha de São Paulo, 2023).

Em janeiro de 2025 participei de uma reunião com um grupo de pescadores(as) junto a um representante da Norte Energia, onde os pescadores(as) colocaram em pauta os mesmos problemas, que é a quantidade de pessoas que ainda não receberam a verba de reparação e vários que nem souberam de um novo cadastro realizado em março de 2023, com isso, o representante da Norte Energia deixou claro que o problema da categoria está sendo a comunicação, que os representantes dos pescadores(as) não está ajudando a informação chegar até as comunidades de ribeirinhos ao longo do rio Xingu na área de abrangência de Belo Monte. Questionado se haveria outro momento de cadastro, ele deixou claro que não, pois seguiram todos os protocolos legais, o que irá ocorrer ainda no âmbito das compensações serão os projetos que estão pontuados no PBA³⁰, projetos esses que ajudaram as comunidades de pescadores e pescadoras a terem uma renda em relação as perdas econômicas pelos impactos de Belo Monte, mas será feito um estudo de viabilidade desses projetos, com ocorrência de reuniões com as comunidades para terem uma ideia das necessidades dessas comunidades.

Enquanto os impactos ambientais, esses são visíveis e profundamente preocupantes. A escassez de espécies tradicionais de peixes tem dificultado ainda mais a subsistência das comunidades ribeirinhas. Além disso, o apodrecimento de árvores submersas no rio (**Figura 18**) tem sido apontado como causa de contaminação da água, trazendo implicações para a saúde

³⁰ <https://www.norteenergiasa.com.br/sustentabilidade/licenciamento-ambiental>

humana e para o equilíbrio do ecossistema local. Esse cenário evidencia a degradação ambiental e o descaso com os recursos naturais que sustentam a pesca artesanal (Isa, 2023).

Figura 18: Árvore submersa com os alagamentos ocasionados por Belo Monte



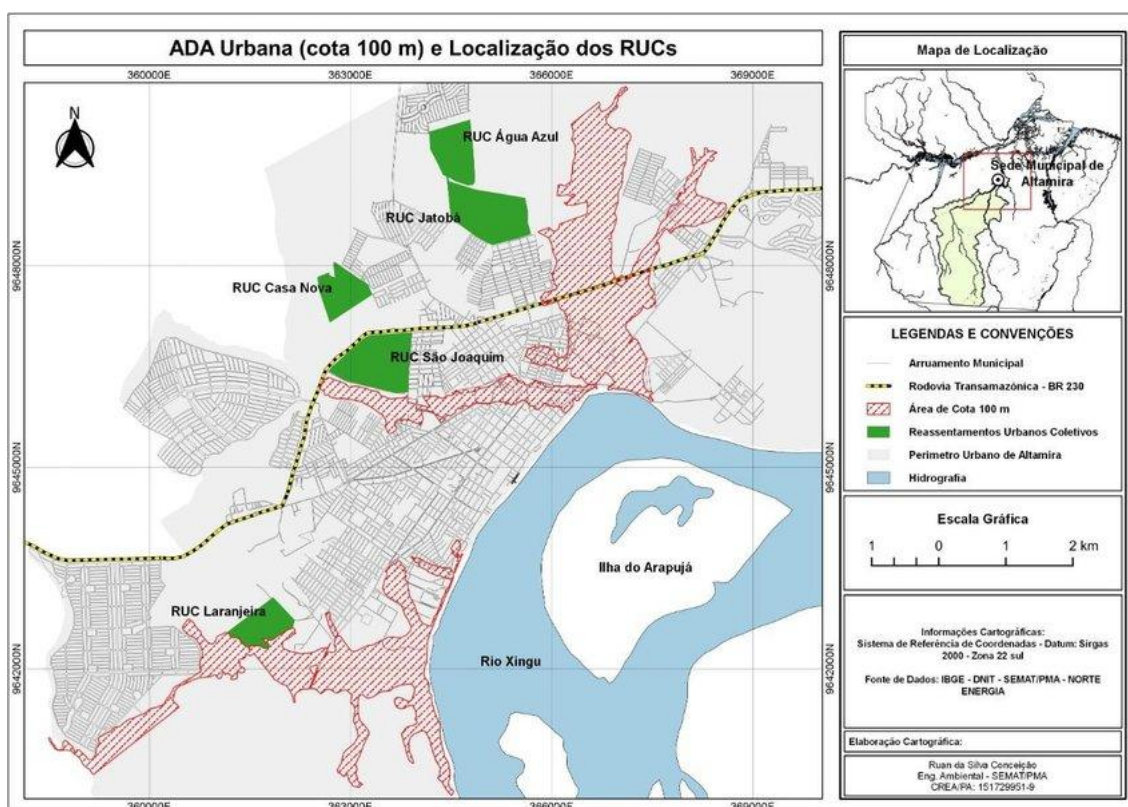
Fonte: Lilo Clareto/Amazônia Real (2018)

Os desafios enfrentados pelos pescadores e pescadoras artesanais do Médio Rio Xingu, não é apenas dos pescadores(as) do RUC Laranjeiras, mas em toda a região de Altamira/PA e Xingu, são uma combinação de questões econômicas, sociais, culturais e ambientais. Apesar das adversidades, esses trabalhadores continuam a demonstrar determinação, articulando-se em movimentos independentes para lutar por seus direitos e pela preservação de suas tradições (Isa, 2023).

As áreas urbanas ribeirinhas, historicamente ocupadas por pescadores(as) e suas famílias, foram algumas das mais impactadas pelo alagamento decorrente da construção de Belo Monte. Essa proximidade com o rio não era apenas uma conveniência geográfica, mas uma condição indispensável para a prática da pesca artesanal e para a manutenção dos laços culturais e sociais dos ribeirinhos. O deslocamento compulsório dessas populações para fora dessas áreas representou uma ruptura abrupta em suas vidas e na relação intrínseca que mantinham com o rio (Miranda Neto, 2015).

A "cota 100" (**Figura 20**) foi estabelecida como o parâmetro técnico para identificar as áreas que seriam alagadas ou diretamente impactadas pelo enchimento do reservatório da usina. Essa delimitação marcou os limites para desapropriações, englobando uma vasta porção das áreas urbanas de Altamira e obrigando centenas de famílias a abandonarem seus lares, sua proximidade com o rio e suas redes de apoio comunitário (Rima, 2009).

Figura 20: Área de alagamento da cota 100



Fonte: Cornélio, Neves e Amaral (2020)

Como parte das medidas de mitigação dos impactos sociais, foram criados os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), destinados a realocar as famílias deslocadas. Esses bairros planejados prometiam infraestrutura básica e condições de vida adequadas para

os moradores, incluindo a criação de um bairro específico para pescadores(as) e suas famílias. Contudo, na prática, essa promessa não foi cumprida (Neves 2019).

Os pescadores(as), que dependiam da proximidade com o rio para sustentar suas atividades, foram espalhados por diferentes RUCs distribuídos pela cidade de Altamira. Esses reassentamentos, localizados em áreas periféricas e distantes do centro da cidade e das margens do Xingu, dificultaram ainda mais o acesso ao rio e agravaram as barreiras logísticas para a prática da pesca. Sem um bairro específico que atendesse suas necessidades, os pescadores(as) enfrentaram não apenas dificuldades econômicas, mas também a fragmentação de suas comunidades tradicionais (Ferreira e Pereira, 2023).

A distribuição dispersa dos pescadores(as) pelos diversos RUCs gerou impactos significativos. Do ponto de vista econômico, a distância aumentada em relação ao rio implicou custos adicionais com transporte e logística, tornando a prática da pesca artesanal menos viável e reduzindo a renda das famílias. Além disso, a falta de planejamento específico para atender as demandas dos pescadores(as) nos RUCs resultou em uma desconexão física e cultural com o rio, essencial para sua identidade e modo de vida (Miranda Neto e Herrera, 2017).

Socialmente, o reassentamento fragmentou as redes comunitárias, dificultando a manutenção de vínculos sociais que antes eram essenciais para a organização coletiva e o suporte mútuo. A dispersão também contribuiu para a sensação de isolamento e desamparo entre as famílias, que se viram desconectadas tanto do rio quanto das suas comunidades tradicionais (Nunes, 2021).

O processo de desapropriação³² (**Figura 21**) e reassentamento em Altamira, motivado pelo alagamento de áreas urbanas próximas ao Rio Xingu, representa um dos aspectos mais desafiadores e complexos do impacto de Belo Monte. Apesar da criação dos Reassentamentos Urbanos Coletivos como tentativa de mitigar os danos, a dispersão dos pescadores(as) e a falta de um bairro planejado específico para eles resultaram em consequências econômicas, sociais e culturais profundas. Esse cenário evidencia a importância de políticas públicas que considerem não apenas a dimensão física do reassentamento, mas também a preservação das identidades e modos de vida das populações diretamente impactadas (Miranda Neto e Herrera, 2017).

³² A maioria das casas que foram desapropriadas na cota 100 eram construções em palafitas “Casas de palafitas são construções residenciais elevadas sobre estacas de madeira, construídas em locais alagadiços ou sobre corpos d'água.”

Figura 21: Casa de palafita sendo derrubada no processo de desapropriação



Fonte: Elisa Estronioli/AR (2015)

Grandes barragens, que são projetadas com o propósito de produzir energia elétrica - consideradas tanto como elementos técnicos quanto geográficos - representam a concretização de políticas governamentais e interesses privados no espaço. Essas políticas visam adaptar e reconfigurar o território nacional para atender às demandas de energia e de contenção de grandes volumes de água, predominantemente em benefício dos segmentos mais influentes da sociedade, e estão relacionadas com o estágio tecnológico e econômico do desenvolvimento do país (Oliveira, 2018).

Compreendendo as implicações da produção de energia hidrelétrica em comparação a outras fontes, é notável que a construção de barragens tem desencadeado impactos significativamente desfavoráveis nas dinâmicas culturais, sociais e econômicas das comunidades que se veem compelidas a ceder seu espaço a esses empreendimentos de engenharia civil, com forte conotação política. Essas comunidades se veem obrigadas a abandonar, muitas vezes de maneira forçada, as áreas que serão alagadas por essas barragens (Oliveira, 2018).

O caso de Belo Monte se assemelha com o caso da Terra Indígena Ibirama-Laklãnõ, em Santa Catarina, onde revela padrões recorrentes de violação de direitos, deslocamentos forçados e apagamento cultural em nome do "desenvolvimento" com construções de barragens. Em ambos os episódios, os empreendimentos ignoraram os vínculos históricos e simbólicos que essas comunidades têm com seus territórios (Antunes e Junior, 2023).

Eventos de desterritorialização provocados pela construção das barragens e à discussão, de natureza tanto social quanto jurídica, sobre o direito das pessoas ao seu lugar de vida. Nessa interferência, frequentemente imposta unilateralmente, nas localizações espaciais das pessoas, resulta uma transformação das condições delas em relação ao seu lugar e território (Fuini, 2014).

Conforme a perspectiva de Milton Santos, os “*lugares (...) podem ser vistos como um intermediário entre o Mundo e o Indivíduo*” (Santos, 1997, p. 251). Em certo sentido, é por meio do que se manifesta nos lugares, proveniente de diversas fontes de informação, que conseguimos apreender o Mundo.

O lugar, nesse contexto, representa a dimensão da vida cotidiana, servindo como uma janela de percepção por meio da qual podemos compreender o vasto panorama da realidade:

[...] de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições, sendo o lugar, deste modo, ao mesmo tempo, palco de cooperação e conflito[...] (Santos, 1997, p.258).

Considerando os conceitos de lugar, territorialidade e desterritorialização, torna-se evidente que, para além das críticas relacionadas à perda de biodiversidade e ao aumento das emissões de gases de efeito estufa, existem questões de conflitos ambientais territoriais, oriundos de diferentes modos de valoração do espaço, que estão intrinsecamente ligados ao problema das migrações compulsórias (Fuini, 2014).

A compreensão da territorialização de Belo Monte como processo que tem como consequência processo de desterritorialização e (re)territorialização exige que se apresente, em primeiro lugar, o que se entende por território. Nesse sentido, autores como Sousa (2011) e Haerbaert (2007, 2011), por exemplo apresentam importantes contribuições.

Souza (2011), no trabalho “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”, destaca a importância das relações de poder para compreensão da formação e dissolução dos territórios. Segundo esse autor, os territórios são definidos por relações de poder (quem domina quem?) e podem se apresentar em diferentes escalas espaço-temporais. Podem apresentar a extensão de uma rua ou de um grupo de países, bem como podem durar algumas horas ou perdurarem por vários séculos.

Outra contribuição de Souza (2011) é no sentido de mostrar que o território não é algo exclusivo dos Estados, ou seja, considerando que o território resulta das relações de poder no espaço e que essas relações de poder se apresentam nas relações sociais como um todo, o território pode ser visto como resultado da dominação do espaço por diferentes sujeitos sociais.

Logo, assim o Estado-Nacional, empresas, movimentos sociais e mesmo os indivíduos, e escalas menores, produzem seus territórios.

Haesbaert (2007, 2011) por sua vez, busca abordar o território enquanto cultural/política no processo de territorialização. Para esse autor, o território pode ser entendido através de um contínuo que vai da dominação político-econômica à apropriação espacial, mais de caráter simbólico-cultural. Nesse sentido, é possível que determinado grupo esteja territorializado economicamente, mas desterritorializado simbolicamente ou, ao contrário, esteja territorializado simbolicamente e desterritorializado economicamente.

O deslocamento ou a remoção desses grupos significa, frequentemente, não apenas a perda da terra, mas uma verdadeira desterritorialização, pois muitas vezes a nova localização, com condições físicas diferentes, não permite a retomada dos modos de vida nos locais de origem, sem contar o desmoronamento da memória e da identidade centradas nos lugares. Assim, as comunidades perdem literalmente a base material e simbólica dos seus modos de socialização com as consequências da sua desestruturação. (Zhou e Laschefski, 2010, p.11)

Cabe esclarecer que para Haesbaert (2011), a desterritorialização nunca é absoluta, ou seja, sempre está vinculada a processos de reterritorialização. A desterritorialização refere-se mais a ideia de precarização das condições territoriais de um grupo do que de perda absoluta de um território.

Ainda de acordo com Haesbaert (2011), nesse sentido, mobilidade espacial, por si só, não constitui situação de desterritorialização, ou seja, “muitos grupos sociais podem estar “desterritorializados” sem deslocamento físico, [...] bastando para isso que vivenciem uma precarização das condições básicas de vida e/ou a negação de sua expressão simbólico-cultural” (Haesbaert, 2011, p.251).

E, ainda é válido lembrar que etimologicamente, como afirma Haesbaert (2007), a ideia de território tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – inspiração que vem do território como área cujo acesso é privilégio de poucos.

Com o processo da desterritorialização ocorre o fenômeno da migração compulsória que é uma consequência inevitável em contextos de grandes projetos de infraestrutura, como a construção de hidrelétricas. Como a migração compulsória que ocorreu com os pescadores e pescadoras artesanais decorrente da construção e operação da Hidrelétrica de Belo Monte em Altamira no Pará:

A história da implantação de grandes barragens parece ser a mesma em toda a parte. Em todo o mundo a grande barragem serve ao mesmo modelo de desenvolvimento. Nos mais diversos países, o grande projeto hídrico busca impor um mesmo padrão de apropriação e uso dos recursos naturais. Nas mais variadas latitudes a coalizão de interesses políticos e econômicos que promove grandes hidrelétricas tem mais ou menos a mesma composição (...). Similares são, aqui e ali, os beneficiários da energia gerada pelas hidrelétricas (...) (Vainer, *apud* Viana, 2003, p.13).

A construção da Hidrelétrica de Belo Monte nos leva a compreender as consequências dos impactos nas dimensões sociais, econômicas e ambientais desse processo, em que grupos e comunidades tradicionais como os pescadores e pescadoras veem seus modos de vida impactados, com isso, após treze anos do início das obras e sua consequente operação, observa-se perdas consideráveis da vida tradicional:

A implantação e operação de grandes hidrelétricas, no Brasil e no mundo, provocam um conjunto de mudanças nas tradicionais formas de organização e dinâmica de sua área de implantação, trazendo repercussões negativas sobre as modalidades de sobrevivência e as condições de vida da população, contribuindo para a disseminação e aprofundamento da pobreza e da desestruturação social” (Pinheiro, 2006, p. 13).

Laschefski e Zhouri (2019) oferecem uma perspectiva valiosa sobre a relação entre migração compulsória e transformações territoriais em contextos de grandes empreendimentos, propriamente exigido por grandes projetos onde busca-se livrar esses grupos de uma suposta miséria:

Desta forma, uma diversidade de grupos sociais é submetida a processos de des-territorialização ao tempo em que, paradoxalmente, pela perda dos meios materiais de sua existência [...]. (Laschefski e Zhouri, 2019, p.282)

Portanto, a compreensão dos conceitos de lugar, de territorialidade e dos processos de desterritorialização e (re)territorialização é essencial para analisar as complexas dinâmicas sociais, econômicas e espaciais associadas à migração compulsória provocada pela Hidrelétrica de Belo Monte.

As transformações territoriais, muitas vezes motivadas por interesses econômicos e políticos, impactam diretamente as comunidades, aqui sendo as dos pescadores e pescadoras artesanais em Altamira-PA, levados à reconfiguração de seus lugares e à necessidade de se adaptarem a novos contextos, frequentemente desafiadores (Lefebvre, 1992).

Nesse cenário, é crucial considerar não apenas os aspectos físicos e geográficos das mudanças, mas também as dimensões culturais, sociais e econômicas das comunidades afetadas, a fim de abordar os impactos da migração compulsória no contexto de Belo Monte.

3.2 Relatos e experiências dos pescadores(as) durante a migração

A migração compulsória imposta às comunidades pesqueiras de Altamira, no Pará, desencadeada pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, marcou a vida de muitos pescadores e pescadoras. Essa experiência foi muito além de uma mudança física de residência, representando uma ruptura com seus lares, suas histórias e, principalmente, com o rio que era o centro de suas vidas. Os relatos dos moradores atingidos ilustram as dificuldades, os sentimentos de perda e a resiliência diante de uma situação forçada e inevitável (Ferreira e Pereira, 2023).

O bairro da Peixaria, conhecido por sua proximidade com o rio, abrigava muitas famílias de pescadores(as) que dependiam diretamente do rio Xingu para sustento e vida comunitária. Para o Srº Fernando como lhe chamaremos, de 53 anos, o deslocamento foi um momento de grande sofrimento e incerteza, entrevistado em 28/12/2023:

"Eu morava no bairro da Peixaria, bem perto do rio, não queria sair, mas não tinha como ficar, né? A família ficou sem saber pra onde ia, eles [Norte Energia] ia lá media e fazia perguntas, mas quando nós perguntava, eles não sabia responder para onde nós ia ser levado, quando começou a derrubar tudo foi uma tristeza oh, fazia anos que eu morava ali saia cedo para pescar, vendia meu peixe na minha casa, todos os amigos perto de nós, se tu visse como foi triste ver as casas sendo berrubada, as maquinas derrubava, tudo caindo, deixaram nós levar as madeira para onde nós ia, só soubemo para onde ia um dia antes, foi ai que soube que eu e a família seria levada, mas antes falavam que nós ia para um bairro para pescadores(as), mais dai nos levaram pra cá [Laranjeiras], o bairro é tranquilo, mais ficou difícil pescar como antes..."

Esse depoimento reflete a angústia de ser retirado compulsoriamente de um local que ia muito além de um endereço, era um espaço de vida e pertencimento.

Já o Srº Geraldo como lhe chamaremos, de 46 anos, relembra como a proximidade com o rio era fundamental para a rotina, entrevista em 03/01/2024:

"Era tão fácil sair pro rio, agora não é fácil. Minha casa era simples, mas eu gostava. Hoje é melhor, mas nós tinha vizinhos, quase não vejo ninguém na rua que moro, lá na invasão dos padres³³ tinha muita gente, muita gente que pescava, você via vários lugares que vendia peixe, o porto das carroças era movimentado, eu saía e passava as vezes dias no rio pescando e quando voltava trazia bastante peixe pra comer e vender, ai lembro daquele bairro movimentado durante o dia, muitos carros, motos, bicicletas, pessoas demais, nunca vou esquecer dos fins de tarde de conversas, brincadeiras, trocas de histórias do rio, tem muitos que nunca mais vi pescando, aqui no Laranjeiras não é tão bom para sair para pescar, tem problema com a saída, o igarapé vive seco mesmo no inverno, o peixe já não o mesmo, nem onde eu pescava tem mais tanto peixe como antes..."

A mudança para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), localizados em áreas periféricas de Altamira, desestruturou redes sociais de convivência, além de dificultar o acesso ao rio.

Para a Sr^a Heloisa como lhe chamaremos, de 37 anos, as memórias da convivência com as vizinhas no antigo bairro ainda são vivas e carregam saudade, entrevista em 28/12/2023:

*"Minhas vizinhas foram morar em outro bairro, era tão bom viver lá perto do rio, sinto falta das conversas, eu ia pescar com o marido ou ficava em casa cuidando dos filhos, meus pais eram pescadores(as), nasci na beira do rio, até chamavam a gente de beiradeiro³⁴s, hoje é tão diferente, o bairro é bom, a casa é boa, mais **aquela vida era melhor, mesmo que a casa fosse dentro de um lugar alagado, nós gostava Daquela vida, nós nascemos ali, então gostava...**"*

A dispersão das famílias pelos diversos RUCs não apenas separou os pescadores(as) de sua fonte de sustento, mas também fragmentou comunidades inteiras.

O Sr. Tulio como lhe chamaremos, de 61 anos, que fazia do rio sua principal via de trabalho e vida, expressa a dor de ter sua casa destruída, entrevista em 03/01/2024:

*"Saía de barco pelo Rio Altamira e logo tava no Xingu. Foi tão rápido a saída de casa, vendo ela ser destruída doeu, falavam que nós ia para um bairro de pescadores ,mas era tudo mentira, coloram nós aqui no Laranjeiras, **falaram que ia dar pra nós um lugar para sair pro rio e***

³³ Bairro que ficava próximo do rio e que sofria com alagamentos do inverno amazônico, as casas eram feitas de palafitas [casas de madeira sustentadas por troncos e que eram altas para suportar as cheias do rio]. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=5oxU-meFYn0>

³⁴ Comunidades que moram na beira do rio e tiram seu sustento dele.

deixar nossos barcos do jeito que nós pedisse, mas fizeram do jeito deles [Norte Energia]..."

Esse relato evidencia como a remoção compulsória impactou emocionalmente essas famílias, que perderam não apenas suas casas, mas também a relação simbólica com o espaço que habitavam. Revela também que a tomada de decisões sobre a estruturação do bairro e seus equipamentos se deu com base nos agentes externos à comunidade.

Apesar do sofrimento da mudança, algumas famílias destacam a possibilidade de levar consigo memórias materiais de seus antigos lares. A Sr^a Denia como lhe chamaremos, de 41 anos conta sobre a tentativa de preservar algo de valor emocional, entrevista em 14/01/2025:

"Deixaram nós levar a madeira da casa, mas mesmo a nova casa sendo de tijolo, viver naquele bairro da invasão dos padres era bom, tinha tudo perto, além do rio o bairro era grande para ter tudo e perto do centro. Quando chegamos aqui no bairro Laranjeiras parecia que estava em outro mundo, foi difícil se acostumar, sempre que acordava, parecia que eu tava lá naquela casa, demorou muito passar isso..."

Esse esforço de levar fragmentos do passado para os novos locais reflete uma tentativa de manter viva a conexão com o que foi perdido (**Figura 22**).

Figura 22: Casas no RUC de alvenaria com pedaços de madeira



Fonte: Elisa Estronioli/AR (2015)

Por outro lado, a pressão exercida sobre as famílias antes da mudança foi marcante. A Sr^a Paula como lhe chamaremos, de 48 anos, relembra com emoção os constantes avisos de que deveriam abandonar suas casas, entrevista em 14/01/2025:

*"Eles viviam indo lá e falando que nós ia ter que sair [Norte Energia]. **Dava uma coisa ruim de sair da minha casinha, chorei quando mudei,** tudo ficou para trás, não sabia o que iria acontecer depois, bairro novo e bonito, mas não tinha aquela alegria do bairro que nós morava, por muitos dias parecia velório, tudo triste, as crianças alegres, mas eu me sentia como velório sabe?! Sair tinha que sair né..."*

A falta de informações claras e o tom de imposição tornaram o processo ainda mais penoso para os pescadores(as). O Sr. Marcos como lhe chamaremos, de 65 anos, relembra, entrevista em 15/01/2025:

*"Nós perguntamos se tinha que sair mesmo, eles diziam que sim [Norte Energia] porque ia alagar tudo, já tinha ido pra reunião, **falavam, falavam e não entendia nada,** só que ia sair para outro lugar, chegando no bairro até que é bonito, mas tive que aprender a viver aqui né?!..."*

A comunicação limitada e a falta de alternativas geraram uma sensação de impotência entre as famílias, que não tiveram escolha a não ser se submeter à migração. Fato que revela a possível inadequação do processo de consulta em relação à pescadores e pescadoras.

A percepção da mudança também está relacionada à transformação nas dinâmicas dos bairros. A Sr^a Laura como lhe chamaremos, de 52 anos, reflete sobre como era a vida em sua antiga comunidade, entrevista em 15/01/2025:

*"O bairro era muito movimentado, muita gente andando, carros. Hoje esse bairro é sossegado. Lembro dos barulhos, conversas, as pessoas jogando dominó, cartas e muitas peixarias e aquários de venda de peixe, esse bairro não tem isso, **cresci naquele bairro, ia pescar na beira do rio para passar tempo e levava peixinhos pra comer...**"*

Essa fala mostra como a migração compulsória não afetou apenas os pescadores(as), mas desarticulou uma rede de vivências e relações que dava identidade ao bairro.

Os relatos dos pescadores e pescadoras artesanais durante a migração compulsória dos bairros de Altamira/PA evidenciam o impacto profundo causado pela ruptura com seus lares e o rio, elementos essenciais de sua identidade e subsistência. A fragmentação das comunidades,

a desconexão com o rio e a dificuldade de adaptação aos novos espaços são marcas indeléveis desse processo. Apesar disso, as histórias dessas famílias também são de resiliência, luta e memória, na busca por preservar suas tradições e reconstruir suas vidas em meio às adversidades.

3.3 Políticas e programas de apoio ao RUC Laranjeiras

O Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) Laranjeiras, localizado em Altamira, Pará, foi criado como parte das medidas de mitigação dos impactos sociais e ambientais decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Este reassentamento foi planejado para abrigar famílias deslocadas de áreas alagadas ou consideradas de risco, oferecendo uma nova estrutura habitacional e serviços básicos. No entanto, a implementação das políticas e programas de apoio ao RUC Laranjeiras revelou desafios significativos, tanto na execução quanto na adaptação das famílias reassentadas (Miranda Neto, 2016).

A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte resultou no alagamento de vastas áreas urbanas e rurais em Altamira, afetando diretamente milhares de famílias. Para mitigar os impactos sociais, foram criados os RUCs, incluindo o Laranjeiras, que deveria oferecer condições de moradia digna e acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, transporte e saneamento básico (Neto e Souza, 2021).

O RUC Laranjeiras foi projetado para ser um bairro planejado, com infraestrutura moderna e espaços comunitários que facilitassem a integração social. No entanto, a distância do centro da cidade e a localização em áreas periféricas geraram desafios para os moradores, especialmente para aqueles que dependiam do Rio Xingu para sua subsistência, como os pescadores(as) (Rima, 2009).

As políticas de apoio ao reassentamento foram estruturadas em torno de três pilares principais³⁵ observados no **(Quadro 3)** abaixo:

³⁵https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2021/relatorio_mpf_fiscalizacao_ibama_condicionantes_belo_monte_25-29-out-2021.pdf

Quadro 3: políticas de apoio ao reassentamento RUC Laranjeiras

Políticas de apoio ao reassentamento	
Infraestrutura Habitacional	As casas construídas no RUC Laranjeiras foram projetadas para atender aos padrões mínimos de habitabilidade, com materiais duráveis e maior resistência às condições climáticas da região.
Serviços Básicos	O reassentamento incluía a instalação de escola, posto de saúde e redes de abastecimento de água e energia elétrica. Alguns desses serviços enfrentaram dificuldades, como a falta de água frequente no bairro relatado pelos pescadores(as), falta de transporte público, que dificulta o acesso ao centro da cidade e a falta de uma escola de ensino médio fazendo com que os filhos tenham que enfrentar longo caminho para estudar.
Programas de Geração de Renda	Para apoiar a adaptação das famílias reassentadas, foram criadas ações socioambientais a serem desenvolvidas nestas comunidades. A atividade faz parte do Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP) coordenado pelo Programa de Educação Ambiental e Projeto de Reparação Urbana, que compõem o Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Belo Monte, os próprios moradores indicam quais ações gostariam que fossem executadas ³⁶ , de acordo com a realidade de cada reassentamento, são apresentadas iniciativas para geração de renda, cuidados com o meio ambiente, e para valorização da cultura. No entanto, a eficácia desses programas são limitadas, especialmente para os pescadores(as), que enfrentaram dificuldades em adaptar suas atividades econômicas à nova realidade longe do rio.

Fonte: EIA/RIMA / elaborado por Ferreira (2025)

³⁶ <https://www.norteenergiasa.com.br/noticias/moradores-dos-rucs-e-norte-energia-definem-juntos-novas-acoes-socioambientais-para-os-bairros-967>

Apesar das intenções das políticas de apoio, a implementação no RUC Laranjeiras enfrentou diversos desafios como observado no **(Quadro 4)** abaixo:

Quadro 4: Desafios nas políticas de apoio

Desafios nas políticas de apoio	
Distância e Desconexão	A localização periférica do reassentamento dificultou o acesso dos moradores ao centro de Altamira, onde estão concentrados os serviços e oportunidades de emprego. Essa desconexão também impactou a integração social e econômica das famílias reassentadas.
Fragmentação Comunitária	A dispersão das famílias em diferentes RUCs, incluindo o Laranjeiras, fragmentou as redes de apoio comunitário que existiam nos bairros originais. Isso gerou um sentimento de isolamento e dificultou a organização coletiva para reivindicar melhorias.
Insatisfação com as Promessas Não Cumpridas	Muitos moradores relataram que as promessas feitas durante o processo de reassentamento não foram cumpridas integralmente. A falta de transparência e de diálogo com as comunidades afetadas contribuiu para a insatisfação e a desconfiança em relação às políticas implementadas.

Fonte: EIA/RIMA / elaborado por Ferreira (2025)

Para melhorar as condições de vida no RUC Laranjeiras e em outros reassentamentos, é fundamental que as políticas de apoio sejam revisadas e fortalecidas. Algumas recomendações incluem como vistas no **(Quadro 5)** abaixo:

Quadro 5: Recomendações de revisão de políticas de apoio

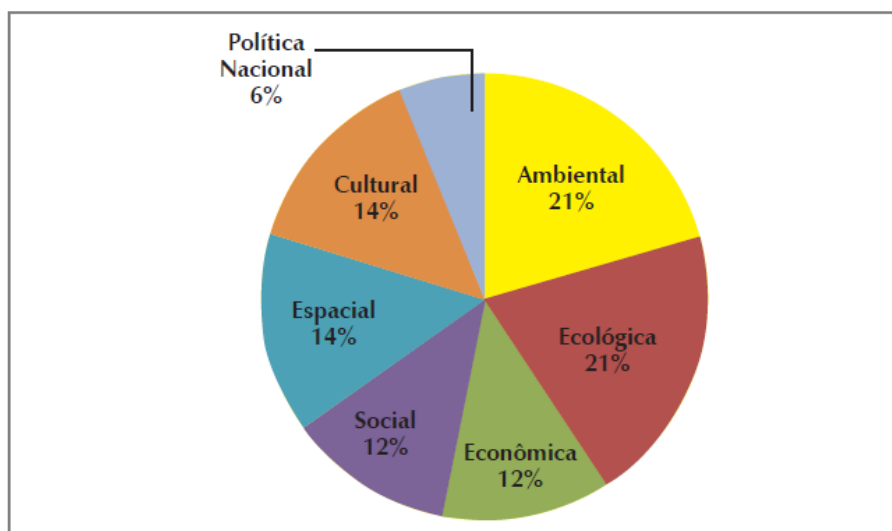
Recomendações de revisão de políticas de apoio	
Melhoria na Infraestrutura e Serviços	Garantir a manutenção e a ampliação dos serviços básicos, como transporte público, saúde e educação, para atender às demandas crescentes da população reassentada e a infraestrutura prometida aos pescadores(as) em relação ao porto de embarque e desembarque que não foi construído como pedido.
Fortalecimento da Participação Comunitária	Promover espaços de diálogo entre os moradores e as autoridades responsáveis, garantindo que as vozes das comunidades sejam ouvidas e consideradas no planejamento e na execução das políticas.

Incentivo à Geração de Renda	Desenvolver programas específicos para atender às necessidades econômicas das famílias reassentadas, especialmente para aqueles que dependem de atividades tradicionais, como a pesca.
Monitoramento e Avaliação	Implementar mecanismos de monitoramento e avaliação contínua das políticas de apoio, identificando falhas e ajustando as estratégias conforme necessário.

Fonte: EIA/RIMA / elaborado por Ferreira (2025)

O Plano Básico Ambiental (PBA) da UHE Belo Monte contempla, em seus programas, iniciativas direcionadas às dimensões culturais, espaciais, sociais, econômicas, políticas nacionais, ecológicas e ambientais.

GRÁFICO 1 – Distribuição dos programas previstos no PBA da UHE Belo Monte



Fonte: Ançay e Matos (2014)

O Reassentamento Urbano Coletivo Laranjeiras representa um exemplo dos desafios e das complexidades envolvidas nos reassentamentos de populações afetadas por grandes empreendimentos. Embora as políticas de apoio tenham buscado mitigar os impactos sociais, a implementação enfrentou limitações que comprometeram a adaptação das famílias reassentadas. Para garantir a justiça social e a dignidade das populações atingidas, é essencial que as políticas sejam aprimoradas e que as comunidades reassentadas sejam protagonistas no processo de reconstrução de suas vidas.

CAPÍTULO 4 – (RE)TERRITORIALIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO

4.1 A construção dos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs)

A cidade de Altamira passou por transformações impostas pela construção da Hidrelétrica de Belo Monte, com isso, a empresa Norte Energia de acordo com o PBA (Plano Básico Ambiental), reservou 17 áreas (**Figura 23**) para a construção dos reassentamentos urbanos (RUCs), que são bairros planejados com infraestrutura, rede de esgoto, escolas e unidades de saúde, construídas a partir do ano de 2013 como forma de indenização (Leme, 2009, p. 271).

Indígenas, ribeirinhos e moradores de Altamira se queixam de não terem sido suficientemente consultados sobre o aproveitamento do Xingu. O governo federal responde dizendo que realizou 142 eventos, incluindo quatro audiências públicas (em Belém, Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo), que reuniram 6.000 pessoas; 30 reuniões em aldeias (1.700 participantes); e 61 em comunidades (2.100 presentes). A ausência de consulta adequada a todos os povos indígenas é uma das razões alegadas em duas dezenas de ações que o Ministério Público Federal move contra Belo Monte”. (ISA, 2013)

Conforme já abordado em textos anteriores, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabelece como princípio fundamental a realização de consultas prévias, livres e informadas às comunidades indígenas e ribeirinhas em casos de decisões que impactem diretamente seus territórios e modos de vida. Ainda que o governo afirme ter seguido os protocolos internacionais e a legislação nacional, persistem acusações quanto ao descumprimento desse preceito, revelando uma lacuna entre a retórica institucional e o respeito efetivo aos direitos das populações tradicionais. Essa omissão compromete não apenas a transparência do processo, mas também sua legitimidade perante os grupos diretamente afetados.

Então, áreas escolhidas para construção dos reassentamentos urbanos eram áreas compreendendo áreas periurbanas, áreas de preservação ambiental e áreas utilizadas como fazenda (Carvalho; Amaral; Herrera, 2019, p. 113).

Figura 23: Áreas pré-selecionadas Para Implantação dos RUCs.



Fonte: NORTE ENERGIA (2011); Imagem: Google Earth (2010).

Das 17 áreas pré-selecionadas, apenas 5 delas foram inicialmente escolhidas para a implantação dos reassentamentos urbanos coletivos em Altamira, sendo os RUCs Água Azul, RUC Casa Nova, RUC Jatobá, RUC Laranjeiras e RUC São Joaquim (Miranda Neto, 2016).

As habitações construídas pela Norte Energia, possuem 63 m² com 2 quartos, 1 suíte, sala, cozinha, banheiro social, varanda e área de serviço com dois modelos de casas adaptadas para pessoas com deficiência (Norte Energia, 2011).

Buscando melhorias em sua situação de saída da margem do rio e espalhamento por RUCs distantes, os pescadores artesanais buscaram seus direitos juntamente com ribeirinhos e indígenas citadinos³⁷, reivindicando para que a empresa Norte Energia pudesse construir um RUC mais próximos do rio e que pudessem também terem melhorias nas casas, diferenciando da arquitetura das casas dos demais RUCs. Depois de travar esta briga por direitos com a empresa e atrasos na obra, um sexto espaço foi construído, denominado RUC Tavaquara, finalizado em 2019, mas que ainda não foi entregue para os pescadores, ribeirinhos e indígenas que moram em área urbana, pois as famílias dos citados que estão espalhados em outros RUCs em Altamira-PA, ainda estão em processo de cadastramento e após tudo finalizado, serão realocados para esse novo bairro adaptado aos interesses dos mesmos (Nunes, 2021).

³⁷ <https://www.amazonialatitude.com/2021/09/28/transformacoes-em-altamira-pos-belo-monte/>

Destaca-se que a construção do RUC Tavaquara foi implementada como condicionante da licença de operação da UHE Belo Monte, mas que os impasses entre as partes dificultaram e atrasaram a obra, fazendo com que a maioria das famílias de pescadores artesanais fossem realocados para o RUC-Laranjeiras e RUC-Jatobá (Norte Energia, 2021).

A construção de cinco novos bairros em Altamira estava prevista no PBA e foi concluída em 2015 (**Figura 24**). Jatobá, São Joaquim, Casa Nova, Laranjeiras e Água Azul abrigam 3,5 mil famílias reassentadas. O sexto bairro, denominado Tavaquara, foi oficialmente concluído em 2019, com a previsão de mais 150 unidades habitacionais destinadas a famílias indígenas e de pescadores. Contudo, tal projeto permaneceu apenas no plano teórico, uma vez que os pescadores seguem dispersos por outros Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), sem terem sido realocados para o bairro prometido, situado próximo ao rio e estruturado para atender às necessidades logísticas decorrentes do deslocamento compulsório, que transformou profundamente seu modo de vida e comprometeu aspectos fundamentais de sua identidade cultural. (Norte Energia, 2021).

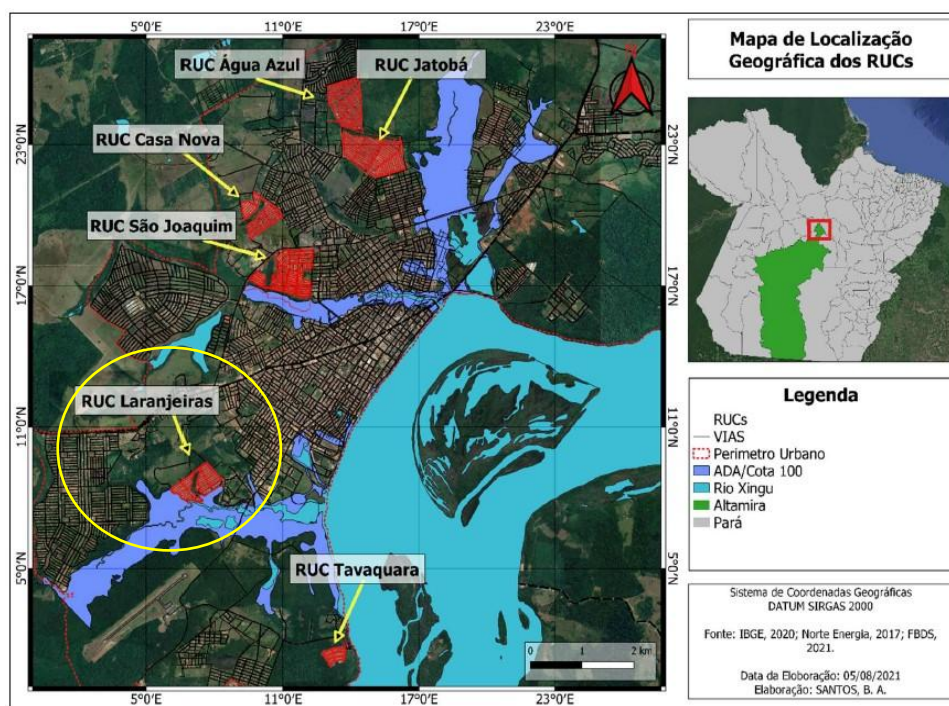
O RUC Laranjeiras foi construído obedecendo critérios a seguir como os demais:

- Distância máxima de 2 km do local da atual moradia da população ao local de reassentamento;
- Presença de equipamentos urbanos;
- Acessibilidade;
- Condicionantes ambientais (existência de cobertura vegetal e área de preservação permanente junto aos corpos d'água, declividade e geomorfopedologia);
- Legislação urbana (Norte Energia, 2011, p. 52).

Mas, mesmo com critérios estando em conformidade com a questão de respeito social e cultural das comunidades atingidas, na prática não se viu a mobilidade sendo algo facilitado para as famílias de pescadores, por mais que o RUC-Laranjeiras seja atravessado pelo igarapé Pannels próximo do rio, na realidade esses espaços não tem condições adequadas para as famílias de pescadores em questão de mobilidade, o igarapé Pannels não é navegável totalmente, com alguns pontos secos até no inverno amazônico, fazendo com que os pescadores tenham que sair de suas embarcações e puxá-las até o rio, muitas vezes as famílias que pescam necessitam sair do RUC, para um porto mais próximo chamado Pepino que fica uns 4 Km de distância ou se dirigir para o centro da cidade, onde encontra-se o maior porto de pesca o Porto

Seis quem tem aproximadamente 8 Km de distância, fazendo com que se tenha gastos com transporte ou gasolina (Ferreira e Pereira, 2023).

Figura 24: RUCs construídos em Altamira-PA



Fonte: Norte Energia S.A (2017)

O Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) Laranjeiras, em Altamira-PA, é um reflexo direto dos impactos sociais provocados pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A migração compulsória de famílias inteiras para áreas distantes de seu contexto original evidenciou problemas relacionados à desterritorialização e à reterritorialização, impactando nas condições de vida dos reassentados (Nunes, 2021).

No RUC Laranjeiras, distante do centro urbano e do rio, as famílias enfrentam um processo de reterritorialização marcado por dificuldades em se adaptarem a um espaço que não oferece as mesmas condições econômicas e sociais. Este processo reflete o conceito de desterritorialização, conforme discutido por autores como Milton Santos e Rogério Haesbaert, pois rompeu os vínculos históricos e culturais das comunidades com seus territórios originais.

A localização periférica do reassentamento agrava os desafios cotidianos. Sem acesso direto ao rio Xingu, as famílias que dependem da navegação para transporte e sustentam veem-se obrigadas a recorrer ao igarapé Pannels, a única ligação hídrica em partes acessível. Contudo, este igarapé apresenta sérios problemas de navegabilidade devido a manipulação ambiental,

onde a Norte Energia modificou o ambiente físico do igarapé para facilitar a navegabilidade, mas ocorreu foi a alteração do ambiente onde o acúmulo de sedimentos por essa manipulação prejudicou ainda mais sua rota de navegação, inviabilizando seu pleno uso que já era difícil e ficou pior. Além disso, a localização para o centro de Altamira é limitada pela falta de infraestrutura de transporte público acessível, obrigando muitos a arcarem com custos altos para manter vínculos com a cidade (Neto e Souza, 2021).

O igarapé Pannels, embora seja a única opção para quem não pode pagar pelo transporte ao antigo território, enfrenta desafios como poluição e assoreamento, dificultando seu uso para navegação e pesca, atividades essenciais para a subsistência de muitas famílias reassentadas. Esses problemas refletem uma negligência no planejamento de reassentamentos que não consideram relevantes às necessidades e características das paisagens afetadas (Neto e Souza, 2021).

O caso do RUC Laranjeira evidencia as contradições do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, baseado em grandes obras de infraestrutura que geram impactos impactantes nos territórios. Segundo Cardoso (2018) e Miranda Neto (2016), a implementação de Belo Monte é um exemplo de como os interesses econômicos podem sobrepor-se às necessidades das situações locais, criando uma segregação socioespacial adequada.

O reassentamento das famílias, embora tenha sido apresentado como uma solução, revelou-se uma fonte de novos problemas, como a perda de acesso a recursos naturais e a precarização das condições de vida na pesca. Este cenário reforça a importância de um planejamento territorial que priorize os direitos das populações atingidas, evitando processos de exclusão social e territorial (Neves 2019).

Para finalizar, podemos enfatizar que o processo de realocação ainda não terminou, mesmo já passado treze anos do início das obras de Belo Monte; e durante todo esse tempo a luta das famílias de pescadores artesanais continua; seus modos de vida transformados e forçadamente saíram de suas casas tendo que se adaptar as novas realidades, vidas de inúmeras famílias como pescadores, camponeses, extrativistas, ribeirinhos e/ou comunidades inteiras foram fortemente impactadas, arruinadas por ações compulsórias da UHE Belo Monte. Com isto, elas perderam o elo afetivo que existia em sua coletividade e acima de tudo em sua espacialidade territorial, ou seja, foram muitas as transformações vividas pela população deslocada por Belo Monte (Nunes 2021).

4.2 Novas dinâmicas territoriais no RUC Laranjeiras em Altamira - PA

O Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) Laranjeiras, criado como parte das medidas de compensação pelos impactos da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, tornou-se o novo lar para muitas famílias de pescadores e pescadoras que antes residiam as margens do Rio Xingu. Essa realocação gerou profundas transformações na relação desses trabalhadores com seu território, alterando rotinas de pesca, práticas comunitárias e o próprio modo de vida. Entre as principais mudanças territoriais vivenciadas, destaca-se o papel do igarapé Pannels, que atravessa o bairro e deveria funcionar como uma conexão natural com o Rio Xingu, mas apresenta desafios significativos de navegabilidade (**Figura 25**). Essas mudanças se traduzem em novas dinâmicas marcadas por adaptações, dificuldades econômicas e perdas culturais (Neves, 2019).

Figura 25: Igarapé Pannels no inverno Amazônico seco, ocorre problemas de navegação.



Fonte: Ferreira (2025)

Antes do reassentamento, a maioria dos pescadores(as) vivia em bairros situados às margens do Rio Xingu (**Figura 26**), como a Peixaria e outras áreas próximas as margens do rio. Nesses locais, o contato direto com o rio facilitava a prática da pesca artesanal, que era mais do que uma atividade econômica: era parte fundamental da identidade cultural dessas

comunidades. A transferência compulsória para o RUC Laranjeiras resultou em uma desconexão física e simbólica com o rio, obrigando as famílias a adaptarem suas atividades e relações sociais a um novo espaço (Padinha, Whitacker, 2017).

Figura 26: Casas próximas ao rio Xingu antes de Belo Monte



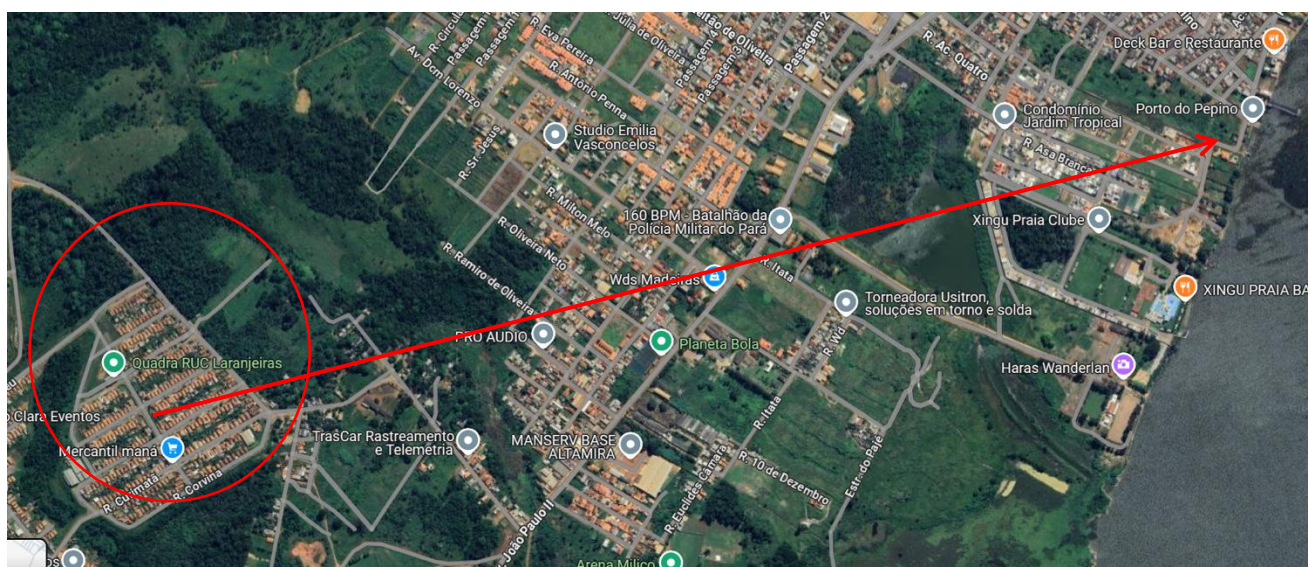
Fonte: Elisa Estronioli/AR (2015)

O bairro Laranjeiras foi projetado para ser uma comunidade estruturada, com infraestrutura básica e espaços de convivência. Contudo, a localização periférica e distante do Xingu trouxe desafios que não foram plenamente considerados no planejamento do reassentamento. A presença do igarapé Pannels no bairro foi vista inicialmente como uma possível rota natural de saída para o rio principal, mas as condições desse curso d'água tornaram sua utilização difícil e muitas vezes inviável (Neto e Souza, 2021).

O igarapé Pannels, um pequeno curso d'água que atravessa o RUC Laranjeiras, seria, em teoria, uma alternativa para que os pescadores(as) mantivessem sua conexão com o Rio Xingu. No entanto, sua navegabilidade é limitada por características físicas e ambientais. Em muitos trechos, o igarapé é raso, mesmo durante o chamado inverno amazônico, período em que as chuvas aumentam o nível das águas na região. A presença de bancos de areia, troncos submersos e trechos estreitos dificulta ou impossibilita a navegação de embarcações maiores usadas na pesca (Neto e Souza, 2021).

Essa limitação forçou os pescadores(as) a buscar outras rotas para acessar o Xingu, muitas vezes precisando se deslocar até portos mais distantes localizados em outras áreas da cidade (**Figura 27**). Esse deslocamento adicional gera custos significativos com transporte e combustível, comprometendo ainda mais a já fragilizada economia das famílias pescadoras. Para muitos, o gasto extra transforma a atividade da pesca em algo menos sustentável e mais desafiador (Santos, Nunes, 2021).

Figura 27: Localização do RUC Laranjeiras e o porto mais próximo como segunda opção de saída para pesca



Fonte: Google Maps (2025)

Além disso, o aumento nos custos operacionais impacta na renda dos pescadores(as), que já enfrentam a diminuição da disponibilidade de peixes no rio devido às mudanças ecológicas causadas pela construção de Belo Monte. O resultado é um cenário de instabilidade econômica e incerteza quanto à viabilidade da pesca artesanal como fonte principal de sustento para essas famílias (Padinha, Whitacker, 2017).

A realocação e a desconexão com o Rio Xingu também trouxeram perdas culturais e sociais para os pescadores(as) reassentados(as). O rio, que antes era parte integral do cotidiano dessas comunidades, agora está distante tanto fisicamente quanto simbolicamente. As práticas tradicionais de convivência e troca de conhecimentos, que ocorriam à beira do rio, foram substituídas por rotinas fragmentadas no novo bairro (Santos, Nunes, 2021).

A dificuldade de manter as práticas culturais ligadas ao rio gera um impacto no modo de vida e identidade entre os pescadores(as). Para muitos, o reassentamento no RUC Laranjeiras significou não apenas a perda de suas casas, mas também de sua conexão com o ambiente que definia suas vidas (Santos, Nunes, 2021).

Apesar dos desafios, o reassentamento no RUC Laranjeiras também trouxe iniciativas de adaptação e resistência. Os moradores começaram a reorganizar suas rotinas e a buscar formas de superar as dificuldades impostas pelas novas dinâmicas territoriais. Grupos de pescadores(as) têm se articulado para reivindicar melhorias na infraestrutura do igarapé Pannels, como o desassoreamento e a remoção de obstáculos que dificultam a navegação. Além disso, redes de solidariedade comunitária foram formadas para compartilhar recursos e estratégias de adaptação à nova realidade (Becker, 1999).

O bairro começou a se transformar em um espaço de resistência e inovação, onde os pescadores(as) tentam conciliar as demandas de um novo território com a valorização de suas práticas e identidades culturais (Santos, Nunes, 2021).

As novas dinâmicas territoriais no Reassentamento Laranjeiras refletem as complexidades e desafios enfrentados pelas famílias de pescadores(as) realocadas em Altamira. A presença do igarapé Pannels, com seus problemas de navegabilidade, simboliza as dificuldades de adaptação a um território que, embora promissor em teoria, trouxe desafios significativos na prática. O afastamento físico do Rio Xingu, os custos adicionais para acessar portos urbanos e as perdas culturais resultantes da migração compulsória são apenas alguns dos impactos vivenciados pelos moradores do bairro (Santos, Nunes, 2021).

Ainda assim, a capacidade de adaptação e a resistência demonstrada pelas comunidades pescadoras destacam a importância de políticas públicas que atendam às suas necessidades específicas, promovendo infraestrutura adequada e suporte para garantir sua sobrevivência econômica e cultural em um território transformado (Neves, 2019).

4.3 Estrutura e infraestrutura no RUC Laranjeiras em Altamira - PA

A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte trouxe consigo a necessidade de reassentamento de milhares de famílias que viviam em áreas urbanas e ribeirinhas alagadas ou consideradas de risco. Entre os locais criados para realocar essas famílias está o Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) Laranjeiras, que se apresenta como um bairro com infraestrutura modernizada (**Figura 28**). Contudo, a transição para este novo espaço revelou

uma série de desafios, especialmente para os pescadores e pescadoras que habitavam anteriormente as margens do Rio Xingu. Em particular, a estrutura habitacional, a precariedade de serviços públicos e a infraestrutura prometida, mas não cumprida, demonstram as contradições enfrentadas por essa população (Ferreira e Pereira, 2023).

Figura 28: Modelo das casas dos reassentamentos urbanos - RUCs.



Fonte: Norte Energia (2019)

As famílias reassentadas anteriormente residiam em palafitas, casas de madeira construídas sobre áreas alagadiças nas margens do Rio Xingu. Esse modelo habitacional era uma adaptação às condições ambientais da região, especialmente às cheias do inverno amazônico³⁸, quando o nível das águas subia consideravelmente. Embora expostas a riscos, como instabilidade estrutural e dificuldades de saneamento, as palafitas garantiam a proximidade com o rio, essencial para a subsistência e a atividade pesqueira (Santos, Nunes, 2021).

No RUC Laranjeiras, as famílias receberam casas de alvenaria, consideradas uma melhoria em termos de conforto e segurança estrutural. Contudo, essa mudança também representou uma desconexão com o estilo de vida ribeirinho. Apesar de mais resistentes às intempéries, as novas moradias não consideraram as necessidades específicas dos pescadores(as), como espaços para armazenar equipamentos e embarcações. Além disso, o

³⁸ https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/8747/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o_ZilmarSilva_PPGEOG.pdf (O inverno amazônico, também conhecido como estação chuvosa na região Norte do Brasil, ocorre entre os meses de dezembro e maio).

distanciamento físico do rio e das áreas de pesca gerou um impacto significativo na rotina e na cultura dessas comunidades (Nunes, 2021).

Um dos problemas mais relatados no RUC Laranjeiras é a falta constante de água potável (**Tabela 01**). Essa precariedade afeta diretamente a qualidade de vida das famílias, que frequentemente dependem de caminhões-pipa para abastecer suas casas o pegam água do próprio igarapé. Tal situação evidencia uma falha na entrega das promessas de infraestrutura básica que deveriam acompanhar o reassentamento (Neto e Souza, 2021).

Tabela 1: Percepção dos pescadores e pescadoras sobre a questão da distribuição da água no RUC Laranjeiras

PERCEPÇÃO DOS PESCADORES E PESCADORAS SOBRE A QUESTÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA ÁGUA NO RUC LARANJEIRAS			
	Excelente	Regular	Ruim
PESCADORES	5	16	52
PESCADORAS	1	14	31

Fonte: Ferreira (2025)

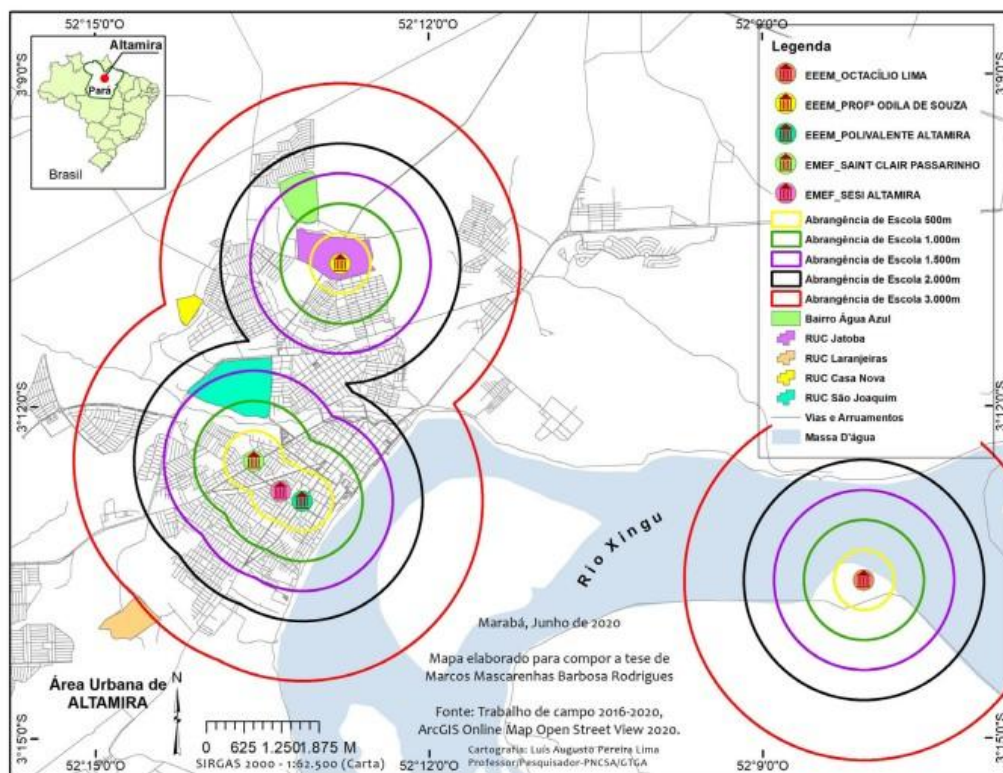
Outro desafio enfrentado pelas famílias é a ausência de uma escola de ensino médio dentro do bairro (**Figura 29**). Os estudantes precisam se deslocar para outras áreas de Altamira, muitas vezes a grandes distâncias, enfrentando dificuldades com transporte público insuficiente (**Tabela 2**) ou custos elevados para as famílias. Essa falta de infraestrutura educacional compromete o acesso à educação e aumenta as barreiras para os jovens do bairro (Neto e Souza, 2021).

Tabela 2: Percepção dos pescadores e pescadoras sobre a questão da distribuição da água no RUC Laranjeiras.

PERCEPÇÃO DOS PESCADORES E PESCADORAS SOBRE A QUESTÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO NO RUC LARANJEIRAS			
	Excelente	Regular	Ruim
PESCADORES	0	12	61
PESCADORAS	0	7	39

Fonte: Ferreira (2025)

Figura 29: Mapa de abrangência das Escolas de Ensino Médio



Fonte: Rodrigues (2020). ArcGIS Online Map Open Street View (2020).

Entre as promessas feitas pela Norte Energia, havia a construção de um porto às margens do igarapé Panelas, dentro do bairro, que deveria atender às necessidades dos pescadores(as) reassentados. Segundo o projeto original, o porto teria estrutura adequada, incluindo:

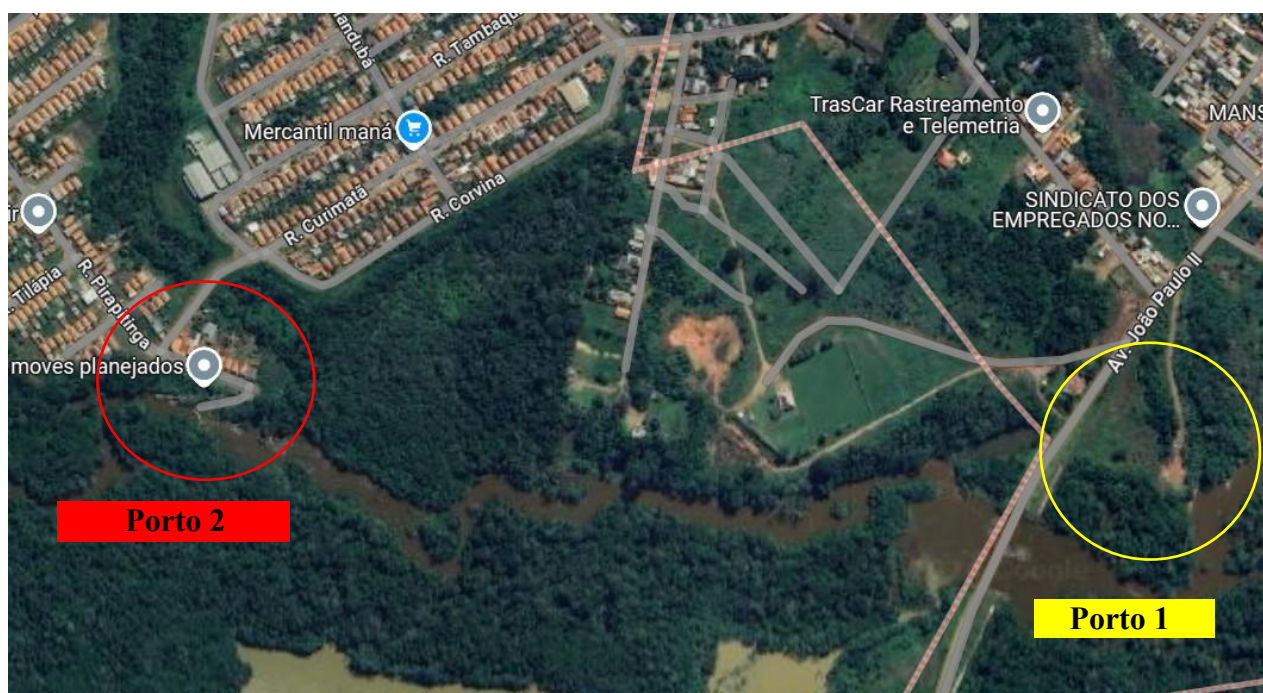
- Um barracão com cadeiras para descanso e organização das atividades pesqueiras.
- Segurança no local, garantindo proteção para embarcações e equipamentos.
- Uma rampa de acesso ampla, com base final projetada para responder às variações do nível da água no verão e no inverno amazônico.
- Estrutura que facilitaria o embarque e desembarque de barcos, além de acesso para veículos para transporte de produtos da pesca.

Contudo, o que foi entregue ficou fora do contexto dessas promessas. Dois portos foram construídos, mas ambos falharam em atender as expectativas e necessidades dos pescadores(as):

1. **Porto Fora do Bairro 1:** Um dos portos foi construído em uma localização distante das moradias no RUC Laranjeiras. Esse fator o tornou pouco acessível, resultando na inutilização do porto pelos pescadores(as) (**Figura 30**) (**Figura 31**).

2. **Porto Dentro do Bairro 2:** O porto construído às margens do igarapé Panelas foi criticado por não atender aos padrões prometidos. A rampa, por exemplo, é estreita e possui uma base alta, dificultando o embarque e desembarque. Além disso, a rampa não foi construída no local solicitado pelos pescadores(as), o que aumenta a distância dos barcos, que agora ficam ancorados cerca de 6 metros do porto, complicando ainda mais as operações (**Figura 30**) (**Figura 32**).

Figura 30: Imagem de satélite portos 1 e porto 2 do RUC Laranjeiras



Fonte: Google Maps (2024)

Figura 31: Primeiro porto construído no igarapé Panelas pela Norte Energia, RUC-Laranjeira.

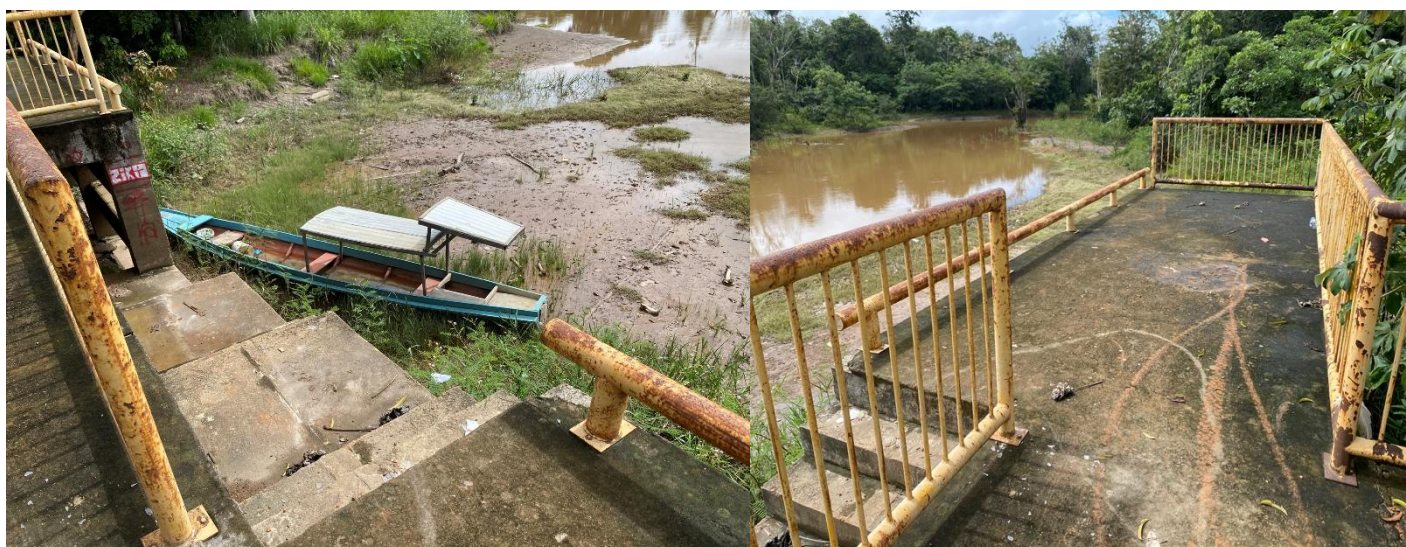


Figura 32: Segundo porto construído pela Norte Energia à pedido dos pescadores(as), mas nada como foi feito como pedido.



Fonte: Ferreira (2023)

Além disso, o porto carece de itens básicos como o barracão e cadeiras. Não há qualquer tipo de segurança instalada no local, o que resulta em frequentes relatos de roubos de embarcações e equipamentos. Os pescadores e pescadoras que dependem da pesca para sua subsistência sentem-se desamparados, já que as promessas feitas não foram cumpridas de forma adequada (Neto e Souza, 2021).

A ausência de uma infraestrutura eficiente tem impactos profundos na vida dos pescadores e pescadoras reassentados. O aumento dos custos com transporte e logística para acessar outras áreas de pesca, a insegurança no armazenamento de embarcações e a falta de apoio para suas atividades tornam a pesca artesanal, já afetada pelas mudanças ambientais no Rio Xingu, ainda mais desafiadora (Neto e Souza, 2021).

Os relatos dos pescadores(as) revelam insatisfação e frustração com a Norte Energia, que não cumpriu o acordo em relação à entrega das estruturas prometidas. Esses desafios

aumentam o sentimento de perda e desamparo entre os moradores, que já enfrentam as dificuldades de adaptação ao novo território e a desconexão com suas práticas culturais e econômicas (Neto e Souza, 2021).

A estrutura e infraestrutura no Reassentamento Laranjeiras refletem as contradições e desafios enfrentados pelas famílias reassentadas em Altamira. Embora as novas moradias de alvenaria representem uma melhoria em relação às palafitas, a falta de serviços básicos, como água e escolas, e as falhas na entrega da infraestrutura prometida comprometem a adaptação e a qualidade de vida no novo bairro. Para os pescadores(as), a desconexão com o rio e as dificuldades de utilizar os portos entregues ampliam as barreiras para manter suas atividades e tradições. Esses problemas evidenciam a necessidade de revisão e aprimoramento das políticas de reassentamento, para garantir que os direitos e as demandas das populações reassentadas sejam realmente atendidos (Neto e Souza, 2021).

4.4 Estratégia de adaptação dos pescadores(as) às novas condições

Antes do reassentamento, muitos pescadores(as) viviam as margens próximas ao Rio Xingu, com acesso direto às áreas de pesca. No novo cenário, onde o acesso ao rio é limitado, os pescadores(as) precisaram modificar suas rotinas e buscar alternativas para manter sua atividade (Nunes, 2021):

- **Busca de Novos Portos:** Com a dificuldade de usar o igarapé Pannels como rota de saída devido a problemas de navegabilidade, muitos pescadores(as) passaram a recorrer a outros portos urbanos para acessar o Xingu. Apesar de implicar custos adicionais com transporte e combustível, essa estratégia foi fundamental para continuar a prática da pesca.
- **Mudança nas Áreas de Pesca:** Alguns pescadores(as) começaram a explorar áreas de pesca mais distantes em busca de espécies que ainda sejam abundantes, adaptando-se às mudanças na biodiversidade do rio provocadas por Belo Monte.

Essas alterações demandam maior esforço físico e financeiro, mas refletem a determinação em manter a pesca como fonte de sustento e identidade cultural (Nunes, 2021).

Diante dos desafios econômicos que fragilizam a sustentabilidade da pesca artesanal, muitos pescadores e pescadoras buscaram diversificar suas fontes de renda. Entre as alternativas desenvolvidas, destacam-se (Neto e Souza, 2021):

- **Atividades Complementares:** Alguns passaram a trabalhar em atividades paralelas, como comércio local, serviços gerais, agricultura de subsistência ou reciclagem para complementar a renda da família.

A formação de grupos e associações independentes tornou-se uma das principais estratégias de adaptação das comunidades pesqueiras reassentadas. A partir dessas organizações, os pescadores(as) têm buscado (Miranda Neto, 2017):

- **Articulação Coletiva:** Muitos pescadores(as) criaram grupos para negociar com as autoridades e a Norte Energia, reivindicando melhorias na infraestrutura e condições de trabalho, como a reestruturação dos portos e a implementação de segurança nas áreas de ancoragem.
- **Diálogo com Órgãos Públicos:** As comunidades têm mobilizado esforços junto ao Ministério Público, à prefeitura de Altamira e a outras instâncias governamentais para garantir que seus direitos sejam respeitados e que as compensações prometidas sejam cumpridas.

A organização comunitária não apenas fortalece a voz das comunidades, mas também promove a solidariedade e o senso de pertencimento entre os reassentados (Ferreira e Pereira 2023).

A mudança para o Reassentamento Laranjeiras representou uma ruptura para muitos pescadores(as), que não apenas perderam o contato direto com o rio, mas também enfrentaram uma desarticulação cultural. Para manter vivas suas tradições e identidades, os pescadores(as) desenvolveram estratégias de adaptação cultural (Neves, 2019):

- **Preservação de Saberes Tradicionais:** A transmissão de conhecimentos relacionados à pesca, ao manejo das águas e às práticas culinárias continua sendo uma prioridade entre as famílias, garantindo que essas tradições não se percam nas novas gerações.

A adaptação dos pescadores(as) também passa pela superação das dificuldades causadas pela falta de infraestrutura adequada no reassentamento. Apesar das promessas de construção de portos com segurança e comodidade, a realidade é marcada por estruturas inadequadas e ineficazes. Para contornar essas limitações, os pescadores(as) têm desenvolvido estratégias próprias (Neves, 2019):

- **Manutenção e Proteção de Embarcações:** Diante da ausência de segurança nos portos, muitos pescadores(as) implementaram suas próprias formas de proteger barcos e equipamentos, como o uso de cadeados improvisados ou a organização de vigílias comunitárias.

- **Ancoragem Alternativa:** Em razão das falhas estruturais dos portos existentes, alguns pescadores(as) criaram pontos de ancoragem improvisados em trechos acessíveis do igarapé ou em áreas próximas, mesmo que isso implique maior esforço logístico.

Essas soluções demonstram a resiliência das comunidades em enfrentar os desafios do dia a dia, mas também ressaltam a necessidade de ações mais efetivas por parte das autoridades e empresas responsáveis (Neto e Souza, 2021).

A educação e a capacitação profissional têm sido exploradas como caminhos para ampliar as oportunidades de adaptação com a falta de alternativas. Muitos pescadores(as) incentivam seus filhos e familiares mais jovens a buscar formação em outras áreas, pois com todo os problemas em relação a pesca ainda estarem a serem resolvidos há anos e temendo que esse modo de vida desapareça, a formação em outras áreas garante opções no futuro. Além disso, programas de capacitação que ensinam novas técnicas de pesca, manejo de recursos naturais ou empreendedorismo têm sido adotados como ferramentas para lidar com as mudanças, sob a aparência de medidas compensatórias, tais iniciativas transferem a responsabilidade pela reconstrução dos modos de vida ao indivíduo, desconsiderando os impactos coletivos e estruturais causados pelos grandes empreendimentos. Ao incentivar o empreendedorismo, essas ações reafirmam a mercantilização da sobrevivência, apagando práticas culturais ancestrais e substituindo vínculos comunitários por modelos competitivos alinhados ao mercado (Santos e Nunes, 2021).

As estratégias de adaptação dos pescadores e pescadoras às novas condições refletem um esforço coletivo de superação diante das adversidades causadas pelo reassentamento compulsório e pelas transformações ambientais no Rio Xingu. O foco, portanto, desloca-se do reconhecimento de injustiças e da reparação territorial para soluções técnicas que legitimam o reordenamento neoliberal da vida local, invisibilizando o apagamento simbólico e político imposto às populações tradicionais. Apesar das dificuldades, essas comunidades demonstram resiliência, criatividade e organização, buscando soluções que lhes permitam preservar sua identidade cultural e garantir sua sobrevivência econômica. Contudo, é fundamental que políticas públicas mais eficazes e comprometidas sejam implementadas, garantindo que as demandas das comunidades pesqueiras sejam atendidas de forma justa e sustentável (Neto e Souza, 2021).

CAPÍTULO 5 – IMPACTOS NA IDENTIDADE E CULTURA

5.1 Transformações culturais e mudanças de tradições

As transformações culturais e mudanças das tradições têm sido fenômenos recorrentes em comunidades que enfrentam transformações territoriais forçadas, como resultado de grandes empreendimentos de infraestrutura. No caso das populações pesqueiras reassentadas em Altamira, no Pará, devido à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, esse processo foi intensificado pela migração compulsória e pela desconexão física e simbólica com o Rio Xingu, que outrora era o núcleo central de sua cultura e subsistência. A mudança abrupta de práticas tradicionais, somada às novas dinâmicas impostas pela urbanização e modernização, revela um cenário complexo de desarticulação cultural e resistência identitária (Diegues, 1983, 2004).

Para as comunidades pesqueiras, o Rio Xingu não é apenas um recurso natural, mas um elemento simbólico e essencial na construção de sua identidade cultural. Por gerações, os costumes e práticas dessas comunidades foram moldados pela relação intrínseca com o rio. A pesca artesanal, por exemplo, não representava apenas uma fonte de sustento econômico, mas também uma prática carregada de significados culturais e sociais. Os rituais relacionados à pesca, como os métodos de captura, as celebrações de fartura e as transmissões de saberes entre gerações, reforçavam os laços comunitários e a continuidade das tradições que

[...] possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.³⁹

Com o reassentamento, a desconexão física do Rio Xingu levou a um rompimento cultural significativo. Muitos pescadores(as) foram realocados para áreas urbanas afastadas do rio, onde a prática da pesca tornou-se mais difícil e onerosa. A impossibilidade de manter a frequência de interação com o Xingu desarticulou práticas culturais centrais, como os encontros comunitários nas margens, o uso do rio como meio de transporte e as celebrações que envolviam diretamente as águas (Fonteles-Filho; Espíndola, 2001).

O reassentamento em bairros como o RUC Laranjeiras trouxe mudanças no cotidiano das famílias, que agora vivem em ambientes urbanizados e desconectados de seu modo de vida

³⁹ Link: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais>

ribeirinho. As casas de alvenaria substituíram as palafitas, e a proximidade com o rio deu lugar a ruas pavimentadas e lotes padronizados.

Entre as mudanças estruturais mais notáveis, destacam-se:

- **Técnicas Tradicionais de Pesca:** A prática da pesca artesanal sofreu alterações significativas, tanto pela dificuldade de acesso ao rio quanto pela mudança nos hábitos de consumo e subsistência. As técnicas passadas de geração em geração começaram a ser substituídas por métodos mais adaptados às novas condições ou, em muitos casos, foram abandonadas por completo.
- **Saberes Comunitários:** A transmissão de conhecimentos sobre o rio, a biodiversidade e as práticas de manejo sustentável diminuíram. Esse saber, que antes era compartilhado durante as atividades cotidianas no rio, perdeu espaço nos novos territórios urbanizados.
- **Culinária Tradicional:** A perda da abundância de peixes no Rio Xingu e a desconexão com os pontos de pesca afetaram a culinária local, alterando práticas alimentares que faziam parte do dia a dia dessas comunidades e hoje mudou com a utilização de mais enlatados como forma de alimento.

Outro impacto significativo das mudanças culturais é a fragmentação dos laços comunitários. Antes do reassentamento, as comunidades ribeirinhas viviam em proximidade física, reforçando a solidariedade e o senso de pertencimento. As redes de apoio mútuo, baseadas em trocas de trabalho, alimentos e saberes, foram desarticuladas pela dispersão das famílias em diferentes reassentamentos urbanos (Acsegrad; Mello; Bezerra, 2009).

Apesar das perdas, as comunidades pesqueiras reassentadas também demonstraram estratégias de resistência cultural, adaptando práticas tradicionais às novas condições. Alguns exemplos incluem:

- **Reforço da Memória Coletiva:** Muitos pescadores(as) têm se dedicado a ensinar práticas e saberes tradicionais às novas gerações, mesmo que não sejam mais exercidos no mesmo contexto. Essa transmissão de memória é vista como uma forma de preservar a identidade cultural das comunidades (Santos e Nunes, 2021).
- **Organização em Grupos:** Associações comunitárias têm surgido como espaços de resistência, permitindo que as comunidades pesqueiras se articulem para reivindicar melhorias e resgatar práticas culturais.

A valorização cultural passa, inevitavelmente, pela valorização das tradições entre os jovens das comunidades reassentadas. Contudo, a urbanização trouxe novos desafios para o engajamento da juventude nas práticas culturais ribeirinhas. Muitos jovens, inseridos em um

contexto urbano, têm menor contato com o rio e as atividades tradicionais, o que pode resultar em um enfraquecimento da identidade cultural a longo prazo (Santos e Nunes, 2021).

As mudanças culturais e a perda de tradições experimentadas pelas comunidades pesqueiras reassentadas em Altamira refletem os impactos profundos das transformações territoriais impostas por grandes empreendimentos. Contudo, as estratégias de resistência e adaptação cultural demonstram a resiliência dessas comunidades, que continuam a lutar pela preservação de suas identidades e memórias. Reconhecer essas mudanças e criar políticas públicas que valorizem e apoiem a cultura ribeirinha é essencial para garantir a justiça social e a dignidade dessas populações tradicionais (Neto e Souza, 2021).

5.2 Papel das associações de pescadores(as) na preservação cultural

As associações de pescadores e pescadoras desempenham um papel crucial não apenas na organização e na luta por direitos sociais e econômicos, mas também na preservação da cultura e identidade das comunidades pesqueiras. Essas instituições emergem como espaços de resistência e de valorização das práticas tradicionais, especialmente em contextos de transformações territoriais e sociais, como os enfrentados pelas populações reassentadas devido à construção de grandes empreendimentos, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Por meio de suas atividades, as associações atuam como guardiãs dos saberes ancestrais e como plataformas para a continuidade das tradições culturais (Silva, 2014).

A pesca artesanal é mais do que uma atividade econômica para os pescadores e pescadoras. Ela está profundamente enraizada na construção identitária dessas comunidades, sendo transmitida de geração em geração por meio de práticas, técnicas e costumes que simbolizam sua relação com o ambiente natural, especialmente com os rios. Nesse contexto, as associações têm um papel fundamental ao buscar preservar essas identidades culturais e resguardar os saberes tradicionais (Lander, 2005, p. 14-15).

Essas associações promovem a perpetuação de técnicas de pesca artesanal que são carregadas de conhecimento ancestral. Métodos específicos de captura, manuseio e processamento do pescado, bem como as práticas relacionadas ao uso sustentável dos recursos naturais, são frequentemente compartilhados, discutidos e valorizados nesses espaços. Essa transmissão de conhecimento é essencial para garantir que as gerações mais jovens entendam e se conectem à tradição pesqueira, como fala o autor:

Ao naturalizar e universalizar as regiões ontológicas da cosmovisão liberal que servem de base a suas construções disciplinares, as ciências sociais estão impossibilitadas de abordar processos histórico-culturais diferentes daqueles postulados por essa cosmovisão. Caracterizando as expressões culturais como tradicionais ou pré-modernas, como em processo de transição em direção à modernidade, nega-se-lhes toda possibilidade de lógicas culturais ou cosmovisões próprias. Ao colocá-las como expressão do passado, nega-se sua contemporaneidade. (Lander, 2005, p. 15)

Temos abaixo exemplos de alguns eventos que organizados pelas associações, podem funcionar como pontes entre o passado e o presente, permitindo que as práticas culturais sejam celebradas e transmitidas em um ambiente coletivo. Entre ideias de atividades comuns estão:

- **Competições de pesca tradicional:** Onde as técnicas ancestrais são valorizadas e premiadas.
- **Oficinas culturais:** Voltadas ao ensino de práticas ligadas à pesca, como a confecção de redes, a construção de barcos e o preparo de pratos tradicionais à base de peixe.
- **Festas religiosas ou comunitárias:** Com forte ligação ao rio e à pesca, que são carregadas de simbolismo e espiritualidade.

As associações também têm um papel importante na preservação da memória coletiva das comunidades pesqueiras. Por meio de encontros, palestras e registros, essas instituições promovem a documentação e a valorização das histórias e experiências dos pescadores e pescadoras, garantindo que essas narrativas não se percam ao longo do tempo, Diegues (2004, p. 90) também defende:

Um dos critérios mais importantes para definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular. Esse critério remete à questão fundamental da identidade.

Além disso, as associações frequentemente atuam como mediadoras entre os pescadores(as) e as instituições externas, como governos e empresas, lutando para que as práticas culturais ribeirinhas sejam reconhecidas e respeitadas em políticas públicas. Essa mediação é fundamental em contextos de reassentamento, onde há o risco de marginalização e apagamento cultural (De Paula, 2019).

Outra forma pela qual as associações contribuem para a preservação cultural é a luta por espaços e infraestrutura que favoreçam a continuidade das tradições. No contexto do reassentamento, por exemplo, muitas associações reivindicam portos adequados que

possibilitem o exercício da pesca artesanal, barracões para eventos comunitários e locais de ancoragem seguros para as embarcações (De Paula, 2019).

Esses espaços são cruciais para a vivência e a prática da cultura pesqueira. Eles não apenas facilitam a pesca como atividade econômica, mas também criam um ambiente onde os pescadores e pescadoras podem se reunir, trocar experiências e fortalecer o senso de pertencimento (De Paula, 2019).

As associações também têm um papel vital na educação e na formação de jovens. Ao promover oficinas, palestras e programas de capacitação, essas instituições garantem que os saberes tradicionais sejam transmitidos às novas gerações. Essa educação cultural é especialmente importante em contextos de urbanização, onde os jovens podem se distanciar das práticas ribeirinhas devido à desconexão física e simbólica com o rio (De Paula, 2019).

Além disso, muitas associações incentivam a participação de jovens nas atividades organizacionais, garantindo uma transição geracional e fortalecendo o compromisso com a cultural (De Paula, 2019).

A migração compulsória e as transformações impostas por grandes empreendimentos, como o caso de Belo Monte, muitas vezes resultam em mudanças culturais significativas e na perda de tradições. Nesse cenário, as associações de pescadores e pescadoras emergem como agentes de resistência cultural, promovendo a organização coletiva e a ressignificação de práticas em novos contextos territoriais (Santos e Nunes, 2021).

Por meio de sua atuação, essas associações reafirmam o valor da pesca artesanal como elemento identitário e cultural, fortalecendo as comunidades frente às adversidades. Sua capacidade de adaptação às novas realidades, sem renunciar a suas tradições, é uma demonstração de resiliência e de compromisso com a cultural (Santos e Nunes, 2021).

As associações de pescadores e pescadoras desempenham um papel central e cultural das comunidades pesqueiras, especialmente em tempos de transformação territorial e social. Sua atuação como guardiãs das tradições, promotoras da memória coletiva e defensoras de espaços culturais é essencial para garantir que as práticas e os saberes ribeirinhos sejam mantidos vivos. Em um contexto de mudanças aceleradas, essas associações representam resistência, identidade e continuidade, demonstrando que a cultura é um elemento vital na construção de comunidades resilientes e dignas (De Paula, 2019).

5.3 Práticas culturais no novo território

As práticas culturais são elementos centrais na construção da identidade de um grupo social. Elas refletem a relação das pessoas com o seu território, seus saberes tradicionais, valores e modos de vida. Quando há uma ruptura territorial, como no caso do reassentamento de comunidades pesqueiras devido à construção de grandes empreendimentos, essas práticas são profundamente impactadas. Contudo, mesmo em novos contextos, as práticas culturais persistem, ressignificam-se e tornam-se ferramentas de resistência e adaptação. O Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) Laranjeiras, em Altamira, PA, é um exemplo emblemático desse processo, em que as comunidades reassentadas lutam para preservar e adaptar suas tradições culturais ao novo território (Diegues, 1999).

Antes do reassentamento, as práticas culturais das comunidades pesqueiras estavam intimamente ligadas ao Rio Xingu. O rio era o centro de suas atividades econômicas, sociais e espirituais, fornecendo não apenas sustento, mas também um sentido de pertencimento. O deslocamento para áreas urbanizadas, como o RUC Laranjeiras, representou uma ruptura significativa com essa relação histórica e simbólica. No entanto, mesmo no novo território, as práticas culturais continuam a desempenhar um papel vital na preservação da identidade comunitária e na construção de uma nova dinâmica social (Santos e Nunes, 2021).

As práticas culturais no novo território manifestam-se de diversas formas, desde a continuidade de celebrações comunitárias até a ressignificação de tradições em novos contextos. Elas também se tornam um meio de resistência contra a perda de identidade e um caminho para a adaptação às mudanças impostas (Claval, 2007).

As festas e celebrações comunitárias são formas importantes de preservar a memória cultural e reforçar os laços sociais no novo território. Mesmo afastadas do Rio Xingu, as comunidades do RUC Laranjeiras podem fazer esforços para manter sua conexão com o rio e suas tradições pesqueiras. Entre as ideias de celebrações para que a cultura continue, destacam-se:

- **Festivais de Peixe:** Essas festividades ao novo contexto podem reunir os moradores em torno de comidas típicas e práticas culturais relacionadas à pesca.
- **Comemorações Religiosas:** Muitos eventos religiosos, como procissões e celebrações em homenagem a santos padroeiros, podem ser realizados, reforçando a espiritualidade que está atrelada à vida ribeirinha.
- **Competições de Pesca Simbólica:** Apesar da dificuldade de acesso ao rio, algumas comunidades podem organizar atividades que simbolizam a prática da pesca, utilizando

espaços alternativos para a realização desses eventos. Neste contexto, como expressão alternativa de resistência e reconexão com o rio. Tal iniciativa revela, por um lado, um esforço coletivo para preservar traços identitários e, por outro, a realidade de uma população marginalizada pelos efeitos da desestruturação territorial. As competições de pesca simbólica não se configuram apenas como lazer ou entretenimento, mas como um rito de memória, onde os participantes reafirmam seu pertencimento à lógica cultural fluvial.

Essas celebrações não apenas mantêm vivas as tradições, mas também criam um senso de continuidade e pertencimento no novo território (Claval, 2007).

Além disso, práticas tradicionais relacionadas à culinária, ao artesanato e ao manejo sustentável dos recursos naturais continuam podem ser valorizadas e transmitidas às novas gerações. A confecção de redes de pesca, a fabricação de utensílios artesanais e o preparo de pratos típicos são exemplos de como os saberes tradicionais resistem, mesmo em um ambiente transformado (Diegues, 2004).

No RUC Laranjeiras, os espaços coletivos podem desempenhar um papel central na preservação e na ressignificação das práticas culturais. Praças, centros comunitários e escolas podem tornar-se locais onde a memória cultural deve ser cultivada e onde as comunidades põem se reunir para compartilhar experiências e fortalecer seus laços. Embora esses espaços ainda sejam insuficientes ou precários em muitos casos, eles podem ser ocupados pela comunidade de maneira criativa e funcional (Diegues, 2004).

A transmissão de conhecimentos às novas gerações é um elemento essencial das práticas culturais no novo território. No RUC Laranjeiras, muitos pescadores e pescadoras têm se esforçado para ensinar às crianças e jovens sobre suas tradições e o significado cultural da pesca e do Rio Xingu. Mesmo longe do rio, eles compartilham histórias, técnicas e valores que ajudam a preservar a identidade cultural da comunidade (Santos e Nunes, 2021).

A escola também desempenha um papel importante nesse processo. Por meio de iniciativas educacionais que valorizam os saberes locais, é possível criar um ambiente onde a cultura ribeirinha seja reconhecida e respeitada. Oficinas, projetos pedagógicos e atividades extracurriculares baseadas na cultura local são ferramentas eficazes para fortalecer a conexão das novas gerações com suas origens (Neto e Souza, 2021).

Apesar dos desafios, as práticas culturais no novo território são formas de resistência à desarticulação social e cultural causada pelo reassentamento. Essas práticas não apenas mantêm viva a memória coletiva, mas também servem como instrumentos de organização comunitária e luta por direitos. Por meio de associações de pescadores(as) e grupos comunitários, os

moradores do RUC Laranjeiras têm se mobilizado para reivindicar melhorias na infraestrutura, no acesso ao rio e na qualidade de vida no bairro (Cuche, 2002).

A ressignificação das práticas culturais é outro aspecto fundamental. Ao adaptar tradições ao novo contexto, as comunidades demonstram sua capacidade de transformar adversidades em oportunidades de fortalecimento cultural. Essa ressignificação também reflete a resiliência das comunidades pesqueiras, que continuam a valorizar e a preservar suas identidades, mesmo em um território transformado, a romantização da resiliência pode invisibilizar lutas concretas por políticas públicas, reconhecimento territorial e sustentabilidade econômica. A tradição, por mais forte que seja, não se sustenta apenas pela memória; ela precisa de estruturas materiais que a protejam. Sem acesso a recursos, educação ou regulamentações adequadas, muitas comunidades podem acabar ressignificando por necessidade — e não por escolha. (Cuche, 2002).

As práticas culturais no novo território, como o RUC Laranjeiras, representam um elo vital entre o passado e o presente das comunidades reassentadas. Embora o afastamento do Rio Xingu tenha gerado desafios significativos, a continuidade de celebrações, a adaptação de saberes tradicionais e a resistência cultural demonstram a força e a resiliência dessas populações. Valorizar e apoiar essas práticas é essencial para garantir que a identidade cultural das comunidades pesqueiras sejam respeitadas mesmo em meio às transformações impostas pelo reassentamento (Santos e Nunes, 2021).

CAPÍTULO 6 – DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

6.1 Sustentabilidade econômica no RUC Laranjeiras

A sustentabilidade econômica em contextos de reassentamento urbano constitui um alicerce indispensável para assegurar tanto a qualidade de vida quanto a autonomia das populações deslocadas. No município de Altamira, no estado do Pará, mais precisamente no Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) Laranjeiras, criado no âmbito da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, observa-se que essa sustentabilidade representa um dos obstáculos mais significativos enfrentados pelas famílias reassentadas, sobretudo os pescadores e pescadoras. O deslocamento territorial implicou a descontinuidade dos meios tradicionais de subsistência, exigindo dos moradores uma reconfiguração frente a uma nova realidade socioeconômica (Ferreira e Pereira, 2023).

Antes da realocação, boa parte dessas famílias dependia diretamente do Rio Xingu para garantir seu sustento. A pesca artesanal, além de constituir sua principal fonte de renda, era profundamente enraizada nas práticas culturais e na identidade coletiva das comunidades ribeirinhas. Contudo, com a mudança para um espaço urbanizado e desvinculado do rio, muitos pescadores perderam o acesso facilitado às áreas de pesca, comprometendo sua atividade econômica primária (Ferreira e Pereira, 2023).

Embora o reassentamento tenha prometido avanços em infraestrutura e perspectivas de melhoria de vida, a realidade vivenciada pelos moradores revelou-se substancialmente mais complexa. A adaptação às novas dinâmicas econômicas encontra-se intimamente ligada à distância do rio, à precariedade das condições estruturais e aos elevados custos que passaram a integrar a prática da pesca artesanal (Nunes, 2021).

A localização do RUC Laranjeiras, afastada do Rio Xingu, dificultou a manutenção da pesca como atividade de subsistência. Muitos pescadores são obrigados a se deslocar por longas distâncias até portos alternativos, o que acarreta custos elevados de transporte e combustível. O igarapé Panelas, que atravessa o bairro, surgiu inicialmente como possível solução, mas sua navegabilidade comprometida, com trechos rasos mesmo em período de cheia, tornou-o inviável como acesso eficiente ao rio (Neves, 2019).

Esses deslocamentos longos e dispendiosos geram um aumento substancial nos custos operacionais, prejudicando a lucratividade da pesca. Para muitos, a atividade tornou-se financeiramente insustentável, levando à necessidade de buscar outras fontes de renda.

A não concretização da construção de um porto funcional no RUC Laranjeiras, promessa feita pela empresa Norte Energia, deteriorou ainda mais as condições de trabalho dos pescadores. As estruturas existentes — rampas estreitas e desprovidas de segurança — dificultam as operações de embarque e desembarque, além de expor os trabalhadores a riscos de furtos (Ferreira e Pereira, 2023).

Adicionalmente, a distância em relação ao centro urbano de Altamira dificulta o acesso aos pontos de comercialização do pescado e demais oportunidades econômicas, restringindo o potencial de geração de renda e intensificando a vulnerabilidade das famílias (Ferreira e Pereira, 2023).

Relatos dos pescadores apontam também para alterações ambientais significativas, como a presença de madeira em decomposição nas águas, provocando mau cheiro e afastando os peixes. Observa-se uma queda na durabilidade do pescado após a captura: o peixe que antes permanecia conservado por até sete dias no congelador, agora deteriora-se em menos de três. Há ainda preocupações com a proliferação de camarões de água doce, cuja alimentação pelas

ovas dos peixes gera o temor de redução ainda maior da população piscícola local (Miranda Neto, 2017).

Em meio a tantos desafios, os pescadores e pescadoras têm mobilizado estratégias de adaptação com vistas a garantir sua subsistência. Tais estratégias abrangem a diversificação das fontes de renda e o fortalecimento da organização comunitária para reivindicar melhores condições (Nunes, 2021).

Para complementar sua renda, muitos têm recorrido a atividades alternativas, como agricultura de subsistência, comércio informal, trabalho na construção civil e coleta de materiais recicláveis. Essa diversificação representa uma resposta prática às dificuldades impostas pelo reassentamento (Nunes, 2021).

A formação de associações de pescadores tem-se revelado elemento chave nesse processo, tais coletivos viabilizam reivindicações conjuntas por infraestrutura adequada — como portos seguros — e incentivos financeiros. Ademais, promovem ações de capacitação e educação financeira, fomentando o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis e a busca por novas oportunidades econômicas (Saquet e Sposito, 2009).

Projetos voltados à economia solidária (**Figura 33**), como feiras populares de pescado — notadamente intensificadas durante a Semana Santa — têm consolidado espaços de comercialização, fortalecendo a autonomia dos moradores (Padinha e Whitacker, 2017).

Figura 33: Feira do pescado em Altamira-PA.



Fonte: ASCOM PMA (2025)

Para efetivar a sustentabilidade econômica no RUC (Laranjeiras, torna-se imperativo que políticas públicas sejam implementadas ou reforçadas, com atenção direcionada às especificidades da população reassentada (Nunes, 2021).

A construção e manutenção de um porto seguro e acessível é vital para a retomada da pesca artesanal com custos operacionais reduzidos. A promoção de feiras e canais de comercialização direta entre pescadores e consumidores representa uma alternativa eficiente de geração de renda e fortalecimento da economia local.

Programas de capacitação técnica voltados às necessidades concretas dos pescadores podem ampliar suas possibilidades profissionais e promover maior resiliência. O incentivo à organização comunitária e ao trabalho cooperativo propicia ganhos econômicos e sociais duradouros, além de fortalecer laços de pertencimento e solidariedade no novo espaço habitacional.

Enfrentar os desafios da sustentabilidade econômica no reassentamento do RUC Laranjeiras demanda não apenas a adaptabilidade dos pescadores e pescadoras, como também um comprometimento mais efetivo por parte do poder público. Apesar das adversidades, as estratégias de adaptação desenvolvidas pelas comunidades reassentadas revelam sua capacidade de organização e resistência. A construção de um futuro economicamente viável nesse novo território passa pela implementação de políticas inclusivas, investimentos estruturais e o reconhecimento da centralidade das comunidades na formulação de soluções que respeitem suas identidades e demandas (Santos e Nunes, 2021).

6.2 Questões ambientais e conservação dos recursos hídricos

A água é o recurso mais precioso para a vida na Terra, desempenhando um papel essencial nos ecossistemas e na sobrevivência das comunidades humanas. No entanto, a crescente degradação ambiental impõe sérias ameaças aos recursos hídricos, tornando a sua conservação uma questão de urgência global. A problemática é amplificada quando se observa o impacto direto de atividades humanas sobre os rios e a biodiversidade associada, como no caso do bairro Laranjeiras, cujos relatos dos moradores ilustram desafios críticos enfrentados pelas populações ribeirinhas (Zhourri e Laschefski, 2012).

Os relatos dos pescadores e pescadoras locais destacam um grave problema ambiental: as árvores submersas no rio. Como consequência de intervenções humanas, como o desmatamento e modificações no curso do rio, muitas árvores acabam ficando submersas, onde

passam a apodrecer. Esse processo de decomposição deteriora a qualidade da água, alterando sua coloração, gerando um odor desagradável e, mais preocupante, afugentando os peixes, como destacou a Sr^a Katia como lhe chamaremos, de 48 anos, data da entrevista 20/01/2025:

(...) Quando nós sobe o rio, ver muita árvore dentro da água apodrecendo, eles [Norte Energia] falaram que ia tirar tudo, mais tem lá muita arvore, o peixe até fugiu, a água fede e fica escura, o barco tem que ter cuidado pra não bater (...)

Essa situação compromete não apenas a pesca como atividade econômica, mas também o equilíbrio ecológico.

Outro aspecto preocupante é o desequilíbrio ecológico que favorece o aumento da população de predadores aquáticos. No rio da região, o camarão de água doce tem proliferado de forma alarmante, consumindo as ovas de peixes importantes para a subsistência e cultura da população local, como a curimatã. O Sr. Bruno como lhe chamaremos, de 63 anos, relatou que, data da entrevista 20/01/2025:

"Nunca tinha visto tantos camarão, fica fervinhando ali na margem e quando fui lá, tava comendo toda a ova, agora não tem la por que a água baixou, mas aumentou e ta comendo as ovas do peixe, daqui uns tempos não vai ter mais esse peixe, acho que foi a hidrelétrica que fez aumentar tanto camarão, de primeiro não era assim."

Essa explosão populacional de camarões não apenas ameaça a continuidade de espécies essenciais, mas também reflete o impacto de alterações no habitat natural.

Ademais, intervenções como a construção de barragens têm causado efeitos adversos. Embora a implementação de rampas de peixes seja uma tentativa de mitigar os impactos ao permitir a migração das espécies, os pescadores(as) locais relatam a presença de peixes mortos em proximidade a essas estruturas. Segundo o Sr. Zé como lhe chamaremos, de 39 anos, data da entrevista 23/01/2025:

"Lá na barragem onde construíram a rampa de peixe, aparece muitos peixes mortos, deve ser por causa da rampa, mas isso não sai no jornal, acho que a rampa que era pra ajudar ta matando eles, fica tanto peixe que tu ia se assustar."

Essa observação sugere a necessidade de maior atenção ao monitoramento de soluções tecnológicas em grandes empreendimentos.

A qualidade da água também tem sido motivo de preocupação para os moradores do bairro Laranjeiras. Relatos indicam que a água retirada semanalmente por uma empresa pode estar contaminada, causando impactos ainda não totalmente compreendidos. O Sr. Bernardo como lhe chamaremos, de 37 anos afirmou que, data da entrevista 20/01/2025:

"Eles [Norte Energia] vinha toda semana aí pegar água e levava, acho que tem algo ruim na água, nós perguntava e eles falava nada, mas nós não somos bestas, da pra ver que a água não é mais a mesma, diminuiu peixe, água mais escura, e fede, pior que aqui no bairro falta muita água e muitos vem pegar água daqui pra fazer comida, acho que pra beber, mais eles não falam nada."

Essa percepção é reforçada pelos efeitos na conservação dos peixes, como relatado pelo Sr. Nelso como lhe chamaremos, de 56 anos, data da entrevista: 23/01/2025:

"O peixe não tá como antes, diminuiu o tanto e agora ele está apodrecendo rápido, antes mesmo congelado ficava na geladeira por sete dias, agora em três dias já está apodrecendo, acho que é a água."

Esses relatos destacam a ligação intrínseca entre a qualidade da água e a saúde das comunidades que dependem dela.

Frente a esses desafios, a conservação dos recursos hídricos exige uma abordagem ampla e integrada. É essencial que os governos, empresas e comunidades trabalhem juntos para promover a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos, priorizando ações de recuperação ambiental, monitoramento contínuo da qualidade da água e educação ambiental. Além disso, o envolvimento das comunidades locais em iniciativas de preservação é crucial, pois estas possuem um conhecimento único das realidades e necessidades de seus territórios (Zhou e Laschefski, 2012).

Reconhecer a importância das questões ambientais e da conservação dos recursos hídricos é um passo indispensável para a construção de um futuro sustentável. A água não é apenas um recurso natural; é um elemento vital para a vida, a cultura e a economia. Proteger nossos rios e ecossistemas aquáticos não é apenas uma responsabilidade ambiental, mas um compromisso com as gerações presentes e futuras (Zhou e Laschefski, 2012).

6.3 Perspectiva de desenvolvimento e qualidade de vida para as gerações futuras

O desenvolvimento sustentável é um dos maiores desafios da contemporaneidade, exigindo que o progresso econômico seja alcançado sem comprometer o bem-estar das populações e o equilíbrio dos ecossistemas. No entanto, o caso dos pescadores e pescadoras do bairro Laranjeiras, que enfrentam os impactos socioambientais decorrentes da usina de Belo Monte, demonstra que essa harmonia muitas vezes não é atingida. A luta desses trabalhadores exemplifica a necessidade de se conciliar desenvolvimento com justiça social e preservação ambiental, garantindo que as gerações futuras herdem condições adequadas para uma vida digna e sustentável (Zhou e Laschefski, 2012).

Os problemas enfrentados pelos pescadores e pescadoras locais são complexos. As mudanças nos ecossistemas aquáticos causadas pela instalação da hidrelétrica impactaram diretamente o rio que sustenta essa comunidade. A pesca, atividade essencial para a sobrevivência e identidade cultural dessas famílias, foi severamente comprometida. Alterações como a proliferação de camarões de água doce, que dizimam as ovas de espécies importantes, a presença de árvores submersas em decomposição que deterioram a qualidade da água e o aumento na mortalidade de peixes são apenas alguns dos desafios enfrentados pela comunidade. Esses problemas prejudicam não apenas o presente, mas colocam em risco a continuidade da pesca para as futuras gerações (Zhou e Laschefski, 2012).

A busca por indenizações justas é uma reivindicação central para os pescadores e pescadoras do bairro Laranjeiras. A reparação financeira é vista como uma forma de minimizar os danos sofridos pela comunidade, permitindo que suas famílias reconstruam suas vidas em meio às adversidades causadas pela usina. Contudo, o acesso a essas indenizações depende do reconhecimento oficial dessas pessoas como atingidas pelos impactos de Belo Monte, o que se tem é apenas compensações já estabelecidas no PBA e verbas de reparação originadas pela operação de Belo Monte, o chamado estudo de caso 2.24B. Esse reconhecimento é crucial não apenas para garantir seus direitos, mas também para reafirmar a dignidade de um grupo que, por muito tempo, tem enfrentado invisibilidade e marginalização, (Freire, Lima e Silva, 2018).

Além das indenizações, as reivindicações dos pescadores(as) incluem a implementação de medidas efetivas para mitigar os impactos ambientais e garantir a continuidade da atividade pesqueira. Entre essas medidas, destaca-se a necessidade de revitalização do ecossistema local, com ações voltadas para o controle da proliferação de camarões e a melhoria da qualidade da água. É essencial também que a infraestrutura projetada para o manejo dos peixes, como rampas e barragens, seja revisada e adaptada para assegurar a saúde e a sobrevivência das espécies

aquáticas. A implementação dessas ações não é apenas uma demanda urgente, mas uma garantia de que as gerações futuras poderão usufruir de um ambiente saudável e continuar a tradição pesqueira que define a identidade dessa comunidade como defende o presidente do grupo de pescadores Denis Curuaia:

“A Norte Energia tem que pagar a verba de reparação do estudo de caso 2.24B, nós já fomos no Ministério público Estadual, Ministério Público Federal, IBAMA e vários outros órgãos em busca dos nossos direitos. Alguns já conseguiram receber, mas ainda tem muitos que nunca viram a cor do dinheiro, tem gente que até morreu esperando ser indenizado, a luta continua, nós nunca tivemos apoio de verdade do Movimento Atingidos por Barragens (MAB), ou outro grupo, nós vimos que cada grupo puxava para si a luta em busca da indenização e outros grupos ficavam invisibilizados. O único grupo que esteve com a gente e que precisa até hoje de ajuda são a classe dos barqueiros, eles levavam as pessoas para as praias daqui do Xingu e ganhava seu dinheiro, eles pediram nossa ajuda pela luta por reconhecimento e terem uma indenização, por que a maioria tirava o sustento dessa prática, eles precisam de ajuda.

Várias pessoas estão com a gente, de ribeirinhos de localidades do Xingu, até pescadores e pescadoras aqui da cidade que vivem hoje nos RUCs. Será que vamos passar mais anos esperando sermos ouvidos e indenizados de verdade?! Nós só queremos continuar com a prática da pesca e viver nossa vida, meu pai foi pescador, cresci pescador, e vou lutar pelo meu povo da pesca, vejo as gerações futuras prejudicada com a pesca, muitos dos jovens hoje já não querem pescar, preferem buscar outro rumo”

A continuidade da pesca como atividade econômica e cultural requer, ainda, investimentos em capacitação e suporte técnico aos pescadores e pescadoras. Projetos que incentivem práticas pesqueiras sustentáveis, aliados a políticas públicas que promovam a economia local, são indispensáveis para garantir que essa atividade permaneça viável a longo prazo. A participação ativa da comunidade no processo de tomada de decisões é fundamental para o sucesso dessas iniciativas, pois o conhecimento tradicional dos pescadores(as) é uma fonte valiosa de informações sobre o manejo sustentável do rio (Diegues, 2004).

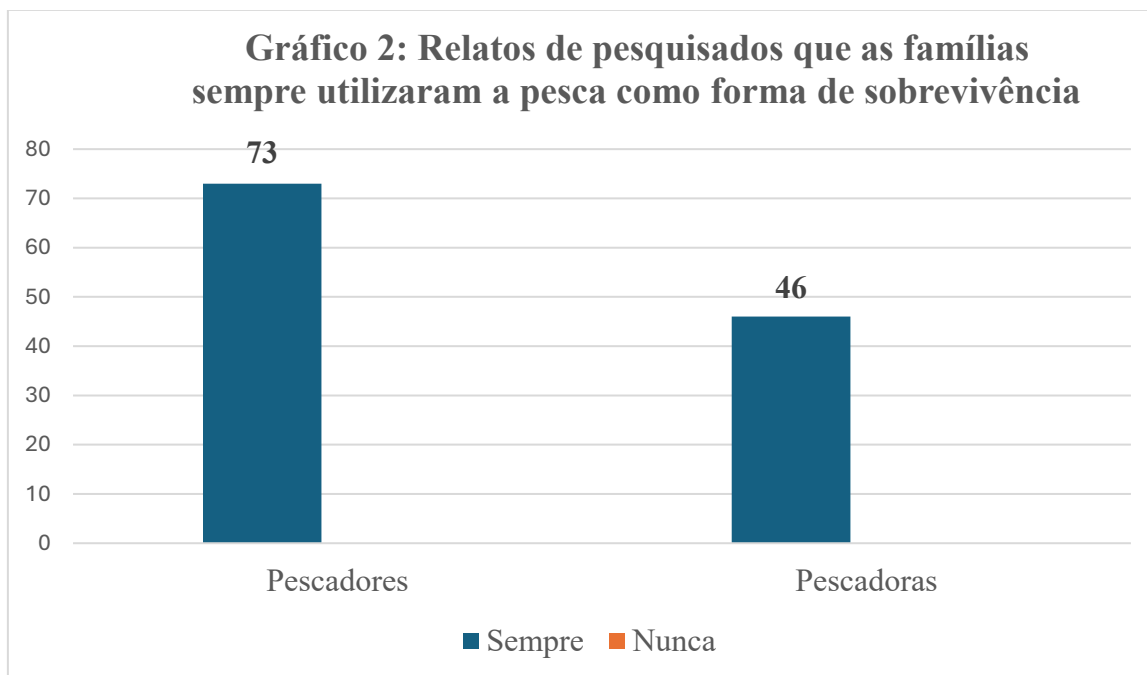
Por fim, é importante reconhecer que a qualidade de vida das gerações futuras está intrinsicamente ligada às decisões e ações do presente. A luta dos pescadores e pescadoras do bairro Laranjeiras vai além da busca por direitos; trata-se de um esforço para assegurar que o desenvolvimento seja acompanhado de responsabilidade social e ambiental. Apenas por meio de uma abordagem integrada, que considere as necessidades das comunidades locais e respeite

os limites dos ecossistemas, será possível construir um futuro sustentável e inclusivo (Zhou e Laschefski, 2012).

A usina de Belo Monte representa um símbolo dos desafios enfrentados pelo Brasil e pelo mundo na busca por um equilíbrio entre progresso e preservação. Garantir que as reivindicações dos pescadores(as) do bairro Laranjeiras sejam atendidas é um passo essencial para assegurar que esse equilíbrio seja alcançado, promovendo justiça e qualidade de vida para as gerações presentes e futuras (Ferreira e Pereira, 2023).

RESULTADO E DISCUSSÕES

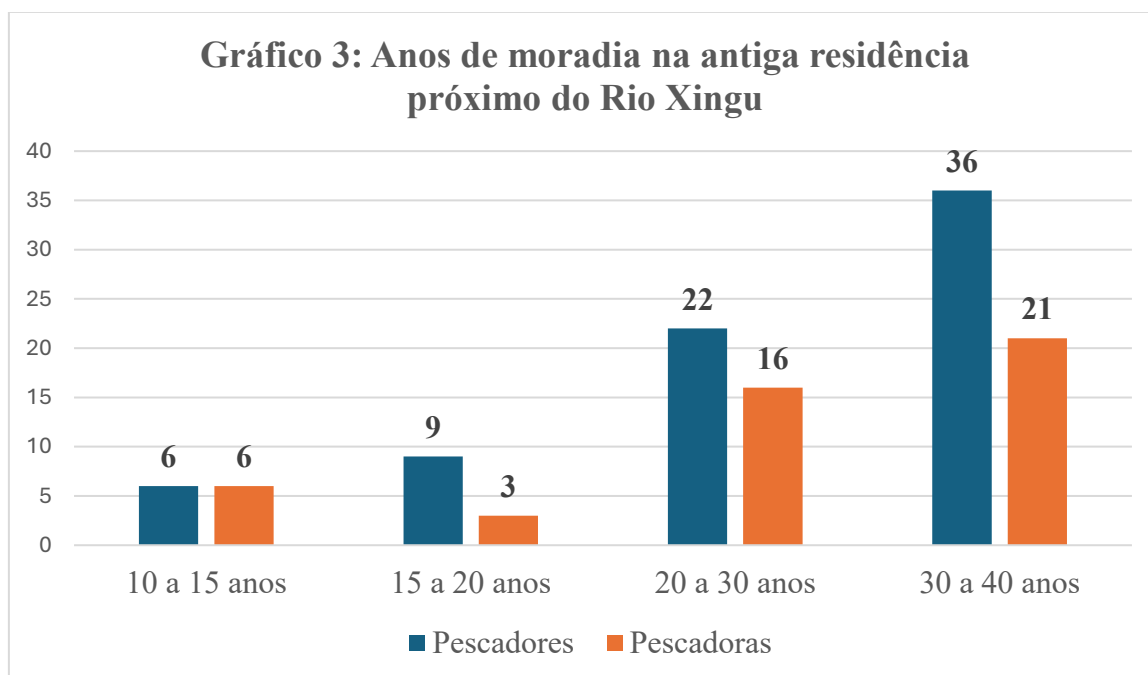
O trabalho sobre a migração compulsória e a (re)territorialização de pescadores e pescadoras artesanais do reassentamento urbano coletivo Laranjeiras, em Altamira - PA, aborda questões fundamentais relacionadas ao impacto social e territorial causado por deslocamentos forçados. Os resultados que contou com uma amostra de 119 indivíduos, sendo 73 pescadores e 46 pescadoras, destacam os desafios enfrentados por essas comunidades na reconstrução de suas identidades territoriais e na adaptação a novos espaços. As discussões enfatizam a importância de políticas públicas que promovam o reconhecimento e a valorização dos modos de vida tradicionais, bem como estratégias que garantam a sustentabilidade dos recursos naturais utilizados por essas comunidades. Além disso, o estudo aponta para a necessidade de um diálogo mais inclusivo entre os atores envolvidos, visando minimizar os efeitos da (des)territorialização e fortalecer os laços culturais e sociais dos pescadores e pescadoras reassentados no processo de reterritorialização. Entre os pontos pesquisados estão:



Os dados coletados demonstram que a pesca desempenha não apenas uma função econômica, mas constitui um componente estruturante para a subsistência de grupos familiares ligados à atividade. A análise quantitativa indica que 73 pescadores e 48 pescadoras relataram que suas famílias historicamente dependem da pesca como fonte primária de renda.

A interpretação dos dados revela uma correlação significativa entre a prática da pesca artesanal e a segurança alimentar, geração de renda e preservação de tradições socioculturais locais. Tais evidências sugerem que a atividade pesqueira atua como um fator determinante na manutenção de dinâmicas territoriais e identitárias nas comunidades analisadas.

Apesar dos obstáculos observados, os registros apontam que a pesca continua a ser um elemento central no cotidiano das famílias entrevistadas. Com base nas evidências empíricas, nota-se que essa prática persiste como meio de subsistência na comunidade pesqueira estudada.

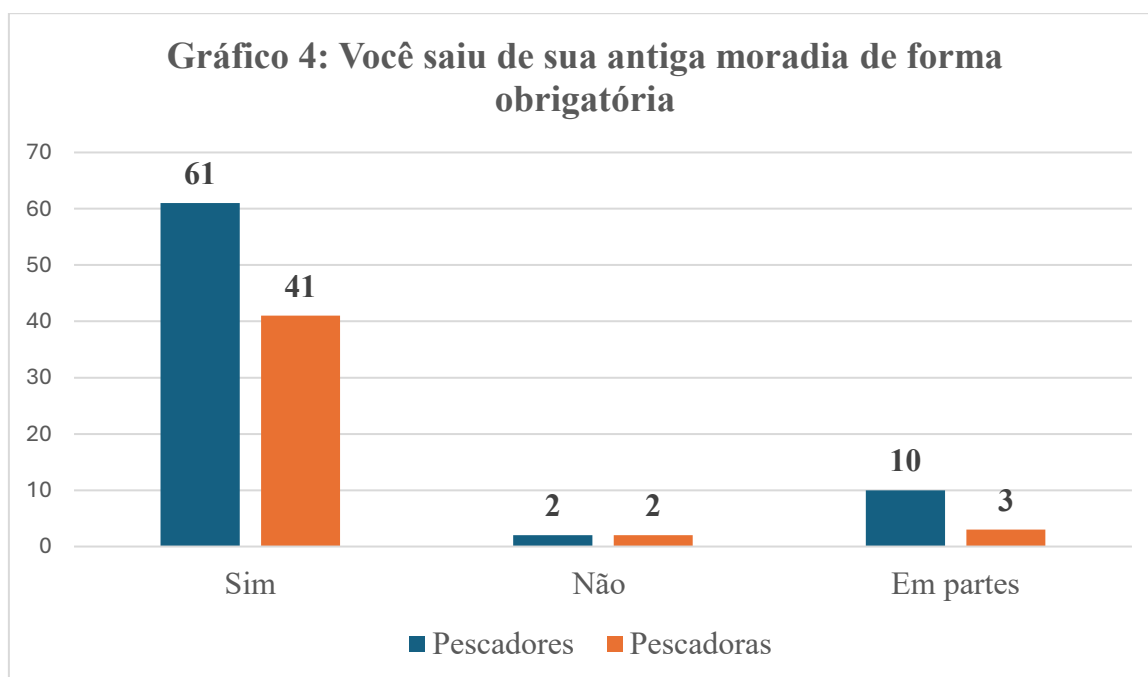


A análise dos dados evidencia uma correlação entre a moradia em áreas próximas ao Rio Xingu e a prática da atividade pesqueira, indicando um padrão de ocupação prolongada por parte dos grupos familiares envolvidos. O levantamento demonstrou que, entre os pescadores entrevistados, 6 residiam na área há 10 a 15 anos, 9 entre 15 e 20 anos, 22 entre 20 e 30 anos e 36 entre 30 e 40 anos. Já entre as pescadoras, os dados apontam que 6 viviam na região há 10 a 15 anos, 3 entre 15 e 20 anos, 16 entre 20 e 30 anos e 21 entre 30 e 40 anos.

Os resultados indicam que a permanência prolongada dos indivíduos no território está associada à atividade pesqueira como principal estratégia de subsistência naquele momento antes da hidrelétrica de Belo Monte. O tempo de moradia observada sugere a consolidação de práticas produtivas e a adaptação às dinâmicas de pesca da região. O Rio Xingu, nesse contexto, configura-se como componente ambiental funcional, contribuindo para a manutenção da atividade pesqueira ao longo de gerações.

Adicionalmente, os dados apontam que essa permanência está relacionada à estabilidade socioespacial das comunidades, indicando que o território possui relevância na estruturação das práticas cotidianas, das redes sociais e do acesso a recursos naturais. A referência à migração compulsória mencionada pelos entrevistados sugere que fatores externos, possivelmente ambientais ou econômicos, exerceram influência significativa sobre os padrões de mobilidade e permanência.

A moradia antiga nas proximidades do Rio Xingu é mencionada pelos participantes como um marco na organização espacial e temporal das famílias, evidenciando sua relevância como elemento na composição das paisagens culturais associadas à pesca artesanal.



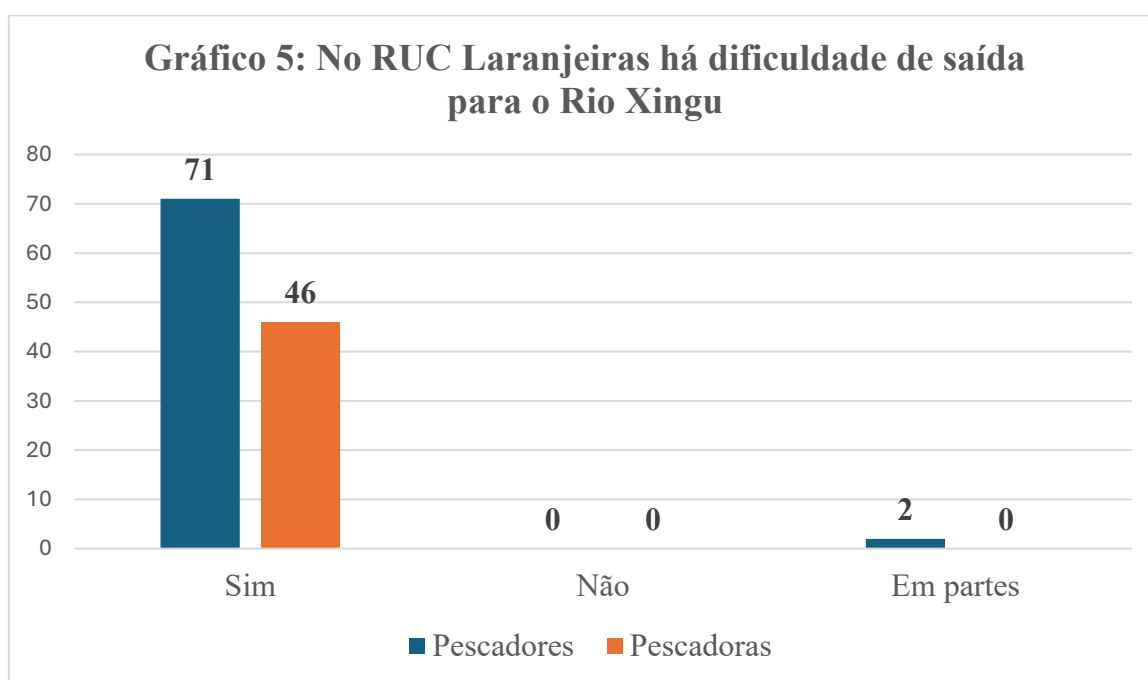
A mudança compulsória de residência representa um marco significativo na vida das pessoas, principalmente para aquelas que possuem uma conexão profunda com o território em que vivem. No presente estudo, os relatos coletados evidenciam que a saída da antiga moradia foi uma experiência desafiadora para muitos pescadores e pescadoras, revelando não apenas questões estruturais, mas também aspectos emocionais e sociais envolvidos nesse processo.

Os resultados apontam que entre os pescadores, 61 afirmaram que saíram de sua antiga moradia de forma obrigatória, enquanto apenas 2 disseram que permaneceram por escolha própria. Outros 10 relataram que a mudança ocorreu "em partes", indicando que, apesar da oportunidade de uma moradia com melhor infraestrutura, ainda havia receio em deixar a proximidade do rio e os laços comunitários construídos ao longo dos anos. Entre as pescadoras, 41 responderam que tiveram que sair obrigatoriamente, 2 que não, e 3 afirmaram que a mudança aconteceu parcialmente pelas mesmas razões mencionadas pelos pescadores.

Esses dados revelam a complexidade da transição forçada de residência. A pesca, como atividade tradicional e modo de vida dessas famílias, está diretamente ligada ao ambiente em

que vivem, tornando a mudança para um local distante do rio um fator que pode impactar suas rotinas e sustento. Além disso, a remoção obrigatória reforça sentimento de perda, tanto em relação ao espaço físico quanto às relações sociais cultivadas ao longo dos anos.

A análise dos relatos sugere que, para muitos, a mudança não foi apenas uma questão de infraestrutura, mas de identidade e pertencimento. A proximidade do rio Xingu não representava apenas um elemento geográfico, mas um vínculo com tradições ancestrais, histórias familiares e a cultura pesqueira local. O receio de perder amigos e a adaptação a um novo ambiente evidenciam a profundidade das conexões que essas comunidades mantêm com seu espaço original.



No caso do RUC Laranjeiras, os relatos coletados demonstram que há dificuldades consideráveis para os pescadores e pescadoras chegarem ao Rio Xingu, comprometendo suas atividades diárias e seu modo de vida.

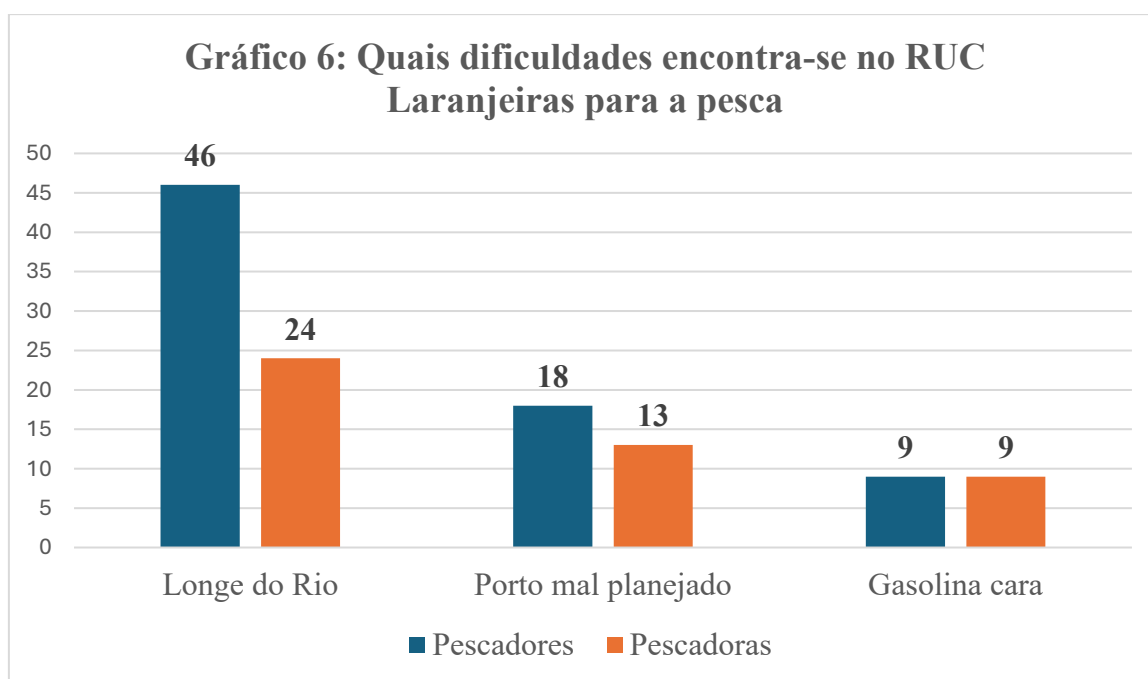
Os resultados indicam que, entre os pescadores entrevistados, 61 afirmaram que há dificuldades de saída para o rio, enquanto 2 responderam que enfrentam obstáculos "em partes". Entre as pescadoras, 46 também afirmaram que há dificuldades no deslocamento até o Rio Xingu. Esse panorama revela que um número significativo de pessoas enfrenta barreiras que podem afetar diretamente sua rotina de trabalho, a obtenção de renda e a continuidade da pesca como tradição familiar.

Quando o acesso ao rio se torna restrito, pescadores e pescadoras se veem diante do desafio de encontrar alternativas viáveis para manter a prática pesqueira, muitas vezes tendo que lidar com custos adicionais e esforços redobrados para alcançar áreas de pesca adequadas.

Além dos impactos econômicos, a limitação na saída para o Rio Xingu pode gerar reflexos sociais e culturais. A pesca, mais do que um meio de sustento, representa um elemento central na identidade dessas comunidades. Quando as dificuldades de acesso aumentam, há também um risco de desestruturação comunitária e afastamento das práticas ancestrais.

Diante dessa realidade, torna-se essencial que políticas públicas sejam elaboradas para minimizar esses obstáculos e garantir condições adequadas para que pescadores e pescadoras possam continuar exercendo sua atividade de maneira sustentável.

Os relatos coletados evidenciam que o desafio de saída para o Rio Xingu no RUC Laranjeiras não se trata apenas de um problema logístico, mas de uma questão que impacta profundamente a sobrevivência e a identidade das comunidades pesqueiras.



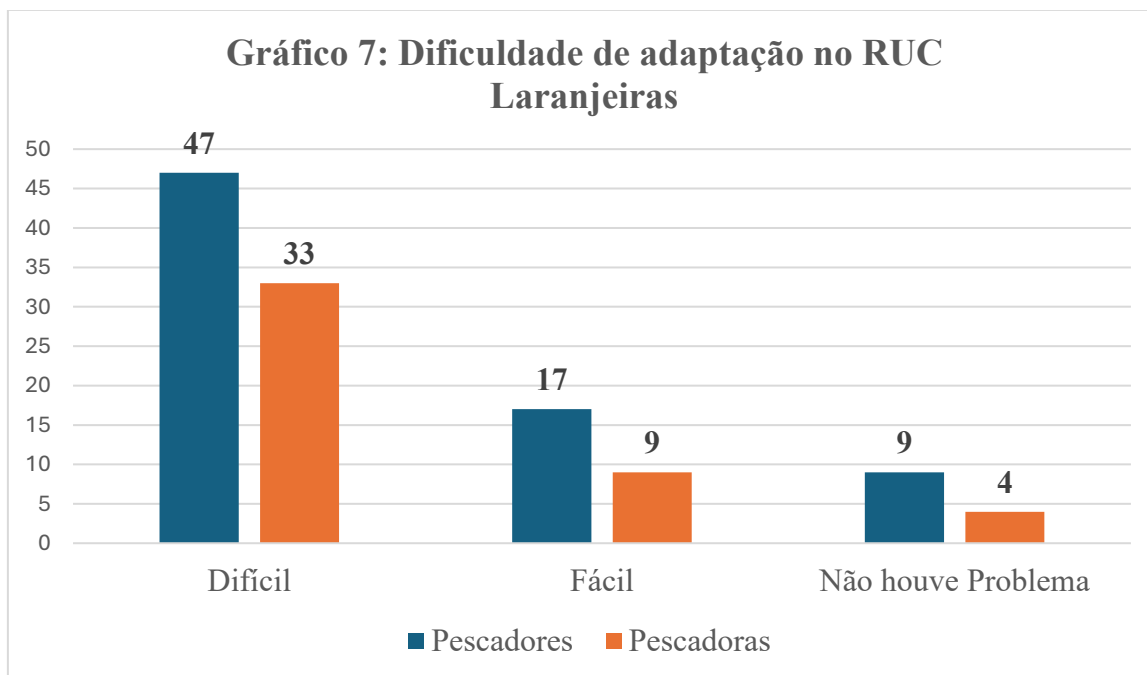
Os relatos coletados apontam que os principais desafios enfrentados por pescadores e pescadoras incluem a distância do rio, a infraestrutura inadequada dos portos e o alto custo da gasolina, essas três perguntas foram feitas com base em conversas com pescadores e pescadoras onde os relatos da dificuldade norteiam esses três problemas, logo, esses fatores afetam tanto a produtividade quanto a sustentabilidade da pesca na região.

Os resultados indicam que, entre os pescadores, 46 apontaram que estar longe do rio é o maior desafio, enquanto 18 citaram o porto mal planejado como um obstáculo significativo, e 9 mencionaram o custo elevado da gasolina como uma barreira para a continuidade da atividade pois esses se deslocam para outros portos. Entre as pescadoras, 24 também relataram que a distância do rio dificulta o trabalho, 13 destacaram problemas com a infraestrutura portuária e 9 afirmaram que o preço da gasolina é um fator prejudicial como relataram também os pescadores.

A distância do rio representa um impacto direto na logística da pesca. Com trajetos mais longos até os pontos de captura, há aumento no tempo de deslocamento e nos custos operacionais, tornando a atividade menos viável economicamente. Além disso, a dificuldade de acesso pode reduzir a frequência das saídas para a pesca, limitando a renda das famílias que dependem dessa prática.

Outro problema significativo é o porto mal planejado, que compromete o armazenamento, embarque e desembarque dos pescadores e suas mercadorias. Infraestruturas inadequadas podem dificultar a manutenção dos barcos e a comercialização dos produtos, prejudicando a eficiência da atividade pesqueira.

Por fim, o alto custo da gasolina representa um grande desafio financeiro. A pesca requer deslocamentos constantes para outros portos e, com preços elevados do combustível, os pescadores e pescadoras precisam investir mais para manter o deslocamento. Esse fator pode levar à redução da rentabilidade da pesca, impactando diretamente a subsistência das famílias envolvidas na atividade.



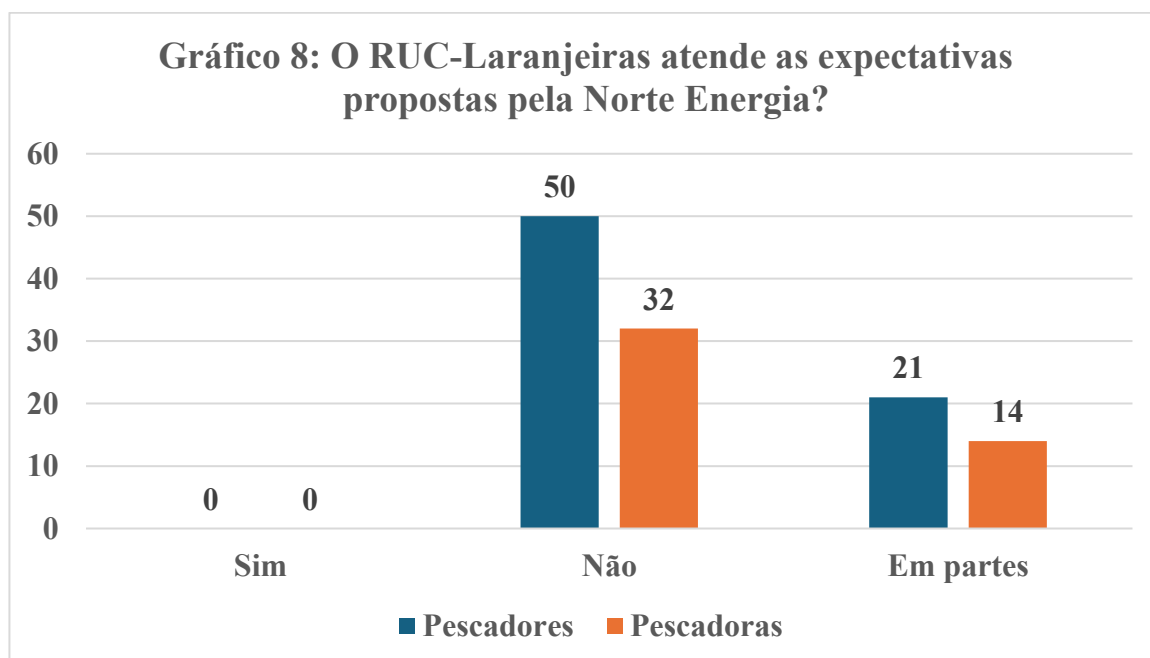
A adaptação a um novo ambiente é um processo que pode variar de acordo com a experiência de cada indivíduo e as condições oferecidas para essa transição. No caso do RUC Laranjeiras, os relatos coletados indicam que uma parcela significativa dos pescadores e pescadoras enfrentou dificuldades ao se estabelecer na nova localidade, enquanto um grupo menor teve uma adaptação mais tranquila.

Os resultados mostram que, entre os pescadores, 47 afirmaram que a adaptação foi difícil, enquanto 17 disseram que foi fácil e 9 relataram não ter tido problemas. Entre as pescadoras, 33 enfrentaram dificuldades, 9 consideraram o processo fácil e 4 disseram que a mudança não trouxe impactos significativos. Esses números revelam que, para a maioria dos entrevistados, a transição para o RUC Laranjeiras apresentou desafios importantes.

As dificuldades estão relacionadas a diversos fatores, como mudanças na rotina de pesca, infraestrutura inadequada e o distanciamento de áreas tradicionais de captura. O modo de vida das comunidades pesqueiras é profundamente conectado ao território, e qualquer alteração nesse cenário pode gerar impactos não apenas econômicos, mas também emocionais e sociais.

Por outro lado, o grupo que considerou a adaptação fácil foi em relação as condições favoráveis, como oportunidades de melhoria na infraestrutura de moradia e facilidades na reorganização da atividade pesqueira. Em alguns casos, a mudança para um novo ambiente pode representar novos desafios, mas também possibilidades de reestruturação e crescimento.

Os relatos evidenciam que a adaptação ao RUC Laranjeiras foi um processo desafiador para muitos pescadores e pescadoras.



O RUC-Laranjeiras gerou expectativas positivas para alguns pescadores e pescadoras quanto à melhoria da infraestrutura e qualidade de vida. No entanto, os relatos coletados indicam que essas expectativas não foram plenamente atendidas pra a maioria dos entrevistados, revelando desafios estruturais que afetam diretamente o cotidiano da comunidade.

Os resultados mostram que 50 pescadores consideram que o RUC-Laranjeiras não atende às expectativas estabelecidas, enquanto 21 afirmaram que apenas "em partes" algumas melhorias foram implementadas. Entre as pescadoras, 32 responderam que o projeto não correspondeu ao esperado, e 14 indicaram que atende parcialmente. Esses dados sugerem que para os pescadores e pescadoras, embora alguns avanços tenham ocorrido na questão de infraestrutura das casas, aspectos fundamentais ainda carecem de atenção e investimentos que seria a questão pesqueira.

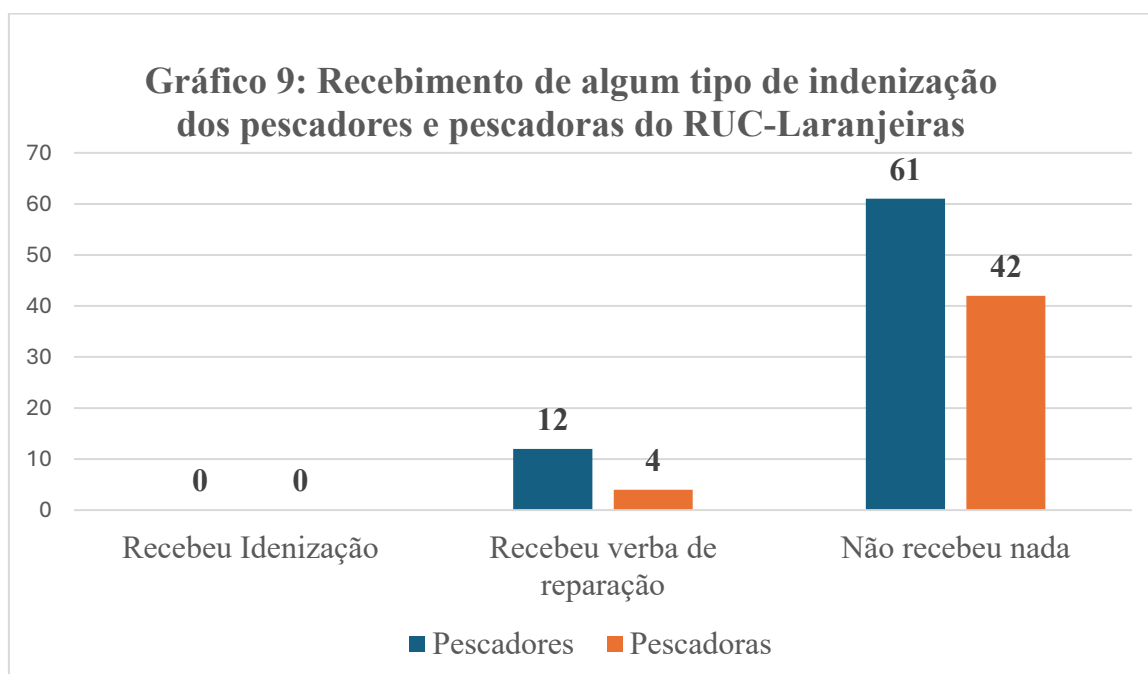
Um dos pontos positivos mencionados é a presença de um posto de saúde que atende os moradores do RUC, casa de alvenaria e ruas asfaltadas. No entanto, a educação enfrenta limitações significativas, uma vez que há apenas uma escola de ensino fundamental, tornando

o acesso ao ensino médio uma dificuldade. Os alunos precisam se deslocar para bairros mais distantes, o que representa um obstáculo para a continuidade dos estudos.

Além disso, o saneamento básico é uma preocupação constante. Em algumas ocasiões, a coleta de lixo é falha, resultando em acúmulo de resíduos. O fornecimento de água também é um problema recorrente, com falta persistente de abastecimento. A necessidade de acionamento de caminhões-pipa evidencia a precariedade da distribuição, levando alguns moradores a buscarem água no igarapé, onde a qualidade da água é comprometida pelo excesso de sedimentos.

Outro aspecto que gerou frustração entre os pescadores e pescadoras foi o porto de embarque e desembarque, que não foi construído da maneira idealizada pela comunidade. A infraestrutura inadequada afeta diretamente a atividade pesqueira, tornando o trabalho mais difícil e comprometendo a eficiência na comercialização dos produtos.

Os relatos evidenciam que, apesar de algumas melhorias pontuais, o RUC-Laranjeiras ainda enfrenta desafios que impactam diretamente a qualidade de vida dos pescadores e pescadoras.



A questão das indenizações aos pescadores e pescadoras do RUC-Laranjeiras tem sido um tema central nas discussões sobre os impactos que essa comunidade sofreu. Embora nenhum dos entrevistados tenha confirmado o recebimento de uma indenização direta pelos danos e

mudanças ocasionadas, houve compensações, como o deslocamento para outro bairro, onde ganharam novas casas. No entanto, muitos ainda lutam pelo reconhecimento oficial como impactados e buscam reparações financeiras de acordo com o nível de seu impacto sofrido.

Os resultados do levantamento mostram que, no contexto do RUC-Laranjeiras, 12 pescadores receberam a verba de reparação de R\$ 20 mil referente ao estudo de caso 2.24b, enquanto 61 ainda não receberam essa compensação. Entre as pescadoras, apenas 4 receberam o valor, enquanto 42 seguem sem essa reparação financeira. Esses dados evidenciam uma situação de desigualdade no acesso aos benefícios, levando a uma luta contínua pela regularização e reconhecimento dos direitos dessas comunidades.

A compensação recebida por meio da realocação para novos bairros representa uma tentativa de minimizar os impactos da remoção das famílias de suas antigas moradias. No entanto, as dificuldades enfrentadas no novo ambiente, como infraestrutura inadequada e barreiras para a pesca, indicam que essa medida não supriu todas as necessidades dos afetados.

Entre os que ainda não receberam a verba de reparação, há um processo de espera pelo resultado da Norte Energia, pois muitos pescadores e pescadoras entraram com pedidos de indenização, mas precisam que a solicitação seja homologada mediante conferência de documentação. A demora nesse processo tem sido um fator de frustração para as comunidades, que seguem aguardando a oficialização de seus direitos.

Os relatos mostram que, apesar das compensações recebidas, a luta por indenizações continua sendo uma pauta fundamental para os pescadores e pescadoras do RUC-Laranjeiras, essa luta já dura mais de 15 anos, onde lutam com entidades ligadas a pesca, mas veem que nada é resolvido. A busca por reconhecimento e reparação financeira reflete a necessidade desses pescadores e pescadoras de garantir condições dignas para suas famílias, permitindo que possam retomar suas atividades com segurança de uma forma diferente da antiga, mas com condições de poder bancar financeiramente suas novas práticas em um novo território que foi transformado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo sobre a migração compulsória e a (re)territorialização dos pescadores e pescadoras artesanais do Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) Laranjeiras, em Altamira - PA, revelou as múltiplas dimensões desse processo, abrangendo aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais. Ao longo da dissertação, foram analisados os impactos da construção

da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na vida dessas comunidades, evidenciando os desafios enfrentados na adaptação ao novo território e as mudanças significativas em seu modo de vida. Inicialmente, foi contextualizada a relação entre o Rio Xingu e os pescadores artesanais, apresentando a divisão territorial do rio e a importância da pesca para a sobrevivência dessas famílias. A tipologia dos pescadores amazônicos revelou a diversidade de práticas e saberes que moldam essa atividade no Médio Xingu. Além disso, foi dado destaque às mulheres pescadoras, que, apesar das adversidades, seguem em uma luta constante por reconhecimento e por seus direitos.

O contexto histórico e socioeconômico da construção da usina hidrelétrica demonstrou como grandes empreendimentos impactam a territorialidade dos povos tradicionais e modificam drasticamente seus espaços de vivência. A desterritorialização imposta pela obra obrigou pescadores e pescadoras a se afastarem de suas áreas de pesca e reorganizarem suas rotinas, evidenciando desafios que vão além da simples mudança geográfica. A pesca no Rio Xingu sofreu alterações profundas, afetando a economia e a identidade dessas comunidades.

O processo de migração compulsória foi um dos pontos centrais da dissertação, abordando as razões da desapropriação e as experiências vividas pelos pescadores durante esse período. Os relatos coletados permitiram compreender como a remoção das famílias aconteceu, trazendo à tona os desafios e impactos sociais da transição para os RUCs. As políticas e programas de apoio ao reassentamento, embora tenham buscado amenizar as dificuldades, ainda carecem de ajustes que realmente atendam às necessidades dessas pessoas.

A (re)territorialização e adaptação no RUC-Laranjeiras foi analisada a partir da construção dos reassentamentos urbanos coletivos e das novas dinâmicas territoriais emergentes. As dificuldades estruturais e as estratégias de adaptação dos pescadores e pescadoras demonstram como essas comunidades tentam se reorganizar e preservar sua identidade frente às mudanças impostas. A infraestrutura do reassentamento, embora ofereça alguns avanços, ainda apresenta limitações que comprometem a qualidade de vida dos moradores.

Os impactos na identidade e cultura foram outro aspecto fundamental do estudo. As mudanças territoriais causaram perdas culturais significativas, e a luta dos pescadores(as) para manter suas tradições foi evidenciada em diversas frentes. O papel das associações de pescadores na preservação da cultura e das práticas tradicionais se mostrou crucial, sendo um espaço de resistência e organização comunitária.

Por fim, foram discutidos os desafios e perspectivas futuras para o RUC Laranjeiras. A sustentabilidade econômica da comunidade ainda enfrenta barreiras estruturais que dificultam

a retomada da pesca como atividade essencial. Questões ambientais, como a conservação dos recursos hídricos, também representam preocupações para o futuro das famílias reassentadas. Apesar dessas dificuldades, há possibilidades de desenvolvimento e de melhoria na qualidade de vida para as gerações futuras, desde que haja um compromisso efetivo por parte do Estado e das instituições envolvidas em garantir direitos e condições adequadas para a população.

A análise da migração compulsória e do processo de (re)territorialização vivido pelos pescadores e pescadoras artesanais do médio Xingu, realocados no Reassentamento Urbano Coletivo Laranjeiras, permite uma compreensão profunda das consequências socioeconômicas e culturais impostas por empreendimentos de grande porte, como a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Esses sujeitos — homens e mulheres que tradicionalmente viviam da pesca artesanal — representam comunidades ribeirinhas cuja existência está intrinsicamente ligada ao rio, não apenas como fonte de renda, mas como espaço simbólico, cultural e afetivo.

A migração compulsória imposta rompeu bruscamente com essa relação, desencadeando uma série de impactos que vão desde a mudança da identidade territorial até a inviabilização econômica da prática tradicional da pesca. As dificuldades enfrentadas no reassentamento — como a distância do rio, a precariedade da infraestrutura prometida e a degradação ambiental — evidenciam um processo de desterritorialização que compromete a autonomia, a dignidade e o modo de vida desses trabalhadores.

No entanto, os movimentos de adaptação e resistência observados ao longo do trabalho demonstram que a (re)territorialização, embora complexa, está em curso. Ela se manifesta nas estratégias coletivas de organização, na busca por novas formas de subsistência e na mobilização em torno de direitos historicamente negados. O território agora se redefine a partir de novos vínculos sociais, novas lutas e novos sentidos atribuídos ao espaço urbano imposto.

O paralelo entre a proposta formalizada pelo Plano Básico Ambiental (PBA) e sua realização prática revela lacunas graves entre o discurso institucional e a efetividade das medidas de compensação. A promessa de infraestrutura, portos funcionais e oportunidades econômicas não se concretizou plenamente, contribuindo para a ampliação das desigualdades e da vulnerabilidade social dos reassentados. Tal descaso reforça a necessidade de reconhecer esses sujeitos não como vítimas passivas, mas como protagonistas da construção de um território digno e justo.

Portanto, o estudo reafirma que os pescadores e pescadoras do RUC Laranjeiras não são apenas testemunhas dos impactos de um projeto desenvolvimentista — são agentes de reconstrução territorial, lutando pelo reconhecimento, pela reparação e pelo direito de continuar existindo em sua plenitude cultural e econômica.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. (2009) O que é Justiça Ambiental. Rio de Janeiro: Garamond.

ALAMI, S. Os métodos qualitativos. Rio de Janeiro: **Vozes**, 2010.

ANTUNES, Douglas Ladik; NUNES JUNIOR, Orivaldo. **O “Caso Xokleng”: eventos históricos e conflitos ambientais territoriais na Terra Indígena Ibirama- Laklãnô**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 15, n. 40, e0106, dez. 2023.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. Pescadores da Ponta do Cajú: aspectos da contribuição de portugueses e espanhóis para o desenvolvimento da pesca na Guanabara. **Revista Brasileira de Geografia**, v.20, n.2, p. 49 – 69, 1959.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. BERNARDES, Nilo. A pesca no litoral do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, v.12, n. 1, p. 17 53, 1950.

BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensadas. In: **Revista Brasileira de Geografia**. V. 47. Rio de Janeiro, dezembro de 1985. pp. 357-372.

BECKER, B. K. Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. In: **Revista TERRITÓRIO**, ano IV, n 6, jan./jun.1999.

BRASIL. Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora, **Guia da Pesca**. Disponível em: http://www.vaprapesca.com.br/brasil/links/hist_pesca.htm, Acesso em 15 de dezembro de 2014.

BRASIL. Lei nº 5.051, de 5 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata de Povos Indígenas e Tribais. Publicado no Diário Oficial da União em 20 de abril de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Publicado no Diário Oficial da União em 8 de fevereiro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca, regula atividades pesqueiras e revoga

legislações anteriores, como a Lei nº 7.679/1988 e dispositivos do Decreto-Lei nº 221/1967. Publicado em 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. (1988) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. In: Diário Oficial da União, 5 out. 1988. Seção 1, p. 1. Disponível em: . Acessado em: 01 mar. 2025.

_____. (2007) Decreto no 6.040, de 07 de Fevereiro de 2007. In: Diário Oficial da União, 08 fev. 2007. Seção 1, p. 316. Disponível em: . Acessado em: 01 mar. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. Relatório de Impacto ambiental: aproveitamento hidrelétrico Belo Monte. Brasília, maio de 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. Brasil bate mais de 1 milhão de pescadores profissionais e 49% são mulheres. Brasília, 21/11/2023. Acessado em: 21/03/2025.

CARVALHO JÚNIOR, J. R. Sobre a pesca de peixes ornamentais por comunidade do rio Xingu, Pará – Brasil: relato de caso. B. Inst. Pesca, 35(3): 521 – 530, 2009.

CARVALHO, G. B., AMARAL, M. D. B. & HERRERA, J. A. A reprodução urbana em Altamira-Pará: uma análise dos reassentamentos urbanos coletivos-2016. Geografia (Londrina), 28(2), 101-121, 2019.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. Geografia e Pesca Artesanal Brasileiras: Diálogos possíveis. In: DE PAULA, Cristiano Quaresma de; SILVA, Christian Nunes da; SILVA, Catia Antonia da. (orgs.) Geografia & Pesca Artesanal Brasileira. Volume 1. Belém, Ed. Gapta, 2019, p.23-56.

DIEGUES, Antônio Carlos. A pesca construindo sociedades : leituras em antropologia marítima e pesqueira. NUPAUB-USP, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. ampliada. São Paulo: Hucitec: Nupaub- USP/CEC, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. (Org.). Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil . São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 1999. 211 p.

DIEGUES, A. C. & ARRUDA, R.S.V. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2000. 176p.

DIEGUES, A. C. S. (1983) Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática. _____. (1994) Traditional sea tenure and coastal fisheries resources managements in

Brazil. In: Workshop in political theory and policy analysis. Washington, DC: CEMAR. _____. (2001) **Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais**. In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. C. C. (Orgs.). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB-USP, p. 97–125. GEOgraphia, Niterói, vol: 25, n. 55, e54213, 2023 20 _____. (2004) A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira. São Paulo: NUPAUB-USP.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo, Ática. 287p, 1983.

DIEGUES, A. C. S. **Formas de organização da produção pesqueira: alguns aspectos metodológicos**. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR NO BRASIL, 2, São Paulo, PPCAUB/F. Ford/UICN, p. 1 -39, 1988.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL/ RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA-RIMA). CNEC. Cópia Controlada nº 01. EG072.MA.00/RT.001. Data: 31/01/01.

FERREIRA, Anderson Gomes; PEREIRA, Diego Langer. Perda de Territórios de Pesca da Colônia de Pescadores Z-57 na Volta Grande do Xingu. **Revista GeoAmazônia, Belém**, v.11, n.21, p. 1-19, 2023.

FONTELES-FILHO, A. A.; ESPÍNOLA, M. DE F. A. (2001) **Produção de pescado e relações interespecíficas na biocenose capturada por currais-de-pesca, no estado do Ceará**. Bol. Téc. Cient. CEPNOR, Belém, v. 1, n. 1, p. 111–124.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Da barraca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil**. Presidente Prudente, SP: Universidade Estadual Paulista, 2009.

FUINI, Lucas Labigalini. **Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos**. (2014). Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/6155>> 09/01/2024 às 21h.

FURTADO, L. G. 1993. **Os pescadores do Rio Amazonas: Um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área Amazônica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 486p.

FREIRE, L. M.; LIMA, J. S.; SILVA, E. V. **implantação da usina hidrelétrica na região Amazônica Paraense**. In: Soc. Nat. | Uberlândia, MG | v.30 | n.3 | p.18-41 | set./dez. 2018 | ISSN 1982-4513.

GOES, L, O. CORDEIRO, R, L, M. **A MULHER PESCADORA NO COTIDIANO DA PESCA ARTESANAL**. Pepsic, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682018000300008. Acesso em: 28/09/2023.

HAESBAERT, R. Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. **Terra Livre**. Goiânia. V.2, n.23, 35-51, Jul-Dez/2004.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In. ARAUJO, G. B. de.; HAESBAERT, R. (orgs.). **Identidade e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007. P.33-56.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 251.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **A batalha de Belo Monte**. [S. l.]: ISA, [2013]. Disponível em: <https://www.terrasindigenas.org.br/es/noticia/134660>. Acesso em: 24 out. 2023.

ISAAC, V. J.; BARTHEN, R. B. **Os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, p. 295-339, 1995.

LAFER, B. M. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Grupo “As (Im) possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: La production de l'espace. 4ª Ed. Paris: Anthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006.

LAGO, P. F. A. Contribuição geográfica ao estudo da pesca no litoral de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 23, n.1, p. 121 -215, 1961.

LEME. **Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte**. v.6, 2009.

LIMA, J. P. (2003). **Pescadoras e donas de casa: a invisibilidade do trabalho das mulheres numa comunidade pesqueira: o caso da Baía do Sol**. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Belém.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANESCHY, ALENCAR, NASCIMENTO. **A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia**. Belém: GEPEM/GOELDI, 1995. p. 81-98.

MANESCHY, M. C. **A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará**. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 11(2), 145-166, 1995.

MANESCHY, M. C. Pesquisa e participação: relato de uma experiência com mulheres pescadoras do litoral paraense. In L. M. Álvares & E. F. Santos (Orgs.), **olhares e diversidades: os estudos sobre gênero no norte e nordeste**. (pp. 337-348). Belém: GEPEM/CFCH/UFPA, REDOR - N/NE, 1999.

MAGALHÃES, S. B. **Lamento e Dor: Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. Belém: UFPA, 2007.

MARINHO, J. A. M.; SARAIVA, M. P. **Hidrelétrica de Belo Monte e Processos de Desterritorialização no Médio Rio Xingu-Pa**. ANPPA, 2012.

MAUÉS, R. H. & MOTTA-MAUÉS, M. A. **Pesca e agricultura na Amazônia: a integração de uma comunidade rural ao modo de produção capitalista**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, 6(1), 29-40, 1990.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo, HUCITEC-ABRASCO, 1992.

MIRANDA NETO, J. Q. **Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana: O papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência**. Presidente Prudente: UNESP, 2016.

MIRANDA NETO, J. Q. **Reassentamento da População Urbana Diretamente Afetada pelo Empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte em Altamira-PA**. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v. 2, n. 13, 2014, pp. 43-57.

MIRANDA NETO, J. Q.; HERRERA, J. A. **Expansão urbana recente em Altamira (PA) Novas tendências de crescimento a partir da instalação da UHE Belo Monte**. In: Ateliê Geográfico - Goiânia-GO, v. 11, n. 3, dez./2017, p. 34-52.

MIRANDA NETO, José Queiroz de. **USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE E OS ATINGIDOS URBANOS EM ALTAMIRA-PA**. IN: **Hidrelétricas na Amazônia: Implicações territoriais nas áreas de influencias das usinas nos rios Xingu (Pará) e Madeira (Rondônia)**. 1ed. Belém: GAPTA, 2017, v. 1, p. 119-144. (HERRERA, José Antônio; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar (Orgs).

MOTTA-MAUÉS, M. A. (1999). **Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil**. Etnográfica, 3(2), 377-399. Recuperado a partir de http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_377-400_.pdf

MÜLLER, A. C. **Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Makron Books, 1995.

MARTINS, J. S. Dilemas sobre as classes subalternas na idade da razão. In: **Caminhada no chão da noite**. São Paulo, Hucitec. P. 97 – 147, 1989.

NEVES, Italla Cristina. **DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS REASSENTADAS NO RUC JATOBÁ, ALTAMIRA-PA.** / Italla Cristina Neves. — 2019. 91 f.

NETO, O.C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 7 ed. Rio de Janeiro: Vozes. P. 51-66, 1994.

NORTE ENERGIA S.A. **Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: Planos programas e projetos**. Agosto de 2011.

NORTE ENERGIA S.A. **Relatórios parciais**. ITEM 5.1.2: REASSENTAMENTO URBANO. Maio de 2013b. NORTE ENERGIA. “Licenças ambientais”. Site Norte Energia. Acessado em 25/09/2023. Disponível em <http://norteenergiasa.com.br/site/categoria/documentos/zz-licencas-ambientais/>

NUNES, P.B. **BELO MONTE E A EXTINÇÃO DOS BAIXÕES DE ALTAMIRA-PA: a difícil territorialização dos reassentados no RUC São Joaquim**. Tese (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

PADINHA, M. R.; WHITACKER, A. M. Grandes objetos na Amazônia: os impactos da Hidrelétrica de Belo Monte às escalas da vida. In: **A geografia do Pará em múltiplas perspectivas: políticas públicas, gestão e desenvolvimento territorial** [recurso eletrônico] / coordenadores Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, Everaldo Santos Melazzo; organizadores Antônio Cezar Leal, Carlos Alexandre Leão Bordalo, João Osvaldo Rodrigues Nunes; colaboradora Leonice Seolin Dias - Tupã: ANAP, 2017 Paulo: EdUSP, 2017.

PARÁ. Lei Estadual nº 7.019 – Cria a SEPAQ. Publicada em 26 de julho de 2007.

_____. Lei Estadual nº 6.713 – Política de Pesca e Aquicultura do Estado do Pará. Publicada em 25 de janeiro de 2005.

PIANA, MC. **A pesquisa de Campo**. Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica. p. 233, 2009. ISBN 978-85-7983-038-9.

PONTE, J. P. **Estudos de caso em educação matemática**. Bolema, p. 105-132, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/3007>. Acesso em: 07 Jan. 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática. p. 44. 1993.

SILVA, L. G. S. (1991) **Pescadores, militares e burgueses: legislação pesqueira e cultura marítima no Brasil (1840-1930)**. Recife, 1v. (Dissertação – Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo, Hucitec, p.124, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. – Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, B. A.; NUNES, P. B. Usinas Hidrelétricas na Amazônia: a relação de afetividade dos atingidos com os lugares impactados pela UHE Belo Monte na cidade de Altamira/Pa. In: CARDOZO, E. L. **A sociedade e o espaço geográfico brasileiro**. Curitiba (PR): Atena.

SILVA, Ana Maria. **Hidrelétrica Belo Monte e Des-territorialização de Pescadores Artesanais no Médio Xingu – PA**. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura Plena em Geografia – UFPA - Universidade Federal do Pará – Campus Altamira, Altamira –PA, 2013.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 4. Ed. 2005.

SMITH, N. J H. **A pesca no rio Amazonas**. Manaus: CNPq/INPA, 1979.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas Alagadas – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens**. Viçosa, MG: Ed. UFV. p.39-63, 2008.

SOUSA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C da C; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceito e temas**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. P. 77-116.

UMBUBUZEIRO. A.U.B; UMBUBUZEIRO. Ubirajara Marques. **Altamira e sua História: 4 ed**. Belém: ponto press, 2012.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens (org). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. 484 p.

ANEXOS

Anexo 01: Questionário de pesquisa de campo



Questionário de pesquisa de campo do trabalho de campo com o tema
**“migração compulsória e a (re)territorialização dos pescadores e pescadoras
 artesanais do reassentamento urbano coletivo laranjeira.”**

Nome pescador(a): _____ do

1) Há quanto tempo você pesca?

☐ 10 a 15 anos ☐ 20 a 30 anos

2) Você é filiado à Colônia de Pescadores, se sim quantos anos de filiação?

☐ Sim ☐ Não Anos de filiação: _____

3) Onde você morava antes de ser remanejado e há quantos anos moravam lá?

R: _____

4) Você saiu de sua antiga residência de forma obrigatória?

☐ Sim ☐ Não

5) O bairro que você e sua família foram remanejados dificultou a saída para a pesca, se sim quais foram essas dificuldades?

R: _____

6) Como foi se adaptar ao Reassentamento Urbano Laranjeira com sua família?

R: _____

7) O bairro atende todas as expectativas que a Norte Energia prometeu para você e sua família, melhor antes ou hoje?

R: _____

Anexo 02: Banco de dados dos pescadores(as) do RUC Laranjeiras

C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P
sexo	ds_apelido	sq_tipo_pe	ds_tipo_pe	ds_endere	nu_telefon	sq_zona	ds_tipo_zc	sq_reserve	sq_munici	ds_munici	sq_comun	ds_comun	nu_rg
DA SILVA		354	COMERCIA	RUA SURUBIM N 92		380	URBANA	380	8	ALTAMIRA	470	LARANJEI	62495
OSTA PARA		354	COMERCIA	RUA TAMBAQUI N 81		380	URBANA	380	8	ALTAMIRA	470	LARANJEI	49018
ARVALHO DE SOUZA		354	COMERCIA	RUA TAMBAQUI N 61		380	URBANA	380	8	ALTAMIRA	470	LARANJEI	75420
DA SILVA V FARIZEL		354	COMERCIA	FARIZEL		380	URBANA	380	8	ALTAMIRA	470	LARANJEI	37867
ANIEL SA TONIO		354	COMERCIA	RUA SURUBIM N 92		377	RIBEIRINH	380	8	ALTAMIRA	470	LARANJEI	98028
SOUZA C CABECAO		354	COMERCIA	RUA ARUANA N 309		380	URBANA	380	8	ALTAMIRA	470	LARANJEI	47688
SILVA CC BRANCO		354	COMERCIA	RUA PIRAPITINGA N 2		380	URBANA	380	8	ALTAMIRA	470	LARANJEI	15638
MES DA SILVA		354	COMERCIA	RUA ACASIO DOIS S/N		380	URBANA	380	8	ALTAMIRA	80	ALTAMIRA	72228
RITO ALE NINJA BOY		362	SUBSISTEN	RUA MATRIXA N 177		380	URBANA	380	8	ALTAMIRA	470	LARANJEI	09364
AIA		362	SUBSISTEN	ILHA DAS ARARAS, BO		380	URBANA	380	8	ALTAMIRA	80	ALTAMIRA	41215
JESUS SC NEGAO		354	COMERCIA	RUA PIRAPITINGA N 7		380	URBANA	380	8	ALTAMIRA	470	LARANJEI	25394
ISA DA SILVA		354	COMERCIA	RUA LUCINDO N 422		380	URBANA	380	8	ALTAMIRA	80	ALTAMIRA	26343
RIGUES DA SILVA		354	COMERCIA	RUA SALOMAO CORR		380	URBANA	380	8	ALTAMIRA	80	ALTAMIRA	67040
E GOMES DE MIRAN		354	COMERCIA	RUA PIRAPITINGA N 1		380	URBANA	380	8	ALTAMIRA	470	LARANJEI	32302
IBEIRO D GRACA		354	COMERCIA	RUA CURIMATA N 27		380	URBANA	380	8	ALTAMIRA	470	LARANJEI	62713
NDES SA JOAO PESCO		362	SUBSISTEN	RUA ARUANA 279		380	URBANA	380	8	ALTAMIRA	470	LARANJEI	48293
CARVALH SAQUE		354	COMERCIA	RUA PIRAPITINGA N 1		380	URBANA	380	8	ALTAMIRA	470	LARANJEI	47355
OS SANTO PARA		354	COMERCIA	RUA CURIMATA N 24		380	URBANA	380	8	ALTAMIRA	470	LARANJEI	37867
LINO DO DAK		354	COMERCIA	TV REGINA SILVA, ME		380	URBANA	380	8	ALTAMIRA	80	ALTAMIRA	23807
CARVALHO DE SOUZA		354	COMERCIA	/U		380	URBANA	380	8	ALTAMIRA	470	LARANJEI	82462
AR VIEIRA JATO		354	COMERCIA	RUA SURUBIM N 262		380	URBANA	380	8	ALTAMIRA	470	LARANJEI	50628

Anexo 03: Banco de dados de documentos para órgãos competentes

DOCUMENTOS DA LUTA DOS PESCADORES E PESCADORAS DE ALTAMIRA				
DOC	TIPO DE DOCUMENTO	CONTEÚDO	DATA DO DOCUMENTO	LINK DO DOCUMENTO
01	Solicitação – Ofício 02 à Justiça Federal	Participação de uma reunião sobre a condicionante 2.24	17/05/2023	https://drive.google.com/file/d/11hrDSHWKppuZihavi01pWesJ3nz1lkTD/view?usp=sharing
02	Solicitação de reunião com o IBAMA	Urgência sobre o estudo de caso	09/03/2023	https://drive.google.com/file/d/10LujOs4hs_gjbRgZa_r62NnKq2K_rHL4-/view?usp=sharing
03	Solicitação de reunião com o IBAMA	Urgência sobre o estudo de caso, sobre a verba de reparação	09/03/2023	https://drive.google.com/file/d/1n4myWAEkBra4E8QTfSb2KaOYL_Fpz0v-/view?usp=sharing
04	Abaixo assinado	Pedindo intervenção da Colônia de Pescadores	16/11/2022	https://drive.google.com/file/d/1Se7VNm5Ny7ohMAgEXZfKdS6vi7EEFIzi/view?usp=sharing
05	Abaixo assinado	Pedindo agilidade nas condicionantes	16/11/2022	https://drive.google.com/file/d/1-vEYF-kfFY4fBbHTBS4yupecPs6I6bye/view?usp=sharing
06	Carta aos participantes	Encontro onde os pescadores falam de sua luta	21/11/2022	https://drive.google.com/file/d/1tB2D252s7akodfDYI2Gg5nBCT_JQUfC/view?usp=sharing
07	Documento da Norte Energia para - SILVIA BEZERRA DE GOES Coordenadora da COHID	Verba de Reparação - Reunião realizada dia 15 de junho de 2023 Processo Administrativo no 02001.011114/2020-52	16/06/2023	https://drive.google.com/file/d/1ekkfxDH-iwYC7sf7_OLyfl6ewmMhGjlv/view?usp=sharing
08	Carta aos órgãos	Processo de acompanhamento condicionantes item 2.24	05/10/2021	https://drive.google.com/file/d/1NKZkDDfNakig1-LJSQuS83j82oqf0Qdv/view?usp=sharing

ATESTADO DE VERSÃO FINAL

Eu, ANDERSON GOMES FERREIRA, vinculado ao curso de PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL, declaro que esta é a versão final de minha DISSERTAÇÃO intitulada: **MIGRAÇÃO COMPULSÓRIA E A (RE)TERRITORIALIZAÇÃO DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO REASSENTAMENTO URBANO COLETIVO LARANJEIRAS, ALTAMIRA - PA**” sob orientação do(a) professor(a) **DOUGLAS LADIK ANTUNES**.

Florianópolis, 30 de julho de 2025.

Assinatura do(a) Estudante

ANDERSON GOMES FERREIRA

Assinatura do(a) professor(a) orientador(a)

DOUGLAS LADIK ANTUNES